

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

JÔNATAS SOUZA SILVEIRA

A Amazônia no pensamento geopolítico militar e civil brasileiro

SÃO PAULO

2021

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

JÔNATAS SOUZA SILVEIRA

A Amazônia no pensamento geopolítico militar e civil brasileiro

Trabalho de Graduação Individual apresentado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo como um dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. André Roberto Martin

SÃO PAULO

2021

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Nome: SILVEIRA, Jônatas Souza

Título: A Amazônia no pensamento geopolítico militar e civil brasileiro

Trabalho de Graduação Individual apresentado
ao Departamento de Geografia da Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo como um dos
requisitos para obtenção do título de Bacharel
em Geografia.

Aprovado em: ____/____/____

Banca Examinadora

Orientador: Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Esta é a seção mais paradoxal do trabalho, visto que, salvo exceções, os aqui mencionados muito provavelmente jamais terão contato com a monografia que segue. Iria desconsiderá-la. Mas o coração pulsa com tamanha força quando relembro de cada nome que será aqui exposto, e a importância inenarrável que tiveram em minha trajetória, que se torna impossível não deixar o registro. Me fazendo assim entender a necessidade deste espaço inerente aos trabalhos acadêmicos, e agradeço.

Primeiramente ao Pablo Ibanez, hoje professor da UFRRJ, que me deu aulas no cursinho à época dos anos finais de seu doutorado em Geografia Política. Hoje, após a trajetória da graduação, abro um largo sorriso com a doce coincidência do gosto manifestado pela mesma área. Do mesmo período menciono Monize Campagnoli e Matheus Bio Zapata. Sem vocês três muito provavelmente minha trajetória teria sido outra, em outra área inclusive. Impossível expressar tamanha importância em palavras.

Como não poderia deixar de ser, expresso minha imensa gratidão e admiração pelo professor André Roberto Martin, com quem tive a honra de cursar três disciplinas (Geografia Política, Regional Europa e Regional América Latina) e ter contato com sua personalidade cativante e perspicácia intelectual únicas. Infelizmente tive pouco contato com este mestre devido ao contexto de pandemia, que nos afetou a todos. Porém as contribuições do professor para minha formação são inúmeras e extensas, desde o sorriso e incentivo iniciais ao tema por mim proposto, até o estudo e uso expresso de sua obra. Sou imensamente grato e, sinceramente, espero fazer o mínimo jus com este modesto trabalho de conclusão.

Peço licença ao possível leitor, para elencar os amigos que me foram fundamentais e não podem deixar de ser nomeados: Andrio Amaral, Hellen Renata Borsoi, Jack Woei Jen Lan, Julia D'Ávila, Julio Witer, Laila Almeida Braga, Larissa Bernardes, Larissa Campos, Nídia Reis de Paiva e Rafaela Miyake. Obrigado a todos vocês, tenho certeza que sabem o valor único e do lugar permanente no meu coração. Em menção especial: Davi Strauss e Gianluca Hernandez (sem dúvida dois dos maiores ciclistas que já passaram pela Geografia!), pelos ensinamentos de pedal e conversas de corredor, foram fundamentais uma vez que foi meu meio de transporte quase na totalidade do curso.

Para finalizar a trajetória acadêmica, fica meu mais profundo e sensível obrigado a três professores em particular: Eduardo Donizeti Girotto, pela sensibilidade, provocações e angústia suficiente para querer mudar, um pouquinho que seja, a realidade universitária; ao Marcos Ferreira-Santos, professor da Faculdade de Educação, com quem tive o privilégio de cursar uma matéria [Política e Organização da Educação Básica do Brasil] que teria tudo para ser burocrática e apenas “cumprir tabela” e, ao invés disso, proporcionou minha melhor experiência de estágio [na Salinha das Crianças do CRUSP, inclusive, obrigado Muriel], e um dos melhores cursos que pude participar na graduação devido ao seu tamanho intelectual único, visão ampla, sensibilidade e mais uma lista infinda de características; Por fim, e talvez o mais importante: Julio Roberto Groppa Aquino, um Colosso! Intelectual, moral e de personalidade absolutamente única e fora de todas as curvas das quais cruzei na graduação, de forma que foi também na Faculdade de Educação que posso afirmar com gosto: foi a melhor experiência que tive de formação e amadurecimento intelectual. Como o senhor mesmo sabe e propôs: passarei o resto da vida nos *Diálogos em Delay* com os ensinamentos e chacoalhadas proporcionadas, pois o chacoalhão foi TÃO grande que vibrarei *ad infinitum* pra tentar fazer valer um milésimo do que o senhor tentou ensinar sobre a vida. Nenhum obrigado é suficiente.

Por fim, a trajetória acadêmica é um lapso de tempo muito curto e que passa muito rápido, a vida continua... e sem meus pais essa jornada seria muito mais difícil do que a dificuldade já inerente à mesma, obrigado pai e mãe por todo amor incondicional, não há palavras. Obrigado Paloma Pillar dos Santos Ramos, por ser uma companheira para vida, na qual do TGI restarão apenas vagas lembranças de muitas angústias, questionamentos e dilemas dos quais você foi testemunha incondicionalmente paciente e amorosa, quanto às palavras, são ditas todos os dias, aqui é só o registro.

Agora o coração se acalenta e posso continuar deixando-o vibrar com cada um desses nomes, permitindo que as memórias corram pelas veias, com a consciência tranquila do registro devidamente feito.

Se,

“O ser humano é a natureza tomando consciência de si mesma.” – Elisée Reclus

Dialéticamente,

“A história da Amazônia é algo que interessa a todos que decidiram se envolver na sua construção, sejam intérpretes, coadjuvantes ou protagonistas. A região não é apenas uma geografia, e sua história é muito mais que um viveiro de criaturas exóticas de futuro incerto. É a história de uma parte do planeta habitada por seres humanos, que, sendo geografia, também é um espaço em que a humanidade pode aprender um pouco mais sobre si mesma.” – Márcio Souza

RESUMO

SILVEIRA, Jônatas Souza. **A Amazônia no pensamento geopolítico militar e civil brasileiro**. São Paulo: Trabalho de Graduação Individual (TGI) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2021.

A presente monografia propõe a análise comparativa entre o pensamento geopolítico militar e civil com recorte temático na Amazônia. Partindo do pressuposto da existência destas duas correntes de pensamento na geopolítica brasileira, apresentamos o panorama da geopolítica no país e contextualizamos cada vertente. O recorte amazônico foi escolhido para viabilizar a aproximação e melhor equidade comparativa entre os autores, tendo a caracterização e retomada histórica da região como pano de fundo para introduzi-la na pesquisa. Na sequência detalhamos a geopolítica amazônica brasileira, com um amplo panorama de temas, autores e discursos. Como análise de casos usamos os exemplos do general Carlos de Meira Mattos, com sua obra *Uma Geopolítica Pan-Amazônica* (1980), para representar a *Geopolítica Militar*; e a professora Bertha Koiffmann Becker, com sua obra *Amazônia – Geopolítica da Virada do III Milênio* (2004), para representar a *Geopolítica Civil*. A análise permitiu verificarmos poucas continuidades e semelhanças, e significativas diferenças e rupturas entre as vertentes estudadas.

Palavras-chave: geopolítica brasileira; geopolítica amazônica; geopolítica militar; geopolítica civil.

ABSTRACT

SILVEIRA, Jônatas Souza. **The Amazon in Brazilian military and civil geopolitical.** São Paulo: Undergraduate dissertation – Department of Geography, College of Philosophy, Languages and Human Sciences, University of São Paulo, 2021.

This monograph proposes a comparative analysis between military and civil geopolitical thinking with a thematic focus in the Amazon. Based on the assumption of the existence of these two currents of thought in Brazilian geopolitics, we present the panorama of geopolitics in the country and contextualize each aspect. The Amazonian cut was chosen to make possible the approximation and better comparative equity between the authors, having the characterization and historical resumption of the region as a background to introduce it in the research. In the sequence we detail the Brazilian Amazon geopolitics, with a wide panorama of themes, authors and speeches. As a case analysis we use the examples of general Carlos de Meira Mattos with his work *A Pan-Amazonian Geopolitics* (1980), to represent *Military Geopolitics*; and Professor Bertha Koiffmann Becker with her work *Amazonia - Geopolitics of the Turn of the Third Millennium* (2004), to represent *Civil Geopolitics*. The analysis allowed us to verify few continuities and similarities, and significant differences and ruptures between the aspects studied.

Keywords: Brazilian geopolitics; Amazonian geopolitics; military geopolitics; civil geopolitics.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 BREVE CARACTERIZAÇÃO DO PENSAMENTO GEOPOLÍTICO MUNDIAL E BRASILEIRO.....	18
1.1 Retomada histórica do pensamento geopolítico brasileiro	21
1.2 A Escola Geopolítica Brasileira e seu caráter militarizado	25
1.3 O Resgate da Geopolítica no ambiente acadêmico.....	36
2 CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO AMAZÔNICA	44
2.1 Retomada histórica e principais marcos	50
3 A GEOPOLÍTICA AMAZÔNICA BRASILEIRA	68
3.1 Contextualização Geral do Debate.....	69
3.1.1. Principais temas da Geopolítica Amazônica.....	70
3.1.2. Aspectos discursivos da Geopolítica Militar.....	82
3.1.3. Aspectos discursivos da Geopolítica Civil.....	90
3.1.4. Autores que trataram da Amazônia de forma geral em suas teses geopolíticas.....	92
3.2 Geopolítica Militar Amazônica: Carlos de Meira Mattos e Therezinha de Castro	97
3.3 Geopolítica Civil Amazônica: Bertha Koiffmann Becker	115
4 ANÁLISE COMPARATIVA DAS GEOPOLÍTICAS AMAZÔNICAS MILITAR E CIVIL.....	139
CONSIDERAÇÕES FINAIS	144
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	146

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa foi concebida a partir de uma pertinente provocação do prof. Dr. Eduardo Donizeti Girotto na disciplina “Estágio Supervisionado de Ensino de Geografia e Material Didático”, em meados de 2017, quando em uma aula que tinha por bibliografia o famoso primeiro capítulo “Uma disciplina simplória e enfadonha?”, do clássico *A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra* (1976) de Yves Lacoste, o professor nos questionou se para os militares a geografia se configuraria como desinteressante ou inútil. E, claro, esta provocação estava no cerne não só do capítulo, como de todo o livro em questão, cujo próprio autor propõe uma diferenciação entre a geografia do Estado-Maior e a geografia dos professores e universitária.

Mas, para além da problemática trabalhada na obra clássica, a reflexão se estendeu para como nós, futuros professores e professoras, geógrafos e geógrafas, víamos nossa própria área de atuação, estudo e pesquisa. De tal modo que, se para a formação dos militares, principalmente em Escolas de estudos estratégicos, geopolíticos e até mesmo táticos, a Geografia se mostrava peça fundamental, como nós, na academia, ainda hoje, víamos essa ciência?

Àquela altura da graduação, por já termos cursado Geografia Política com o também provocador e instigante prof. Dr. André Martin, acendeu-nos a centelha da pergunta de pesquisa: “como é a geopolítica feita pelos militares e a feita pelos civis?”. Haveria semelhanças? Diferenças? Rupturas? Continuidades? Antagonismos? Colaborações?

A ideia maturou ao longo dos anos de 2018 e 2019 quando, ao final deste, houve a I Semana de Geopolítica do Departamento. Na qual em uma das mesas de debate estavam o professor Dr. Luiz Alves Brigido Maia, que havia pesquisado em seu doutorado a relação entre a grade curricular da Escola Superior de Guerra (ESG) e a política externa brasileira, e o professor Dr. Filipe Giuseppe Dal Bo Ribeiro, que havia no mestrado e doutorado resgatado os estudos de Geografia Militar no Brasil. Após o evento, conversando com ambos a respeito da inquietação com o tema do TGI, nos foi sugerido que escolhêssemos um recorte temático dentro da geopolítica brasileira para analisar o pensamento militar e civil. Assim, o professor Luiz sugeriu como exemplo a Amazônia, por ser um tema candente e perene nos estudos geopolíticos do país. Por já termos lido A

Escola Geopolítica Brasileira de Jorge Manuel da Costa Freitas, lembramos dos apontamentos do autor sobre o tema da Amazônia ter sido trabalhado por Carlos de Meira Mattos e Therezinha de Castro, tendo a sugestão servido como uma luva. Pudemos, posteriormente, comprovar a importância especial do tema para a geopolítica, como nos confirma a professora Altiva Barbosa da Silva, da Universidade Federal de Roraima, quando diz que “atualmente, existe o consenso de que a Amazônia, com seus onze mil km de fronteiras com sete países da América do Sul, abrangendo uma área total de mais de cinco milhões de km², é a área prioritária para a defesa do país” (2007, p. 119). Além de tantos outros pontos sobre esta imensa região, sobre a qual trabalharemos ao longo da monografia.

Visando o esclarecimento dos termos é importante colocarmos que no presente trabalho a referida Amazônia diz respeito à Amazônia Nacional, tal ressalva é de fundamental relevância, como nos elucida o General Meira Mattos:

As palavras Amazônia e Pan-Amazônia deveriam simbolizar a mesma imagem geográfica. Na realidade isto não acontece. Esta imensa região natural, portadora de ecologia uniforme, abrangendo o território de seis países tributários, é enfocada por seus condôminos sob uma visão particularizada. Assim é que quando o brasileiro ou o venezuelano, colombiano, peruano, equatoriano ou boliviano refere-se à Amazônia está falando na sua Amazônia nacional. (1980, p. 22)

O general faz essa explanação justamente por ocasião do seu livro *Uma Geopolítica Pan-Amazônica*, analisado neste trabalho. E nos serve diretamente por se tratar de uma região naturalmente multinacional, tendo assim dois pontos importantes, por um lado, o já afirmado enfoque na delimitação regional nacional; por outro, o inevitável tangenciamento do tema ao longo do trabalho em sua escala sul-americana, seja da Amazônia dos países vizinhos, seja das medidas tomadas ou concebidas no contexto amazônico continental pelos diversos autores.

Partindo para questão do pensamento geopolítico e seus atores, o professor José Willian Vesentini, em seu livro *Novas Geopolíticas*, nos aponta que:

As geopolíticas clássicas foram elaboradas primeiramente por militares (Mahan, Haushofer e vários outros) e, em segundo lugar, por juristas (Kjéllen) ou geógrafos (Mackinder). Era difícil distinguir entre geopolítica e geoestratégia, pois no cerne de suas teorias havia sempre o problema da guerra e da força militar. [N]As novas geopolíticas, [...]. Quase não existem mais militares entre os seus principais teóricos. Eles são historiadores (Kissinger, Kennedy), sociólogos (Huntington,

Fukuyama), geógrafos (Taylor, Parker, Agnew), cientistas políticos (Brzezinski, Luttwak), economistas (Thurow, Ohmae) e outros. (2015, p. 11-12)

É possível perceber então que a construção da disciplina de modo geral sempre teve como questão subjacente os âmbitos militares e civis. E no Brasil não foi diferente, pelo menos no que tange a estruturação da geopolítica no país. Por exemplo, como aponta o professor Wanderley Messias da Costa no seu clássico *Geografia Política e Geopolítica*, ao caracterizar o General Golbery do Couto e Silva, escreve que:

Sob certo aspecto, ele é o continuador de um tipo de pensamento “geomilitar” brasileiro inaugurado por Backheuser (mesmo que formalmente este não fosse um militar) e aprofundado principalmente por Travassos. Em particular, pela notória tendência, em suas análises e propostas, de considerar as questões relativas à política e ao território nacionais (bem como a sua projeção externa) pela óptica da tutela do pensamento e da estratégia de inspiração militar. (2008, p. 199, grifo nosso)

Assim temos que não somente os militares de profissão, mas também civis que se filiaram direta ou indiretamente a esta base de pensamento, contribuíram para o que podemos denominar *Geopolítica Militar*.

Já a *Geopolítica Civil*, por sua vez, teve como marco importantíssimo a publicação em 1988 do artigo “A Geografia e o resgate da Geopolítica”, pela professora Bertha Becker, enfatizado com entusiasmo pelo professor André Martin que “[...] foi com grande alívio que recebemos, eu e um reduzido grupo de colegas interessados no assunto, a publicação do artigo, [...]. Diante do prestígio da professora carioca, seu aval era como uma espécie de sinal verde para que seguíssemos adiante” (2018, p. 12). E, tal como há civis na construção da *Geopolítica Militar*, no seguimento da disciplina no âmbito universitário civil também há militares, como o exemplo do professor Geraldo Lesbat Cavagnari Filho, como aponta COSTA (2008):

O pensamento, a ação política e a geopolítica militares têm sido objeto de inúmeros estudos críticos nos últimos anos. Do ponto de vista do nosso tema principal, porém, as contribuições de Geraldo L. Cavagnari Filho têm uma importância crucial. Afinal, trata-se de autor contemporâneo de origem militar (Coronel da reserva), especialista em estratégia, pesquisador universitário (diretor do Núcleo de Estudos Estratégicos da Unicamp) e, antes de tudo, investigador e crítico da velha geopolítica “oficial” de inspiração militar que tem predominado no país. (p. 211-12)

Torna-se então evidente a caracterização de duas diferentes abordagens – “linhas de pensamento” –, nas quais tanto a *Geopolítica Militar* como a *Geopolítica Civil*, possuem a colaboração de profissionais de ambos os setores, tanto militares de carreira, quanto civis de diversas profissões e, no caso brasileiro, principalmente professores e pesquisadores universitários. Não sendo possível fazer uma diferenciação exclusivamente pela atividade que exercem os autores e autoras. Mesmo que a percepção histórica seja que “de certo modo, as instituições civis mantiveram-se à margem dos debates sobre conceitos, instrumentos e processos militares. E, quando as instituições governamentais são formalmente responsáveis, falta-lhes não raro a familiaridade com a Defesa Nacional e com o mundo militar” (OLIVEIRA, E. R., 2005, p. 54 *apud* BARBOSA, 2007, p. 96). Distância essa em muito corroborada na nossa história nacional pelos vinte anos do regime ditatorial militar. Porém que, com o passar dos anos e amadurecimento do processo democrático, vem se mostrando mais promissora¹, como aponta o professor Filipe Ribeiro, tratando da Geografia Militar:

[...] ponto fundamental a ser ressaltado do presente livro, foi o fato de a obra ter sido construída a partir de uma perspectiva de diálogo do mundo acadêmico civil e militar. Propor esse diálogo não é fácil no Brasil e, adianto, não há nenhuma perda para as partes envolvidas, pelo contrário, a abertura desse diálogo é fundamental para se construir um país em que as forças armadas estejam alinhadas com os anseios do seu povo. Esse intercâmbio de informações, teorias, métodos, conhecimentos, amadurecerá a relação entre civis e militares e, a partir disso, o estabelecimento de uma coesão social que possa impulsionar o Brasil para, finalmente, ser protagonista nas Relações Internacionais. (2018, p.19)

Cabe ainda, nessa contextualização ampla do tema da Geopolítica, uma consideração justamente sobre a Geografia Militar da qual fizemos menção que o professor Filipe Giuseppe resgatou os estudos no Brasil. Esta área do conhecimento geográfico tem sua raiz “[...] provavelmente antes mesmo do advento da geografia como ciência sistematizada, [a qual] os centros de estudos militares em todo o mundo já incluíam esse tipo de conhecimento em seus currículos, entre eles o Brasil, onde a

¹ Esta aproximação acontece por diferentes meios e de forma ativa, como aponta Karol (2013): “O primeiro simpósio organizado pelo Departamento de Geografia da USP [Simpósio Internacional Geopolítica e Diplomacia, 2011] objetivou reunir especialistas no estudo de política exterior – professores universitários, militares e diplomatas – para troca de ideias e impressões sobre o presente e futuro do Brasil, a conjuntura mundial e regional. Intentou responder a pergunta: será que a Geografia brasileira não tem algo a dizer aos nossos diplomatas? Também buscou uma reconciliação entre o grupo de acadêmicos envolvidos no evento e os militares” (p. 125, grifo nosso)

geografia militar tornou-se disciplina obrigatória nos cursos do Exército no início dos anos 1930” (COSTA, 2008, p. 184). Nesse contexto anterior ao século XIX e a institucionalização científica da Geografia Moderna, haviam três ramos mais ou menos bem consolidados chamados de Geografia Militar, Geografia Médica e Geografia do Comércio. As bases da Militar remontam aos dois clássicos “A arte da guerra”, tanto de Sun Tzu, bem mais antiga, e de Maquiavel já no século XVI, para então receber outra contribuição marcante no início do século XIX com a obra “Da Guerra” de Carl von Clausewitz, publicada em 1832, que nega o caráter de arte do fazer bélico, para elaborar uma abordagem estritamente científica. Surgindo desta obra um pensamento caro à atual Geografia Política que diz ser a guerra a política continuada por outros meios (RIBEIRO, 2018). Essa marcação se faz importante para diferenciar a *Geopolítica Militar* – bastante característica na geopolítica brasileira – da Geografia Militar enquanto área de estudos específica da atuação das Forças Armadas no território. Em sua obra derivada da dissertação de mestrado, *A Nova Geografia Militar: logística, estratégia e inteligência*, o professor esclarece que: “A averiguação das interações entre as condições geográficas e os assuntos bélicos é a linha mestra do escopo da Geografia Militar” (RIBEIRO, 2018, p.33). Para tanto enfatiza que:

Dois aspectos são fundamentais para perceber o valor dos elementos geográficos na guerra: primeiro, o conhecimento dos fenômenos geográficos, tanto físicos como descritivos; segundo, a capacidade interpretativa para se poder avaliar e interpretar a influência que tais elementos teriam nas operações militares que se projetam, permitindo, com isso, aproveitar, elucidar e vencer usando os aspectos geográficos. É dessa capacidade interpretativa que se ocupa a Geografia Militar. (2018, p.30)

Tal diferenciação, entre Geopolítica e Geografia Militar, está também na obra de Ribeiro, que elabora um panorama argumentativo mais amplo entre estas e a Geografia Política, além de outros dois seguimentos: Geoestratégia e Geografia do Estado-Maior. Que se faz necessário uma vez que as relações se imbricam e entrecruzam nas trajetórias de cada disciplina. Para valer de um exemplo clássico, o autor esclarece que o Coronel do Exército Francisco Paula Cidade foi, quando posto na perspectiva da Geografia Militar, o precursor desta ciência no Brasil com sua obra *Notas de Geografia Militar Sul-Americana* de 1940; ao passo que na obra *A Escola Geopolítica Brasileira* de Jorge Freitas, o autor elenca aquele como um dos *founding fathers* da geopolítica. Não se trata, neste momento, de se fixar na categorização, porém apontar que ela existe.

Para fins deste trabalho, e da diferenciação trazida à baila, Filipe Ribeiro sintetiza da seguinte maneira:

Percebe-se que a Geografia Militar está relacionada com a condução das operações militares. Por outro lado, a Geopolítica está mais relacionada às estratégias, por ser mais ideológica do que prática, “temos que a Geografia Política surgiu desde logo como ideológica e como ciência, carregando esta contradição original até o presente” (MARTIN, 2007, p. 11-12). A Geografia Militar é definida por ser a geografia aplicada do estado-maior, é a prática que viabiliza a estratégia. (2018, p. 58)

O autor estabelece sua definição de geopolítica recorrendo em parte à citação do professor André Martin, na qual este, em linhas gerais, defende não haver diferença substancial entre a Geografia Política e a Geopolítica em si, uma vez que a primeira se arrogaria mais científica e neutra, porém escondendo seu posicionamento e o fato de também ter interesses em questão, como o próprio Ribeiro coloca: “O professor André Roberto Martin em sua tese de livre-docência, de 2007, inédita, *Brasil, geopolítica e poder mundial*, equaciona o problema da seguinte forma: ‘Geografia Política e Geoestratégia são os outros nomes que se dá à Geopolítica’.” (MARTIN, 2007, p. 8 *apud* RIBEIRO, 2018, p. 44). Linha argumentativa esta que contrapõe à do professor Wanderley Messias da Costa, que defende ser a Geopolítica “[...] antes de tudo um subproduto e um reducionismo técnico e pragmático da geografia política, na medida em que se apropria de parte de seus postulados gerais para aplicá-los na análise de situações concretas interessando ao jogo de forças estatais projetado no espaço” (2008, p. 55), sendo assim uma disciplina de aplicação mais prática, cabendo a ela “[...] a formulação das teorias e projetos de ação voltados às relações de poder entre os Estados e às estratégias de caráter geral para os territórios nacionais e estrangeiros [...]” (p. 18), se utilizando para tal de uma simplificação dos conhecimentos gerados pela Geografia Política na medida em que os recorta para os seus interesses, somados às ideologias em jogo.

Para o objetivo específico deste trabalho, de apontar as proposições para região Amazônica pelas diferentes abordagens do pensamento geopolítico brasileiro nas suas vertentes militar e civil, nos basearemos na definição de Costa, por esta permitir o recorte mais preciso para as proposições teóricas voltadas assumidamente à ação estatal e seus muitos atores no território nacional. Definição essa corroborada por Jorge Freitas quando aponta em sua obra que as geopolíticas elaboradas no território nacional eram

Vocacionadas para servirem de auxiliar na formulação, desenvolvimento e execução das estratégias delineadas pela sede do poder política respectiva, as teses geopolíticas elaboradas no Brasil a partir da década de 1920 não deixam, naturalmente, de obedecer a esse princípio básico, estando subjacente a todas elas uma nítida propensão para a sua aplicação prática (Geopolítica aplicada). (2004, p. 113)

Para tal intento, este trabalho apresenta no primeiro capítulo o contexto da geopolítica brasileira, retomando brevemente tanto sua história e seus principais autores, quanto a história e principais autores da geopolítica enquanto área de estudo, base para nossa própria vertente nacional. Para então fazer a caracterização geral das aqui chamadas *Geopolítica Militar* e *Geopolítica Civil*, na medida em que se diferenciam na abordagem e até mesmo na predominância de momentos históricos.

No segundo capítulo procuramos caracterizar a região Amazônica, desde seu usual recorte espacial e possíveis variações, até os elementos gerais convencionais utilizados para operacionalizar a mesma, inclusive pelo discurso geopolítico. Também apresentar os principais marcos históricos da região e os períodos em que ocorreram, a fim de realizar uma breve retomada dos eventos formativos da mesma até os dias de hoje.

No terceiro capítulo busca-se primeiro expor a geopolítica amazônica, com os seus temas, os discursos de cada corrente geopolítica sobre a região e os autores que a trabalharam dentro de seus estudos de forma ampla. Para no segundo momento aprofundar nos autores que trataram especificamente da geopolítica amazônica, de acordo com suas respectivas tradições de pensamento. Para isso é feito uma resenha de obras específicas focando nas linhas mestras das proposições feitas, pois o intuito não é o debate pormenorizado dos conteúdos em si, e sim captar os principais conceitos, temas e posicionamentos dos autores.

Por fim, no quarto capítulo buscaremos então a explicitação das ideias e aproximação dos autores por meio do que foi anteriormente exposto, analisando os discursos e apontando continuidades e rupturas, diferenças e semelhanças nos temas e modos de proposição etc. Como mencionado no parágrafo anterior, o objetivo é explicitar as ideias-força dos autores e apontar as linhas gerais do pensamento, sem entrar propriamente em questões de ordem teórico-metodológica, uma vez que, para tal, demandaria maior preparo intelectual e um trabalho de maior monta. Porém, espera-se que tal aproximação possa vir a servir, quem sabe, de sugestão para futuras análises e pesquisas, como apontado nas considerações finais.

1 BREVE CARACTERIZAÇÃO DO PENSAMENTO GEOPOLÍTICO MUNDIAL E BRASILEIRO

A Geopolítica enquanto área de estudos surge no início do século XX, com o primeiro uso do termo sendo atribuído à Rudolf Kjéllen com suas obras *As Grandes Potências* de 1905 e *O Estado como forma de vida* de 1926. Naquela altura já existia o trabalho clássico *Geografia Política* de Friedrich Ratzel, de 1897, que é reconhecido como o marco precursor tanto da Geografia Política como da Geopolítica, uma vez que foi a obra fundante dos conceitos e ideias desenvolvidas por ambas as correntes, não só de forma concomitante, como sobrepostas e imbricadas até os dias de hoje. Segundo Costa (2008), Kjéllen “[...] em nenhum momento deixa dúvidas quanto ao caráter estreito, reducionista e expansionista de sua concepção de Estado e dos objetivos de sua ‘nova ciência’, intencionalmente dirigida aos ‘Estados-Maiores’ dos impérios centrais da Europa, em especial a Alemanha” (p. 56). Dessa forma, tanto a Geografia Política como a Geopolítica desenvolvem-se simultaneamente nos diferentes países, notadamente na Alemanha e França em um primeiro momento, e posteriormente se espalhando para mais países do mundo.

No tocante à Geopolítica foi paradigmático a elaboração de três conceitos-chave: poder marítimo, terrestre e aeroespacial. O primeiro é inaugurado pelos estudos do Almirante da Marinha estadunidense Alfred Thayer Mahan com a obra *The Influence of Sea Power upon History, 1660 – 1783*, de 1890. Poucos anos depois o geógrafo inglês Halford John Mackinder elabora o segundo conceito, e o apresenta na conferência “O Pivô Geográfico da História” na Real Sociedade Geográfica inglesa em 1904, que é depois publicado como artigo no *The Geographical Journal* e nele expõe suas principais teses geopolíticas, que são posteriormente aprofundadas no livro *Ideais Democráticos e Realidade*, de 1919, publicado pós-I Guerra Mundial (COSTA, 2008). Por fim, o poder aeroespacial é trabalhado pelo italiano Giulio Douhet e pelo russo Alexander P. de Servesky, ambos apontando para o potencial da aviação em atingir a retaguarda do inimigo, e como essa possibilidade, até então inexistente apenas com a artilharia, mudou os conceitos de *front* e retaguarda na guerra. O professor Luiz Alves Brigido Maia pontua que “Segundo Servesky: ‘O poder de um país será medido pelo seu poder Aéreo’. O domínio do ar é uma condição necessária, mas não suficiente, quer para vencer, quer para resistir” (2018, p. 37).

Outros geopolíticos que merecem destaque são o general alemão Karl Ernst Haushofer e o geógrafo Nicholas Spykman. O primeiro fundou o Instituto de Geografia de Munique e a Revista de Geopolítica, publicada entre 1924 e 1944 (MAIA, 2018, p. 34), que tiveram enorme contribuição para os estudos da disciplina na Alemanha e, segundo Costa, apesar de desenvolver pouco o aporte teórico e os conceitos da Geografia Política, trabalhou muito o caráter prático da geopolítica em temas como a importância do solo para o Estado e o caráter sacro-santo da terra; as pesquisas etno-políticas (“partindo do povo e da raça”); e a reflexão sócio-política. Usando como base o conceito de *espaço vital* de Ratzel (que o formula baseado na biologia e na tese malthusiana), fala dos países com grande “reserva territorial” – como EUA, URSS e Inglaterra – terem a possibilidade de vultoso desenvolvimento devido aos grandes espaços próprios, “e países como o Brasil, donos de grandes territórios, poderiam vir a tornar-se grandes potências se conseguissem dominá-lo internamente” (COSTA, 2008, p. 135). Sendo por isso intensamente debatido por outros países no mundo, fosse para um alinhamento com as ideias e fazendo uso dos conceitos², como notadamente por muitos Estados-Maiores na América Latina, ou para criticar e se opor frontalmente, como fizeram os franceses³. De um modo ou de outro, a influência do general e suas ideias é inegável para história da área.

O segundo, geógrafo radicado nos Estados Unidos, Nicholas J. Spykman, analisando o arco das orlas marítimas da Eurásia criou o conceito de *Rimland*, que se referia a uma zona de contenção entre o poder terrestre e marítimo. O primeiro representado pelo conceito de *Heartland*, de Mackinder, que caracterizava o “coração continental” da Eurásia (aproximadamente a porção equivalente a atual Rússia); e o segundo, como já referido, criado por Mahan para denominar o controle dos oceanos, tanto pelas vias da marinha mercante, como da marinha de guerra. Dessa forma Spykman propõe um conceito intermediário que reconhece ambos os poderes, porém atribui a dominação a partir da noção de controle para barrar um e/ou outro.

² Sobre este alinhamento no Brasil, Costa (2008) escreve que: “[...] especialmente Backheuser, que, ao vincular noções de Estado, território, raça e centralização, aproximou-se bastante das teses nacional-socialistas dos seus colegas geopolíticos de Munique” (p. 204).

³ Novamente, Costa (2008) exemplifica: “Em sua crítica à *Geopolitik* alemã em 1932, Albert Demangeon observou que esta renunciava deliberadamente a ‘todo espírito científico’, e que se ela (a geopolítica) desejasse ser incluída nas ciências, deveria ‘retornar à geografia política’” (p. 221).

Tal conjunto de menções aos principais teóricos da Geopolítica clássica se faz necessário pelo fato da vertente brasileira ter se desenvolvido em muito apoiada nos conceitos destes grandes autores e, em dada medida, “no Brasil, assim como em outros países da América Latina (Argentina e Chile, por exemplo), importou-se prontamente e exclusivamente a geopolítica, desde os seus primeiros movimentos na Europa” (COSTA, 2008, p. 179). Tendo sido os chamados *founding fathers* da disciplina no país os responsáveis por começarem a desenvolvê-la na primeira metade do século XX, nomes como Elyseo de Carvalho, Everardo Backheuser, Delgado de Carvalho, Mário Travassos e Cassiano Ricardo (FREITAS, 2004). Em um primeiro momento estes autores se basearam diretamente no que estava sendo produzido nos países europeus, de forma que “tanto Miyamoto como Mello identificam fortes influências de Ratzel, Kjellen, Mackinder e Spykman, principalmente nos estudos de E. Backheuser, M. Travassos, L. Rodrigues e Golbery, entre outros” (COSTA, 2008, p. 182).

Mesmo após o período dos *founding fathers*, já na segunda metade do séc. XX, a influência europeia sobre a geopolítica brasileira se manteve entre os geopolíticos militares, como nos aponta o professor André Martin na obra *Brasil, Geopolítica e Poder Mundial: o anti-Golbery*, publicada em 2018, derivada de sua livre-docência (defendida em 2007), em que para fechar o capítulo 2, justamente denominado “O *excepcionalismo* da Escola Brasileira de Geopolítica” estabelece uma relação que nos será fundamental:

A conclusão desse capítulo requer, porém, que se indique que é ninguém menos que o próprio Haushofer – o bode expiatório da *Geopolitik* nazista –, o elo decisivo entre a doutrina *imperialista* do *Containment*, formulada por George Kennan em 1947, e o projeto *nacionalista* do Brasil-Potência, abraçado pelo regime militar de 1964. Uma parte da demonstração desta tese é relativamente simples, uma vez que a *Teoria da Defrontação* de Teresinha de Castro, bem como a *Geopolítica pan-amazônica*, de Meira Mattos, contém referências explícitas ao mestre alemão. (MARTIN, 2018, p. 107)

Ambos os autores brasileiros serão abordados em capítulo específico no presente trabalho por serem justamente os dois da tradição de pensamento militar que estudaram a temática amazônica. Na sequência da história do pensamento geopolítico brasileiro entram justamente os autores da linhagem acadêmica civil, que atualizam conceitos, temas e abordagens em relação aos militares, como detalharemos nos subcapítulos a seguir.

1.1 Retomada histórica do pensamento geopolítico brasileiro

Existe certo consenso da geopolítica no Brasil ter começado a ser desenvolvida na década de 1920, porém um debate em aberto é sobre o pioneirismo na disciplina, Maia (2018) nos diz que apesar dos militares terem longa tradição dos estudos geopolíticos no Brasil “[...] refletir sobre o pensamento geopolítico brasileiro implica em várias dificuldades, principalmente quando o que se pretende é uma classificação de teorias ou delegar a um autor específico o título de pioneiro” (p. 47). Como vimos na Introdução desta pesquisa, Costa (2008) atribui a Everardo Backheuser o início de um pensamento “geomilitar” que seria seguido, principalmente, pelos autores militares posteriores. Já Martin (2018), ao tratar deste debate, coloca que “para o general Meira Mattos, por exemplo, tanto Everardo Backheuser quanto Mário Travassos deveriam ser considerados os dois pioneiros de uma Geopolítica brasileira sistemática e autoconsciente” (p. 76). O título é atribuído a Travassos pela obra *Aspectos geográficos sul-americanos*, surgida em 1931; e a Backheuser por ter sido “[...] o principal divulgador da nova disciplina em nosso país, sobretudo a partir do Curso de Geopolítica ministrado por ele, na PUC do Rio de Janeiro a partir de 1948” (*ibidem*). Apontando na sequência a concordância do pioneirismo deste autor também para o coronel Octavio Tosta. Ao passo que Travassos também tem o título reforçado por Ronald de Carvalho no prefácio à própria obra dele. Ou seja, as opiniões são divididas e dependem da argumentação/motivação de cada autor.

Já da parte do próprio professor André Martin, este afirma concordar com Shiguenoli Miyamoto na classificação de Elysio de Carvalho como o pioneiro da área, com as obras *Brasil potência mundial – inquérito sobre a indústria siderúrgica no Brasil*, publicado em 1919, e *O factor geográfico na política brasileira*, de 1921. E justifica dizendo que “devido a esta anterioridade e ao fato de que Elysio de Carvalho é o primeiro autor – ao que tudo indica –, a assumir explicitamente os postulados de Ratzel e Kjéllen em nosso país [...]” (2018, p. 75). Como o próprio professor comenta em seu livro, o debate é normal e saudável para a área, e o ponto aqui não é o pioneirismo em si, porém outros dois fatores interessantíssimos que compõe este debate. O primeiro é a afirmação de Martin (2018) ao dizer que “[...] parece plausível deduzir que o *esquecimento* de Elysio possa ser explicado, ao menos em parte, em função das posições socialistas e anarquistas que defendeu, ao longo de sua curta vida (1880 – 1925)” (p. 77, grifo do autor). Mesmo ponderando na sequência que a produção o autor:

[...] por outro lado, é eclética e tumultuada, enveredando pela literatura, estudos jurídicos e filosóficos, de modo que se torna difícil enquadrá-lo como um *geopolítico stricto sensu*. Apesar disso, deve-se reconhecer que tanto suas análises sobre o país, quanto suas recomendações ao Estado brasileiro, estão impregnadas do mais puro raciocínio geopolítico [...] (p.77, grifo do autor).

O segundo fator a se destacar vem na sequência por meio “[...] de dois outros autores pioneiros, que também como ele, não foram talvez suficientemente valorizados como tais [...]” (*idem*, p. 77-8). O primeiro é Delgado de Carvalho, que teve uma produção vasta em diversas áreas além da Geografia, como História, Pedagogia e Sociologia, tendo lançado a obra *Geografia do Brasil* de 1913, que é considerada um marco para disciplina, e também produz anos depois a obra *Introdução à Geografia Política*, de 1929. Já o “nosso segundo personagem é Fernando Antônio Raja Gabaglia, que escreve em 1918 *As fronteiras do Brasil*, trabalho apresentado no concurso para a cadeira de Geografia do Colégio Pedro II, no qual obteve o primeiro lugar (MACHADO, 2002, p. 52)” (MARTIN, 2018, p. 79). Do ponto de vista do intuito da obra de Martin (2018, p. 79):

O que estes breves exemplos pretendem mostrar é a grande dificuldade que enfrenta qualquer tentativa de classificação dos trabalhos relacionados a um suposto pensamento geopolítico brasileiro, ou que apenas trataram explicitamente de temas geopolíticos, tais como: cidades-capitais, fronteiras, posição, tamanho, recursos naturais e formação sociodemográfica. Se o critério lógico-histórico da apropriação do pensamento ratzeliano possibilita, de um lado, que se abra mão de toda uma pré-história que iria de Tordesilhas até o barão do Rio Branco, de outro, isto não soluciona o problema da dispersão das fontes e propósitos, quer em termos de formação disciplinar, de metodologia, ou de compromissos ideológicos e políticos dos autores.

Já do intuito da presente pesquisa é impossível deixar de notar o fato dos três autores mencionados como possíveis pioneiros serem civis. Como Backheuser também era, não podemos colocar como um fator determinante para que o pensamento geopolítico militar posterior, principalmente entre os militares de carreira, levasse ou não em consideração as obras. Porém pesa-se, sem dúvida, o fato de Mario Travassos ser militar, tendo começado a publicar ainda quando era Capitão do Exército, e chegando a Marechal no final da carreira. Sobre a importância deste autor Freitas cita dois outros autores:

Como afirma Santos (1987), ‘(...) os trabalhos de Mário Travassos constituem um divisor de águas nos estudos sobre Geopolítica brasileira’ (p. 565). Outrossim, para Coutau-Bégarie (1990), o fato de posteriormente Mário Travassos ter sido nomeado marechal retrata uma

dignidade que se deve em grande parte à sua obra intelectual. (2004, p.17, grifo nosso)

Demonstrando dessa forma a importância não só, claro, das obras do autor em si, mas o quanto sua produção intelectual contribuiu para sua própria carreira militar, sendo “natural” o reconhecimento dentre seus pares. Este apontamento não tem o intuito de reforçar separações entre os meios militar e civil, porém demonstrar que este debate está colocado desde o início da história da disciplina, envolvendo, literalmente, os primeiros trabalhos.

Após as obras dos *founding fathers* nessa primeira metade do século XX, a geopolítica militar mais propriamente dita ganhou destaque, primeiramente na figura do General Golbery do Couto e Silva, seguido pelo General Carlos de Meira Mattos, sobre o qual Costa observa que,

Sob esse novo formato, a geopolítica dos anos de 1970 elabora um discurso do tipo triunfalista, a ideia do Brasil-Potência, bem adequado àquele período de conjugação de regime militar fechado e crescimento econômico. O seu maior representante dessa fase foi, sem dúvida, o General Meira Mattos, cujos principais trabalhos foram publicados entre 1975 e 1980. (2008, p. 207)

Em termos gerais Mattos dá continuidade na tradição geopolítica brasileira e se auto intitula discípulo de Mario Travassos, então suas ideias de Brasil-Potência são balizadas por este e por Golbery no tocante à projeção interna e externa. Contemporânea a ele, temos a professora Therezinha de Castro que, apesar de civil, tem seu pensamento e produção intelectual geopolítica associada à tradição do pensamento militar, como aponta Freitas:

[...] a contribuição intelectual e literária de Therezinha de Castro para a Escola Brasileira reflete, em suas premissas, a continuidade daquilo que Carlos de Meira Mattos definiu como ‘fio de pensamento geopolítico’, cuja gênese radica no objeto definido esquematicamente a partir dos anos de 1920 e 1930 e doravante aceito como denominador comum às sucessivas gerações de pensadores geopolíticos. (2004, p. 110)

Após os autores da geopolítica militar, como vimos, o artigo *A Geografia e o Resgate da Geopolítica* (1988) da professora Bertha Becker representa um marco que retoma oficialmente esta área de estudo para o âmbito acadêmico civil. Divisão essa associada, dentre outros fatores, ao próprio fim do regime ditatorial militar em 1985, reconhecida inclusive por autores estrangeiros, como aponta Costa citando o trabalho de

Michel Foucher de 1988 sobre fronteiras, *Fronts et frontiers: un tour du monde géopolitique*, em nota de rodapé diz que o autor:

Também considera que o tipo de regime político dos países é um fator gerador de tensões fronteiriças ou de tendências regionais hegemônicas. No caso brasileiro, por exemplo, distingue um projeto geopolítico de inspiração militar (estratégia de integração baseada na segurança nacional) e identifica no General Golbery uma noção ratzeliana de fronteiras ('fronteiras moventes'). Com a democratização de muitos países do continente, surgiria, a seu ver, uma 'geopolítica civil' não expansionista e independente das doutrinas de 'Segurança Nacional' (principalmente no Brasil e na Argentina). No Brasil em particular, Foucher identifica essa 'nova geopolítica' com o Coronel Cavagnari e suas ideias sobre 'potência média' e 'autonomia estratégica', lembrando até que, enquanto Golbery referia-se a Ratzel, aquele referia-se a Castoriadis e R. Aron. (COSTA, 2008, p. 284)

É ainda interessante destacarmos que Martin (2018) aponta para o fato de que a geopolítica própria do ambiente militar e sua imbricação com a prática do governo ditatorial com a questão de segurança nacional criou um “divórcio epistemológico” entre a Geopolítica e as Relações Internacionais no país, de forma que “tal é o quadro que perdurara até recentemente, de modo a indicar que só agora as peças começam a se mover, na direção da convergência teórica entre as duas disciplinas, e da construção de uma estratégia nacional mais autônoma” (p. 99). E a importância da retomada pelo ambiente civil da produção Geopolítica é também apontada por Costa (2008), pois estaria mais voltada ao poder em geral, então “[...] nesse sentido, são de suma importância as análises das formas de distribuição do poder no espaço nacional, regional etc., e os modos de repartição desse poder no interior da sociedade, cada vez mais territorializada em suas práticas sociais cotidianas” (p. 25). Sendo justamente esse olhar para os atores locais e regionais reconhecidos no jogo de forças do poder e do território uma das marcas do discurso civil, como detalharemos em outros capítulos.

1.2 A Escola Geopolítica Brasileira e seu caráter militarizado

A proposição de reunir o pensamento geopolítico brasileiro em uma mesma “escola de pensamento” foi feita por Jorge Manuel da Costa Freitas em sua obra *A Escola Geopolítica Brasileira*, publicada em 2004 pela Biblioteca do Exército Editora. O mais interessante a se notar é que apesar de, à altura da data de publicação, já haver trabalhos acadêmicos da corrente civil da geopolítica, o autor opta por agregar na mesma Escola teórico-metodológica “até” os trabalhos da professora Therezinha de Castro, que vem a falecer no ano 2000. A ressalva no “até” se dá pelo fato de, por exemplo, a professora Bertha Becker (maior nome da corrente de pensamento geopolítico civil) já ter publicado trabalhos na área ao longo dos anos 1980 e 1990, demonstrando que a questão não é unicamente cronológica. Ademais, Freitas justifica sua escolha com base em dois “vetores basilares”: o primeiro é o reconhecimento de um mesmo paradigma nas produções geopolíticas dos autores por ele elencados com base nos conceitos de espaço e posição; por outro, por essa produção ter como elemento comum “[...] a Geopolítica como ciência auxiliar na formulação da política do Estado [...]” (2004, p. 11), tanto para amenizar as discrepâncias internas, como para sugerir a conduta externa do país, dentro do que Golbery chamou de “pragmática dos estadistas”.

A obra é dividida em cinco partes: a primeira para tratar brevemente do que o autor denominou *founding fathers* [“pais fundadores”] da geopolítica brasileira, que são basicamente os autores que publicaram trabalhos na primeira metade do século XX e foram os responsáveis por estruturar a disciplina no país; na sequência, passa para as três principais partes do livro, com um estudo mais detalhado sobre três autores: Golbery do Couto e Silva, Carlos de Meira Mattos e Therezinha de Castro. Dedicando um capítulo a cada autor, faz uma resenha que vai desde a biografia até as principais obras e ideias-força de cada um deles. Brevemente, os dois primeiros foram militares de carreira que compuseram a Força Expedicionária Brasileira (FEB) na II Guerra Mundial lutando na Itália ao lado dos Aliados, e que ao retornarem ao Brasil se empenharam na criação e estruturação de um centro de estudos e pesquisas geopolíticas e estratégicas, a Escola Superior de Guerra (ESG), fundada em 1949 e em atividade até hoje, como veremos adiante. A terceira autora foi uma professora de enorme renome e reconhecimento pela sua produção intelectual – ao longo de quarenta anos de publicações (1960 – 2000) – tanto no meio acadêmico, como militar, tendo ao longo de sua carreira dado aulas, palestras e conferências em centros militares como a própria ESG, a Escola de Comando

e Estado-Maior do Exército (ECEME), Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR), Escola de Guerra Naval (EGN) e na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército (EsAO) (FREITAS, 2004, p. 88). E então fecha a obra com um capítulo de análise e comparação entre os autores, além de abordar brevemente as críticas endógena (nacional) e exógena (internacional) feita aos mesmos.

A premissa que Jorge Freitas usa para traçar uma coesão entre o pensamento dos autores em questão já estava presente em outros estudiosos do tema, como o professor Wanderley M. da Costa, quando este diz na obra derivada de sua tese de doutorado, tendo a 1ª edição publicada em 1992, que:

De todo modo, os estudos explícita e assumidamente geopolíticos, no sentido de produzir formulações mais diretamente envolvidas com as estratégias do poder estatal, têm sido geralmente realizados fora do sistema precipuamente acadêmico, sendo assim, no mais das vezes, identificados com as atividades dos Estados-Maiores das Forças Armadas e centros de estudos direta ou indiretamente a eles ligados. (2008, p. 19)

Reconhecendo o caráter militarizado da maior parte do que estava sendo produzido até então. Este viés de boa parte da geopolítica formulada, não só no Brasil como em outros países latino americanos, é amplamente abordado em diversas obras da área. Outra similaridade do continente são as ditaduras militares na segunda metade do séc. XX, no caso brasileiro em vigor durante 21 anos (1964-1985), apoiadas pelos EUA como combate ao comunismo no cenário político mundial bipolar da Guerra Fria. A associação entre as proposições geopolíticas e os regimes ditatoriais também são amplas e, no caso brasileiro, esta ligação se estabelece não só do ponto de vista ideológico, mas também do prático, uma vez que é notável a proximidade tanto de Golbery quanto de Meira Mattos aos Executivos militares, inclusive ocupando cargos do alto escalão governamental. O primeiro como chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI) no governo de Humberto Castelo Branco (1964 – 1967); depois como Ministro-chefe do Gabinete Civil no governo Ernesto Geisel (1974 – 1979); e mantendo-se no cargo no governo de João Baptista de Figueiredo (1979 – 1985) até 1981; e o segundo como subchefe do Gabinete Militar da Presidência da República no governo Castelo Branco e interventor federal em Goiás entre 1964 – 1965, além de muitos outros cargos de relevância militar, que podiam ter intercâmbio com o cenário político em voga.

Outrossim a esta relação está na ligação entre estes autores com a Escola Superior de Guerra (ESG), centro de altos estudos do Exército para tratar de temas como Estratégia, Defesa e Geopolítica, como coloca de maneira precisa o professor Luiz Alves Brigido Maia:

A Escola Superior de Guerra (ESG), criada pela Lei nº 785/49, é um Instituto de Altos Estudos de Política, Estratégia e Defesa, integrante da estrutura do Ministério da Defesa. Destina-se a desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários ao exercício de funções de direção e assessoramento superior para o planejamento da Defesa Nacional, nela incluídos os aspectos fundamentais da Segurança e do Desenvolvimento. (2018, p. 41)

Sendo então um lugar profícuo para que autoridades do alto escalão civil e militar pudessem estudar, pensar e pesquisar a realidade brasileira, tanto em relação ao próprio território, como em sua projeção internacional no cenário mundial. Aqui, cabem duas observações relevantes, a primeira é exatamente o caráter colaborativo militar e civil, pois “a busca pelo estímulo intelectual multidisciplinar fez com que, a partir de 1951, além de militares dos estamentos superiores das três Forças, a Escola passasse a receber também a contribuição de civis do mais alto nível dos diversos segmentos profissionais da sociedade” (MAIA, 2018, p. 41), tendo sido justamente esse passo responsável por um enriquecimento da produção intelectual da Escola, como enfatizado pelo professor:

Segundo MUNDIN (2007, p.50), a ‘integração ideológica direta com os civis tornou possível a criação de uma produção intelectual ampla e altamente reprodutiva, traduzindo-se rapidamente em um campo híbrido (intelectual e político). Durante toda a década de 1950, ano após ano, a ESG conseguiu criar alto nível de circulação de especialistas nas mais diversas áreas, aglutinando e disseminando sua doutrina por meio de seus estagiários diplomados’. (MAIA, 2018, p. 44)

O segundo ponto a ser destacado é que apesar da importância da ESG no sentido acadêmico, como centro de estudos especializado, cabendo a ela “[...] planejar, coordenar e desenvolver os cursos que foram instituídos pelo Ministro de Estado da Defesa” (*idem*, p. 41), não cabe à Escola desempenhar funções de formulação direta de políticas públicas, nem de diretrizes governamentais.

Esse segundo ponto é particularmente importante ao nosso debate uma vez que é a ligação dos autores da Escola Geopolítica Brasileira com a ESG um dos fatos que torna possível estabelecer as ligações entre o pensamento geopolítico e o regime ditatorial, porém é também justamente devido a ele que Martin consegue levantar o questionamento

do quão efetivo essa ligação de fato foi para as vias práticas, quando diz parecer “[...] que a associação mecânica ‘ESG-Geopolítica’ não corresponde aos fatos, pois nem a ESG ocupava-se exclusivamente de Geopolítica, nem a produção brasileira sobre a geopolítica resume-se exclusivamente ao pensamento *esguiano*” (MARTIN, 2018, p. 103), sendo necessário certa ponderação na associação entre estes fatores. E é justamente a continuação do raciocínio de Martin que corrobora nosso ponto nesta pesquisa de uma diferenciação entre a geopolítica militar e civil, quando diz que “[...] é muito discutível que se possa enquadrar nessa mesma *escola de pensamento*, toda a variegada produção acadêmica surgida após 1980, e, do mesmo modo, é preciso reconhecer que também a ESG hoje não é a mesma da dos tempos do regime militar” (p. 101, grifo do autor). O professor faz essa colocação baseado na definição do Coronel argentino Hugo Gastón Sarno que conceitua que “[...] uma escola de pensamento é uma usina intelectual que possui uma marca característica, por sua vez ligada aos seus mestres fundadores, mas que necessita, também, ser continuamente renovada pelos seus seguidores” (p. 102). Dando indícios dessa renovação não ter continuado por parte de todos os autores da área, como no pensamento geopolítico universitário, por exemplo.

De todo modo, a importância da ESG é inegável, como assinala Luiz Maia citando o General Meira Mattos: “Em 1949, com a criação da Escola Superior de Guerra, o pensamento político brasileiro começou a se estruturar em bases realistas e científicas. É a ESG responsável por uma doutrina política essencialmente brasileira, fundamentada na dinâmica da aplicação do poder nacional” (MATTOS, 1975, p. 60 *apud* MAIA, 2018, p. 48). E, ainda citando o general, explicita que:

De 1949 a 1964, durante 14 anos, a ESG não teve influência nas decisões do governo. Entretanto, formulou sua doutrina de segurança nacional e pesquisou profundamente no campo do desenvolvimento. Formou elites civis e militares aptas a pensarem o Brasil com objetividade, como um todo, a se exercitarem na formulação de uma política de aplicação do poder nacional para a segurança, a se aprofundarem nas tentativas de selecionar rumos para o nosso desenvolvimento. (MEIRA MATTOS, 1975, p. 61 *apud* MAIA, 2018, p. 59)

Deixando assim subentendido que, após 1964, passou a existir a influência da ESG nas decisões do governo. Sobre a Escola, por fim, Maia diz que esta

[...] ao assumir o projeto de tornar o Brasil ‘grande potência’, reforçava os laços com diversas propostas geopolíticas brasileiras. Talvez a

pioneira fosse a do capitão Mário Travassos, que em sua obra *Projeção Continental do Brasil* traçava os rumos para o Brasil alcançar a hegemonia na América do Sul, ultrapassando a Argentina. O general Meira Mattos também abordou em seus escritos o tema ‘Brasil Potência’. Por exemplo, no livro *Geopolítica e Projeção de Poder*, no contexto da Guerra Fria e do conflito entre as duas superpotências (EUA e URSS), Meira Mattos apresenta o Brasil como aspirante a superpotência. (2018, p. 128)

Este tema do Brasil-Potência é uma das constantes no pensamento geopolítico, uma vez que todos os autores formulam suas teorias com vistas a colaborar com esse projeto nacional mais amplo, mesmo que os caminhos e proposições variem e, porventura, até sigam diferentes linhas ideológicas, teóricas e metodológicas. Outro dos temas que perpassa as produções da área é o da coesão nacional e integração do país, como assinala Costa:

Esse é o discurso [da integração econômica-territorial] geográfico e político que predominou em boa parte da história republicana do país, e que, em certa medida, reiterava concepções que remontam ao período colonial. A partir dos anos de 1920 ele passou a integrar os círculos de pensamento oficiais e paraoficiais de modo cada vez mais sistemático. O desenvolvimento dos estudos geográficos, combinado com esse tipo de ‘ideologia nacional’, é que resultaria no que foi rotulado de pensamento ‘geopolítico brasileiro’. (2008, p. 187)

Assim, de certa forma, teremos essa problemática interna da coesão nacional como pano de fundo para o projeto Brasil-Potência que, em sendo alcançado, promoveria o país a determinado lugar de destaque no jogo de forças internacional. Esse raciocínio é genérico e esquemático, uma vez que os três pontos acontecem concomitantemente, além de serem entrecortados por tantos outros.

O objetivo deste subcapítulo é demonstrar o caráter militarizado da então Escola Geopolítica Brasileira que, como vimos, não trata de toda a produção brasileira na área, porém reúne alguns autores com similaridades na produção intelectual, principalmente atendendo aos dois vetores basilares apontados por Freitas. No entanto, não podemos falar desta corrente de pensamento sem tratar, mesmo que brevemente, da importância elementar de um de seus autores, o general Golbery do Couto e Silva, uma vez que este é apontado por todos os autores por nós lidos como tendo sido, aparentemente, um divisor de águas, tanto na área, como dentro da própria geopolítica militar, como reforça André Martin ao dizer que “[...] afinal, o ‘Bruxo’, como muitos o chamavam, havia sido a figura mais eminente do regime militar, e tendo falecido dois anos depois do fim deste, deixara

um legado teórico e prático para a Geopolítica, e para a política brasileira, simplesmente irrecusável” (2018, p. 13). Wanderley Messias da Costa o coloca como “o último dos ‘clássicos’ do que se pode chamar de *Geopolítica de Estado-Maior* desenvolvida no país [...], cujos principais textos foram produzidos nos anos de 1950 e reunidos e publicados em 1967 [...]” (2008, p. 199, grifo do autor), de forma mesmo que “muitos consideram o livro *Geopolítica do Brasil*, de Golbery do Couto e Silva, publicado em 1967, a obra mais importante e influente sobre a incorporação da geopolítica brasileira no contexto da Guerra Fria e da Segurança Nacional” (MAIA, 2018, p. 50). Tendo sido um autor que mudou paradigmas na área, como observa Costa:

[...] as ideias do autor apresentam algumas novidades em vários aspectos, que, se não implicam ruptura com o pensamento vigente, apontam pelo menos para uma sofisticação de análise que o distancia do esquematismo excessivo até então predominante no setor. Assim, por exemplo, se a sua filiação (na raiz) encontra-se em Ratzel, parte substantiva de suas ideias sugere uma forte influência dos norte-americanos, especialmente de Spykman, mas também de Mahan, Walsh, Whittlesey, Weigert etc. (2008, p. 200)

E, complementa mais afrente:

No plano da natureza de suas análises, a inovação encontra-se também em seu ecletismo explícito, o que o leva a trabalhar efetivamente com uma síntese parcial das várias correntes da geografia política, que inclui autores tão distintos como Ratzel e Kjéllen, de um lado, e Hartshorne e Vallaux, de outro. Nesse aspecto, ele é certamente mais erudito e menos dogmático que a maioria de seus colegas da geopolítica. (*ibidem*)

Por todos esses fatores ele foi um marco e “[...] sofisticou, assim, a análise geopolítica brasileira, concebendo-a como instrumento simultaneamente político, militar e especificamente territorial” (COSTA, 2008, p. 206). Sendo apontado por Martin que no ensaio “O Brasil e a defesa do Ocidente” de 1958 (que compõe a obra *Geopolítica do Brasil*) “[...] pode-se perceber o esforço em dissociar uma *nova geopolítica*, sistemática e pró-americana, da anterior, de feições amadorísticas, e influências nitidamente germânicas” (2018, p. 192). Do ponto de vista do legado teórico e conceitual foi “[...] o grande mentor das concepções de Segurança Nacional, dando continuidade, ao mesmo tempo, à ‘teoria do adensamento’, com as propostas de ocupação dos ‘espaços vazios’, tão caras ao meio militar” (BARBOSA, 2007, p. 24-5). Porém também tendo divergências em alguns temas com os autores que o precederam, como no caso da Geopolítica Externa, como também apontado por Martin que:

No último sentido, que é o que mais nos interessa, a divergência de opiniões é flagrante entre Travassos e o pensamento *esguiano*, liderado por Golbery. Ao passo que o primeiro quer ver o Brasil protegido *dos* Estados Unidos, o segundo quer ver o Brasil protegido *pelos* Estados Unidos, o que não é, convenhamos, distinção de pouca monta, ainda que se leve em consideração a diferença de conjunturas em que se produziram os dois modelos de pensar. (2018, p. 93, grifos do autor)

Para finalizar esta breve exposição sobre a importância de Golbery, vale destacar justamente a concepção geopolítica deste autor, que dizia “[...] ‘que esta precede a Política, não tanto como componente desta ou mera parcela sua, antes colaborando com ela mediante a apresentação de sugestões e projetos também’” (COUTO E SILVA, 1983, p. 102 *apud* MAIA, 2018, p. 50). Concepção esta reiterada por Freitas, que afirma:

Desse resumo acerca dos pressupostos teóricos que estão na base das concepções geopolíticas de Golbery do Couto e Silva, o principal aspecto é a *aplicabilidade* dos referidos fundamentos, quer dizer, a Geopolítica não se afigura apenas como programa de estudos acadêmicos, antes possui uma vocação intrínseca de ‘conselheira da política’. (2004, p. 42, grifo do autor)

Como último ponto a ser tratado sobre a Escola Brasileira de Geopolítica, vale destacar os aspectos elencados por Freitas das críticas endógena e exógena à esta tradição de pensamento. Em relação à primeira o autor aponta que:

A principal crítica endógena feita à Escola Geopolítica Brasileira prende-se à amplitude da sua relação e influência exercida sobre a sede do poder desde 1964. [...] O fato de Golbery do Couto e Silva e de Carlos de Meira Mattos serem oriundos do grupo sorbonista, acrescentado à relevância dos papéis políticos por estes desempenhados em vários executivos militares, justificaria a ligação estabelecida entre as teses geopolíticas e a ação prática dos governos. (2004, p. 119)

Esse primeiro e principal aspecto elencado nos é interessante por se tratar exatamente de um dos pontos aqui apresentados como fator de destaque do caráter militarizado desta Escola, que foi a proximidade dos teóricos com o regime militar. Esta ligação com a ditadura faz com que Freitas conclua que “[...] as críticas internas inserem-se num esquema de análise que tem por objeto o estudo das motivações ideológico-políticas subjacentes e naturais às concepções geopolíticas elaboradas” (2004, p. 119). Muitas vezes sobrepondo, inclusive, as proposições teóricas em si, e focando no aspecto ideológico no qual a teoria foi elaborada. É interessante esta percepção do autor, pois esses fatores ideológico-teórico parecem mesmo ser apontados pelos estudiosos do tema,

podemos tomar para exemplo uma passagem em que Costa classifica Golbery nos seguintes termos:

Dessa forma, no que diz respeito a um aspecto essencial de sua postura teórica e política, o seu pensamento é conservador e autoritário, isto é, filiado a concepções típicas de parte importante da elite civil e militar no poder desde o Império e, mais diretamente, desde os primeiros momentos da República. Para esta elite, a questão nacional estava antes de tudo afeta a um Estado forte, centralizador e realizador das ‘aspirações nacionais’. (2008, p. 199)

Esta ligação entre o posicionamento político e concepções teóricas teriam desdobramentos no modo como essa teoria era feita, e em quais e como os conceitos eram desenvolvidos, por exemplo:

Estabelecendo uma íntima ligação entre Geopolítica e pensamento militar, para esses autores [críticos da Escola] o primeiro aspecto polêmico reside naquilo que julgam ser a identificação feita pelos geopolíticos entre os conceitos de Estado e Nação. Ao adotarem direta ou indiretamente como válida a concepção da formação histórica dos grupos humanos organizados, tendem ambos a privilegiar uma visão organicista do Estado, entendido como superior intérprete dos interesses do ‘ser nacional’. (FREITAS, 2004, p. 119-20)

Com o autor explicando na sequência que dessa associação derivam duas importantes consequências:

[...] se por um lado esse tipo de leitura dos processos sociais leva à negação da perene conflitualidade interna entre as diferentes partes constituintes do todo coletivo; por outro, os interesses nacionais a serem defendidos através da ação prática do Estado serão definidos com base em critérios próprios ao grupo dominante, procurando concebê-los como extensivos ao remanescente da sociedade. (*idem*, p. 120)

O autor continua, na obra, elencando outros pontos relevantes da crítica endógena em relação às concepções teóricas desta corrente geopolítica, porém fizemos questão de destacar este último ponto em específico, dos conceitos de Estado e Nação, por ele nos adiantar sucintamente parte do debate sobre a Amazônia que faremos mais adiante em outros capítulos, uma vez que esse apagamento ou negação da conflitualidade interna somados aos critérios para os interesses nacionais levados a cabo serem definidos pelo grupo dominante como sendo parte da vontade da sociedade nacional, são aspectos amplamente percebidos na temática amazônica por ser justamente uma imensa região, de uma diversidade interna enorme, que desemboca em conflitualidades em diferentes níveis

e há a sobreposição de decisões verticais do Estado sobre a mesma, não só no contexto ditatorial, como na própria história regional desde os tempos da Colônia.

Ainda referente a crítica endógena, vale mencionar um último aspecto em como ela é feita sobre a relação ESG-Geopolítica, pois, como vimos, além da proximidade teóricos-regime militar, outro ponto importante destacado foi o papel da ESG nessa proximidade. De forma que sendo

Orgânico, hierárquico-estamental e ultra-elitista, o pensamento difundido e defendido pela elite militar vai, destarte, encontrar na Escola Superior de Guerra o seu laboratório de análise privilegiado, atuando o conhecimento da Geopolítica como um dos elementos estruturantes, quer da Doutrina de Segurança Nacional, quer do conceito estratégico aí formulado. (FREITAS, 2004, p. 120)

Essa associação comporta diversos aspectos como o fato, por exemplo, do pensamento geopolítico dos três autores desta Escola ter sido fortemente marcado pelo contexto da Guerra Fria e, por meio da Doutrina de Segurança Nacional, estabelecer uma série de paradigmas como a inevitabilidade da aproximação com os EUA, a defesa do Ocidente cristão e a criação de um inimigo interno representado em linhas gerais pelo marxismo e pelos agentes sociais que a ele pudessem estar associados. Com essa perspectiva de guerra interna e externa é que Freitas sintetiza:

Por sua vez, e reforçando a tese do paralelismo entre Geopolítica e pensamento militar, afigurando-se as Forças Armadas como as responsáveis pela defesa e segurança nacionais, o espectro de guerra é entendido como base legitimadora para o exercício pretoriano do poder, desempenhando ainda a função de uniformização política em virtude da existência de uma constante ameaça colocar em risco a sobrevivência nacional. (2004, p. 121)

Esse tema e ideário da guerra associado ao tema recorrente na geopolítica da coesão e integração nacional tem um desdobramento tão profundo e enraizado na sociedade brasileira que leva a professora Altiva Barbosa a dizer:

É assim que, mesmo após a Constituição [de 1988], o militar garante sua permanência institucional definitiva. Uma das razões básicas para a continuidade desse poder era que apenas o exército apresentava-se apto a garantir a integração de todas as unidades do país, dada a enorme extensão territorial, as diferenças políticas, culturais e econômicas e, sobretudo, à fragilidade do sistema republicano. Ao mesmo tempo, a instituição militar assegurava seu sentido institucional máximo: a defesa da nação coesa. (2007, p. 98)

Passando para crítica exógena, Freitas pontua que “especificamente, o Brasil é considerado pelos analistas o país da América Latina onde os estudos geopolíticos atingiram não só maior aprofundamento conceitual, como ainda aquele no qual a *práxis* política foi mais influenciada por esses ensinamentos” (2004, p. 123). Como um dos exemplos o autor cita o professor Políbio Valente de Almeida, que em sua análise enfatiza que:

[...] ao conjunto de ensaios geopolíticos realizados na América Latina em geral e no Brasil em particular: ‘Também nesta área estão bastante desenvolvidos os estudos de geopolítica, principalmente no plano interno. No plano externo há ainda muito que dizer: os trabalhos geopolíticos têm uma forte componente da metodologia militar e assim: na maioria dos casos, devem considerar-se como meros ensaios estratégicos; além disso, uma parte substancial destas obras contém uma larga porcentagem de generalidades que se vão repetindo com frequência’. (ALMEIDA, 1994, p. 81 *apud* FREITAS, 2004, p. 124)

Em linhas gerais Freitas explica que é possível dividir o conjunto da crítica exógena em dois grandes grupos. O primeiro dos *Brazilianists*, grupo formado por professores universitários estadunidenses que, com o rápido crescimento do Brasil após 1960, passaram a se interessar pelo país sob uma ótica otimista em relação ao conjunto de características nacionais que poderiam alavancar o Brasil para condição de potência em um possível cenário pós-Guerra Fria, que se mostrava potencialmente multipolar e facetado. Já o segundo grupo seria aquele formado pelos intelectuais latino americanos que, ao contrário dos primeiros, olhava com ressalvas e grande receio perante o que ficou conhecido como *imperialismo brasileiro*, fundamentado principalmente por três aspectos: os atritos residuais desde a época da colonização do continente entre os elementos luso-brasileiros e hispano-americanos; a elevação do Brasil como potência regional pós-Segunda Guerra Mundial em detrimento da Argentina; e a própria política desenvolvimentista dos governos militares pós 1964 (FREITAS, 2004, p. 123-126).

Já à guisa de conclusão, temos uma possível síntese dos valores dessa corrente de pensamento feita por Freitas em seu capítulo final sobre a análise dos pensamentos dos três autores por ele trabalhados, em que um dos aspectos de convergência elencados entre os pensamentos está expresso no parágrafo seguinte que, apesar de longo, resume bem o conjunto de temas aqui abordados:

[...] essa visão geopolítica da realidade brasileira vai inserir-se, por sua vez, num paradigma de valores comum às obras elaboradas após a

Segunda Guerra Mundial: respeito pelo sistema liberal de governo, realçando, todavia, o papel da autoridade na sua gestão; defesa da civilização cristã do Ocidente perante a ameaça do comunismo internacionalista; importância de um diálogo estratégico profícuo Brasil-Estados Unidos e reconhecimento do *status* de potência regional a ser desempenhado por aquele na América do Sul (aliado privilegiado). Estando sempre presente que os propósitos defendidos só poderão ser efetivados mediante uma construtiva inserção do Brasil no bloco ocidental democrático, o confronto Leste – Oeste marcará, assim, de forma indelével as teorias produzidas pela Escola Geopolítica Brasileira até meados da década de 1980. (FREITAS, 2004, p. 114)

Temos assim, de forma geral, os valores, o contexto, os autores, os temas e conceitos desenvolvidos pela Escola Geopolítica Brasileira, que marcou um longo período dessa disciplina no Brasil e ainda hoje tem não só sua importância histórica, mas continua exercendo influência sobre os trabalhos da área, como nos aponta Barbosa em relação à Amazônia:

As concepções de Mário Travassos (1947), Golbery do Couto e Silva, Carlos Meira Mattos, e outros, continuam influenciando concepções geopolíticas atuais. É nossa tarefa entender em que medida essas ideias e conceitos têm alguma conexão com a realidade da Amazônia contemporânea, bem como em que devemos avançar em relação a elas. (2007, p. 25)

A seguir veremos como se desenvolveu a vertente civil da geopolítica brasileira, principalmente no ambiente universitário pós-redemocratização, fim da Guerra Fria e novo cenário na chamada Nova Ordem Mundial. Pois, como já apontava Costa à época de sua tese:

Esta é uma área [geografia política] que tem merecido especial atenção por parte dos aparelhos estatais dedicados à formulação e execução de políticas públicas, em particular nos segmentos voltados às estratégias de alcance nacional e mesmo internacional. A esse respeito, seria certamente precipitado deduzir que tais atividades estejam restritas aos segmentos militares dos Estados, pois isso não é verdadeiro nem mesmo para os notoriamente autoritários. (2008, p. 17)

1.3 O Resgate da Geopolítica no ambiente acadêmico

Como indica o título deste subcapítulo, a Geopolítica voltou assumidamente à pauta dos estudos acadêmicos de forma explícita e com todas as letras após a publicação do já mencionado artigo *A Geografia e o Resgate da Geopolítica* da professora Bertha Becker na edição especial da Revista Brasileira de Geografia, volume 50, número 2, de 1988.

Antes de apreciarmos o artigo em si, vale ressaltar que existiam trabalhos na área nas décadas anteriores e mesmo nos anos oitenta, inclusive da própria autora, porém pontuais e nem sempre com a discussão ocorrendo internamente na universidade. Como exemplo temos as publicações da professora Therezinha de Castro que, como vimos no subcapítulo anterior, estava mais vinculada ao pensamento militar e suas instituições; outro exemplo é o apontado por Costa: “Quando Cavagnari publicou aquele que seria o seu mais famoso artigo em 1984, estava inaugurada a primeira ruptura explícita no seio do pensamento militar geopolítico e estratégico” (2008, p. 212). Assim, apesar da ruptura de pensamento e do fato de Cavagnari Filho estar dentro da universidade, podemos deduzir que por ser um militar, mesmo que na reserva, era interlocutor inescapável a esse meio. Por essa escassez de autores e obras somadas ao apagamento do debate interno ao ambiente universitário, é que se fez necessário o “resgate” proposto por Becker. O próprio Costa elogia a proposição da professora em não retomar apenas o campo de estudos pela Geografia enquanto ciência, mas também pela simbologia de, com a academia se reapropriando do debate, significar também a retomada pela sociedade civil de um discurso potente e estratégico, uma vez que esta permaneceu apartada dessas discussões pela centralização do poder e censura no regime militar, nas palavras do autor: “[...] Bertha Becker não resgata esse campo de reflexões apenas para a geografia, mas, [...] recupera-o para o ambiente acadêmico. A considerar-se a nossa peculiar história política, isto equivale, no Brasil, a um legítimo *resgate civil*” (2008, p. 219, grifo do autor).

Tratando agora do artigo em si, podemos dividi-lo, grosso modo, em três grandes partes. Na primeira a professora justifica os porquês da necessidade de resgate da Geopolítica, apontando tanto para as questões conceituais, como territorialidade e gestão do território, escalas de análise, a sobreposição da “Cronopolítica” sobre a Geopolítica pela passagem da Estratégia para a Logística enquanto fundamento da guerra, dentre outros pontos; como para as mudanças empíricas da conjuntura mundial que tornavam urgentes a construção de conhecimento nessa área pela Geografia, notadamente as

questões tecnológica e territorial, por uma razão mesma de utilidade social, uma vez que, devido aos anos ditatoriais, houve um duplo processo, por um lado de rápidas e significativas mudanças espaciais e, de outro, a não apropriação pela sociedade dessas mudanças, levando a uma constatação de que “pensamos hoje uma organização do espaço que não existe mais, e a perda desse saber estratégico constitui perda de poder e empecilho à gestão democrática do território” (2012 [1988], p. 117). Alinhada a esta proposta de gestão democrática Becker enfatiza que o que está propondo resgatar é o reconhecimento da potencialidade política e social do espaço, destacando-se as relações e a multidimensionalidade do poder que está presente em todos os níveis e diversos atores sociais, não mais, como historicamente na área, apenas os atores hegemônicos como Estado e empresas. Sobre esta primeira parte acreditamos que a autora sintetiza muito bem as questões no seguinte parágrafo:

Negar, portanto, a prática estratégica, seja a das origens da disciplina, seja a teorizada por Ratzel, seja a da Geopolítica explícita do Estado Maior, ou a implícita na prática dos geógrafos, é negar a própria Geografia, que foi, assim, prejudicada no seu desenvolvimento teórico e na sua função social. E repensar a Geografia envolve necessariamente o desvendar da Geopolítica, sua avaliação crítica e seu resgate, e trazer esse conhecimento para o debate da sociedade. Em outras palavras, nesse campo de preocupações, à Geografia caberia a teorização sobre a prática estratégica desenvolvida pela Geopolítica. (*idem*, p. 118)

Já na segunda parte temos a exposição do chamado pela autora de “Projeto Geopolítico da Modernidade no Brasil”, que compreende em linhas gerais toda a produção geopolítica desde os anos de 1920 até a própria década de 1980. É onde a professora sintetiza as ideias-força do pensamento geopolítico brasileiro até o final do regime militar, marcado por conceitos centrais como Brasil-Potência, projeção externa e integração interna e tantos outros pontos também aqui mencionados em diversos capítulos. Para o objetivo deste subcapítulo vale mencionarmos que Becker ao tratar da produção dos militares diferencia-se abertamente a estes em sua concepção geopolítica, como no parágrafo seguinte:

É a esse papel crescente do Estado na conformação da sociedade e do espaço nacional que se vincula a Geopolítica brasileira, e não ao ‘destino manifesto’ de grande potência determinado por sua geografia, tal como fazem supor obras e gerais que justificam a forma autoritária de atuação estatal. Isto não significa que os militares não tenham um papel importante na constituição do próprio Estado e da sua Geopolítica, inicialmente na construção do espaço físico do Estado, o

Território Nacional, e, recentemente, construindo o espaço político. (p. 131)

Temos então uma dupla afirmação, uma de diferenciação discursiva em relação aos gerais (notadamente Couto e Silva e Meira Mattos), e outra de reconhecimento da importância inescapável do papel dos militares para o próprio conjunto estatal. Esta dupla afirmação marca o que a autora exporá na sequência: por um lado, justamente as ideias de Golbery e Meira Mattos; por outro, a importância dos militares na construção do Estado Nacional e a valorização por estes dos vetores científico-tecnológico, como dos polos de pesquisa da aeronáutica (como o CTA e ITA) no Vale do Paraíba paulista, dentre tantos outros projetos e incentivos, uma vez que antes do regime militar a autora destaca que o Estado brasileiro se industrializou com muita “mão de obra e energia” e poucos “engenheiros e concepções”, nos tornando dependentes da importação de tecnologia. Aqui diferenciamos com o “por um lado” e “por outro” para facilitar a exposição, porém a professora trabalha essas questões juntas, por isso a importância da diferenciação no parágrafo citado. A professora Bertha Becker encerra esta segunda grande parte do artigo apontando para as contradições desse projeto geopolítico da modernidade de matriz militar, pautada pela resistência dos atores regionais e locais à malha técnico-científica proposta pelo Estado aliado às transnacionais. Explicando que esta resistência não entra no cálculo político dos atores hegemônicos e é tratada por estes como um entrave ou empecilho aos seus planos, e não consideradas como vinda de atores políticos com direitos e voz, assim gerando o conflito entre o que a autora chama de “malha programada” com a “malha sociopolítica”, e resume da seguinte forma:

Esse é, pois, um dos efeitos não previstos e que põe em choque o projeto geopolítico da modernidade, mas não o único. Outras contradições são inerentes à forma autoritária com que foi implantado. Forma em que cresce o Estado, mas não a Nação. Forma que inclui a repressão à centralização da decisão e da informação, à exclusão de grande parcela da população da modernidade imposta, às formas violentas de reapropriação do espaço e que resultam na crise do projeto e do próprio Estado. (p. 143)

Por fim, na terceira parte, a autora aponta os “novos horizontes”, retomando que em seus próprios trabalhos anteriores já estava construindo a ideia de tendência à fragmentação do Estado mediante a crise exposta anteriormente e ascensão de atores locais e regionais no jogo de forças políticas e disputas de narrativas, inclusive que ganham projeção pelos novos meios de comunicação e conseguem articular a escala local

à global, o que antes era muito mais difícil. Amplia ainda a análise ao dizer que a fragmentação do Estado “[...] está associada a um movimento de ‘privatização/estatização’ que parece muito amplo e complexo, na medida em que inclui o próprio Estado como ator participante” (p. 145), explicando que o próprio Estado perante o novo cenário internacional precisa se internacionalizar por meio de suas próprias empresas como a Companhia Vale do Rio Doce, Petrobrás, Eletrobrás etc. Ou seja, não mais o Estado-Nação se coloca economicamente no mundo enquanto tal (aliás, a autora já capta a tendência de formação dos Blocos Econômicos, que se intensificaria nos anos noventa, como estratégia de “sobrevivência” dos Estado na multipolaridade do novo contexto), ao invés disso, é representado no mercado pelas suas próprias empresas, competindo com o setor privado “[...] segundo uma estratégia que concentra esforços no setor industrial, particularmente o bélico” (*ibidem*), destacando que essa “privatização” do Estado no cenário mundial é possível em grande parte pelo domínio estatal do P&D, que é “[...] elemento-chave na Geopolítica contemporânea” (*ibidem*). Além das próprias corporações transnacionais privadas que, ao instalarem-se em um país, formam “Estados dentro de Estados”, o que também enfraquece o Estado nacional. Para exemplificar este cenário a autora utiliza-se de um exemplo na Amazônia: a exploração aurífera na Serra dos Carajás, que, de um lado, há a Companhia Vale do Rio Doce, aliada ao Estado e ao Projeto Grande Carajás de 1980 e, de outro, os garimpeiros locais. Assim:

O que se verifica em Carajás é Geopolítica pura, de base territorial. Geopolítica contemporânea em que se delineia a fragmentação do Estado e a gestão ‘privada’ do espaço nacional por ações de poderosa corporação estatal e da territorialidade de grupos sociais, faces antagônicas de um só e mesmo processo. (p. 147)

E encerra o artigo retomando todas as questões trabalhadas e expostas desde os conceitos e problemas empíricos na primeira parte, até a revisão e renovação do projeto geopolítico “tradicional” brasileiro, que teria esgotado suas possibilidades com as crises apontadas e limitações de resolução das questões que se colocam no novo contexto nacional e internacional, e os novos caminhos que já estavam sendo delineados, assim: “A nova Geopolítica, na verdade, resultará da interação entre os dois processos, a reestruturação tecnológica e os novos movimentos sociais” (p. 148).

Acreditamos ter conseguido passar sucintamente pelo artigo com a finalidade de expor o porquê do mesmo ser um marco tão relevante para a geopolítica brasileira representando a transição assumida da *geopolítica militar* para *geopolítica civil*. Eduardo

Karol, professor da UERJ, analisou em seu doutorado (2013)⁴ a produção especificamente dos geógrafos e geógrafas em Geografia Política e Geopolítica brasileira no período de 1982 – 2012. Apesar de não tratar especificamente do nosso recorte – visto que o professor por questões metodológicas não diferencia as duas áreas e assume um binômio proposto por Otto Maull: *Geografia Política-Geopolítica* –, pontuaremos alguns dados e debates interessantes trazidos pelo autor. Karol enquadra essa fase de retomada da Geografia Política e Geopolítica brasileira dentro do contexto mais amplo da chamada “renovação crítica da Geografia” que ocorreu ao longo dos anos 1970, em muito motivada justamente pela obra clássica de Lacoste (1976) e pela revista *Hérodote* na França. De forma que a professora Bertha Becker está, segundo o autor, justamente entre “a tradição e a renovação” e, se por um lado, dá continuidade ao projeto geopolítico clássico no seu sentido de alinhamento com o Estado e multinacionais, por outro atualiza e constrói um novo discurso para esse campo de estudos, caracterizando assim uma “renovação conservadora” oposta à “renovação crítica” de cunho marxista que assumiu cores mais fortes nos outros seguimentos da Geografia, como urbana, econômica etc. (KAROL, 2013, p. 63-73). Não entraremos nas minúcias desse debate, porém ele é válido na medida que demonstra disputas narrativas dentro da própria Geografia acadêmica, refletida nos grupos de estudos, linhas de pesquisa, parcerias para financiamentos etc. Ou seja, mesmo dentro do que aqui generalizamos como *geopolítica civil* poderemos encontrar nuances.

De todo modo, o período analisado pelo autor nos é extremamente relevante, visto que 1982 marca a publicação da obra *Geopolítica da Amazônia*, da própria Bertha Becker, que reúne um conjunto de artigos produzidos ao longo da década de setenta. Destaquemos que esta obra é anterior ao artigo supracitado, o que demonstra que a professora já havia “resgatado” a Geopolítica ela mesma nos seus interesses de pesquisa, assumidamente após ser professora do Instituto Rio Branco (1966 – 1975), tendo essa experiência sido decisiva para o enfoque com o qual se notabilizou até o fim da carreira: Geopolítica Amazônica. Outrossim a importância da professora é dado por Karol ao destacar que:

Wanderley Messias da Costa e Hervé Théry, em artigo publicado na *Hérodote*, ‘Quatre-vingts ans de géopolitique au Brésil: de la

⁴ O arquivo da tese em PDF disponível no banco de Dissertações e Teses da USP, infelizmente, está sem numeração de páginas, então utilizamos a marcação da aba superior (barra de ferramentas) do leitor de PDF para referenciar as citações. Percebemos que com esse método houve uma diferença de duas páginas para mais em relação ao Sumário da tese, assim, por exemplo, um capítulo sumarizado na página 60, foi por nós referenciado como p. 62. Como possíveis diferenças entre programas usados para ler o arquivo não interferem nessa função, acreditamos ser suficiente para possibilitar a checagem das mesmas no arquivo. Tese disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-22042014-144041/pt-br.php>>

géographie militaire à une pensée stratégique nationale’, também consideram Bertha K. Becker como divisor de águas entre o pensamento antigo e novo na Geopolítica no Brasil (COSTA e THÉRY, 2012, p. 258). (2013, p. 76)

Além da professora Becker, outros autores entram no rol das novas produções na área nas décadas de 1980 e 1990, assim, feita a ressalva que Karol analisa a *Geografia Política-Geopolítica*, e exclusivamente dos geógrafos, valem a pena ao menos serem mencionados aqui.

Tratando das teses destaca o doutorado de José William Vesentini, *A Capital da Geopolítica*, defendida em 1984, e de Wanderley Messias da Costa, *Geografia Política e Geopolítica*, defendida em 1991, ambas publicadas como livros em 1987 e 1992 respectivamente. Já os livros, cita: *Integrar para não Entregar: políticas públicas e Amazônia*, de 1988, e *Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos*, de 1990, ambos de Ariovaldo Umbelino de Oliveira; e *Corpo da Pátria*, de 1997, de Demétrio Magnoli, e justifica que mesmo que algum deles possa não ser explicitamente da área, todos abordam as políticas territoriais e a questão do Estado. Por fim, menciona os artigos de Lia Osório Machado, *Urbanização e migração na Amazônia Legal: sugestão para uma abordagem Geopolítica* no Boletim Carioca de Geografia (1982), de Armando Correa da Silva, *A concepção Clássica da Geografia Política* (1984), na Revista do Departamento de Geografia da USP, e *O Território Brasileiro no Limiar do Século XXI* (1997), de Antônio Carlos Robert Moraes (KAROL, 2013, p. 91-2).

De maneira mais pontual e menos abrangente que Karol, pela própria data em que foi escrito, Costa (2008 [1992]) também diagnostica que nos últimos cinco anos (meados da década de 1980) os trabalhos em Geografia Política e Geopolítica estavam despontando nas universidades e cita os exemplos do Laboratório de Gestão do Território na UFRJ coordenado por Becker; os trabalhos na UFPE coordenados pelo professor Jean Bitoun; e na USP, à época, destaca o professor José William Vesentini e a professora Maria Adélia A. de Souza, nos quais, salvo engano nosso, o primeiro ligado ao laboratório de Geografia Política (GEOPO) e a segunda ao Laboratório de Planejamento Territorial (LABOPLAN); e complementa indicando que será possível analisar melhor os efeitos desses grupos com a retomada da área nos currículos de graduação e pós-graduação nas universidades do país (COSTA, 2008, p. 178-9).

Já encaminhando para o final destas considerações, gostaríamos de destacar dois últimos pontos, o primeiro é a preponderância de Bertha Becker na área; e o segundo são os principais eixos temáticos trabalhados pela geopolítica acadêmica. O primeiro se mostra relevante com base nos resultados apresentados pela análise de Eduardo Karol em sua tese, na qual, parte significativa do trabalho é justamente a atualização⁵ do que foi produzido em *Geografia Política-Geopolítica* nos trinta anos considerados, por meio de revisão bibliográfica nos diferentes bancos de dados. Tal levantamento demonstrou uma discrepância muito grande entre a autora e os demais autores da área, para exemplo e visualização, a professora Bertha Becker seria responsável sozinha (sem contar os trabalhos em coautoria) por 62 trabalhos acadêmicos, somando-se livros, capítulos de livros e artigos em periódicos especializados. Ao passo que os outros autores com maior número de trabalhos somados são: Lia Osório Machado (18); e quatro autores com 11 trabalhos: Therezinha de Castro, Wanderley Messias da Costa, Eli Alves Penha e José William Vesentini (KAROL, 2013, p. 94-5). O autor sintetiza os resultados gerais da seguinte forma:

Bertha K. Becker tem nove livros publicados, sendo cinco de sua autoria e quatro em coautoria, ou seja, quase um quarto (24,32%) do total de trinta e sete (37) publicados no período. Em capítulos de livros não há coautoria, ela publica vinte e três capítulos de livros, o que representa 40,35% do total de cinquenta e sete (57). Em relação aos textos disseminados em periódicos, com cooperadores, conta trinta e oito do total de cento e dez, um pouco mais de um terço (34,54%). Do total de duzentos e quatro publicações, setenta são assinados por Bertha K. Becker e seus colaboradores perfazendo um terço do que foi publicado nos últimos trinta anos [1982 – 2012] no campo no Brasil. (KAROL, 2013, p. 98)

Dessa forma, por mais que possamos fazer diversas ressalvas em relação a uma possível análise de conteúdo, o fato de quantidade não ser necessariamente qualidade e outras tantas, é inegável que a questão quantitativa tem o seu efeito e, mais, o seu retorno em questão de projeção acadêmica nacional e internacional, financiamentos de projetos e outros fatores da vida acadêmica que são preponderantemente numéricos, inclusive aspecto esse, da produtividade pautada no Lattes, sendo amplamente debatido na própria

⁵ O autor apresenta dois outros levantamentos, o de Lewis Arthur Tambs que abrange a produção em Geografia Política e Geopolítica em toda a América Latina entre 1874 – 1969; e o levantamento feito por Shiguenoli Miyamoto à época de sua dissertação, e apresentado em artigo posterior, que compreende a produção brasileira em Geopolítica entre 1920 – 1980. Dessa forma Karol se propõe a atualizar a produção brasileira entre 1982 – 2012, porém com o recorte na produção dos geógrafos(as).

academia. Porém, perante tal constatação, além da própria reputação e prestígio da professora, podemos afirmar com certa tranquilidade ser uma das autoras mais importantes, se não a mais importante, para a Geografia Política e Geopolítica brasileira. Por mais que já tenham se passados sete anos desde seu falecimento em 2013, acreditamos que ainda hoje é difícil comparar algum(a) autor(a), individualmente, numericamente à produção de Becker, porém faltam estudos e tal afirmação é meramente especulativa.

Por fim, gostaríamos de elencar os principais temas trabalhados na área apontados tanto por Karol (2013), como por Freitas (2004). O primeiro autor diz que a Geografia Política e Geopolítica do período por ele analisado não deixaram de tratar da questão do Estado⁶ e do território, porém

Os estudos aperfeiçoaram e superaram temas de outrora, como a melhor forma de dividir as unidades internas, a comunicação em um país de dimensões continentais, a integração político-econômico-social total do território nacional, a proteção e a segurança das fronteiras com os países vizinhos e a ligação pelos transportes terrestres, fluviais e aéreos. (KAROL, 2013, p. 213)

Como também trouxeram para o debate e desenvolveram novos temas “[...] como a utilização/conservação da natureza (meio ambiente, recursos, água, biodiversidade), a logística, a ciência e a tecnologia, a inserção da economia brasileira em um mundo globalizado e os potenciais conflitos em um mundo mais interligado” (*ibidem*). Já Freitas (2004) diz que a geopolítica brasileira no cenário de dissolução da União Soviética e novas relações internacionais do final da Guerra Fria, junto à pacificação das fronteiras sul-americanas na escala continental atestada, inclusive, pela criação do MERSOSUL, conjugará nos seus enfoques “[...] temáticas tradicionais (Amazônia, Brasil e Atlântico Sul, Brasil-Argentina, política e estratégia de ordenamento territorial) e a nova temática do binômio globalização/mundialização” (p. 127-8). E é justamente o tema da Amazônia que escolhemos para comparação dos pensamentos geopolíticos, para tal, trabalharemos a caracterização e retomada história da região no próximo capítulo.

⁶ E faz a ressalva de que: “Apesar desse aperfeiçoamento, ficou de fora e fez-se silêncio sobre os geógrafos libertários e suas ideias em relação ao Estado, como também não houve incorporação de concepções, por exemplo, de Estado ampliado, que podem auxiliar no debate e superação da relação do Estado com o território e sua organização, fundado em elementos da *physis*. É estranho também os geógrafos, no Brasil, que atuaram no campo, não utilizarem a teoria política da competição partidária, que considera o Estado governado por uma coalização de investidores, talvez mais afeita à realidade política brasileira” (KAROL, 2013, p. 213).

2 CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO AMAZÔNICA

“E como escrever a história da Amazônia? A história é como a geografia. Forma-se no interior dos povos, por lentos movimentos sísmicos, através da erosão, do sibilar contínuo dos ventos polindo a pedra ou na aluvião das enchentes sazonais dos rios”.

Márcio Souza

A epígrafe a este capítulo aproxima de forma poética o processo histórico da multiplicidade de fatores geográficos que vão esculpindo cotidianamente os elementos que, juntos, formam a região. Nos lembrando sempre que toda generalização e simplificação é perigosa e que todo recorte é exatamente isso, um recorte. Uma escolha de fatores predominantes que se coadunam em certa coesão narrativa para que seja possível uma operacionalização de medidas, seja da ordem teórica e conceitual, seja para finalidades práticas como as políticas públicas e processos econômicos. A Amazônia é usualmente definida pelo seu bioma predominante: a floresta Amazônica. Com toda a sua dimensão territorial e os fatores diretamente associados a ela, como o clima, relevo, hidrografia, fauna e flora etc., ou seja, o conjunto do que comumente é chamado de “aspectos naturais” é o primeiro fator que salta aos olhos. Porém sabemos que assim como os aspectos naturais, os aspectos humanos são extremamente relevantes, como os “povos da floresta”, em referência direta às populações tradicionais ou, de forma mais ampla, os amazônidas.

É com esta complexidade em mente que o escritor e intelectual amazônida Márcio Souza em sua obra *História da Amazônia: do período pré-colombiano aos desafios do século XXI*, cuja 2ª edição, a mais recente, data de 2019, diz que “a história da Amazônia é um processo social entrecortado pelas relações sociais e de poder político de nove Estados-Nação e centenas de etnias, sem esquecer os diversos grupos sociais de interesse, de todos os tamanhos, nacionais e internacionais” (2019, p. 29). E, utilizando uma descrição ampla tipicamente geográfica localiza em linhas gerais a região nos seguintes termos: “[...] a oeste do oceano Atlântico, a leste dos Andes, ao sul do escudo guianense e ao norte do planalto central brasileiro, está a maior floresta tropical do mundo, conhecida pelo nome de Hileia Amazônica” (*ibidem*). Estas são descrições e caracterizações mais amplas e nos servem de preâmbulo para contextualizar a região. Porém, do ponto de vista tanto mais oficial, como mais prático atualmente utilizado –

inclusive pelos autores da geopolítica – para definir a Amazônia, é o recorte da *Amazônia Legal*, como nos descreve o General Meira Mattos:

Em decorrência do art. 199 da Carta de 46, regulamentado pela Lei 1.806, de 1953, o Congresso Nacional criou o *Território da Amazônia Legal*, fundado em critério misto – político, fisiográfico e geográfico – , envolvendo os Territórios do Acre (Estado desde 1962), Amapá, Guaporé (Rondônia) e Rio Branco (Roraima) e ainda as partes do Estado de Mato Grosso ao norte do paralelo 16°, a do Estado de Goiás ao norte do paralelo 13°, e a do Estado do Maranhão a oeste do meridiano de 44°. Este patrimônio físico, assim delimitado, passou a ser favorecido pelos benefícios fiscais estipulados pelo aludido artigo 199 do texto constitucional que estipula o destino de 3% da renda federal ao desenvolvimento da região amazônica. (1980, p. 70)

Vale ressaltar que esta descrição diz respeito à delimitação original da área, que sofreu alterações devido às próprias modificações no território brasileiro, como a criação em 1977 do estado do Mato Grosso do Sul, medida esta que extinguiu o limite anterior do paralelo 16°S e incorporou, assim, todo o território restante pertencente ao estado do Mato Grosso à região. As outras modificações dizem respeito à transformação dos antigos territórios federais do Amapá, Rondônia e Roraima, em estados federados pela constituição de 1988, além da criação do estado de Tocantins, também extinguindo assim o antigo marco do paralelo 13°S que dividia o estado de Goiás, agora tendo a divisa estadual como limite oficial. Podemos observar a atual delimitação da Amazônia Legal no mapa da Figura 1, abaixo.

Figura 1 - Delimitação da Amazônia Legal.



Fonte: Ferreira, Antonia & Salati, Enéas. (2005). Forças de transformação do ecossistema amazônico. Estudos Avançados. 19. 10.1590/S0103-40142005000200003.

Apesar do critério da Amazônia Legal ser amplamente aceito e facilitar bastante a delimitação regional, vale a pena destacarmos alguns aspectos da Amazônia em relação aos fatores historicamente utilizados para se referir à mesma. O primeiro deles, como mencionado, é a própria floresta, delimitando a chamada “Amazônia Clássica”, porém é necessário enfatizar que aquela não é homogênea e de feição única, sendo, por exemplo, entrecortada por áreas de Cerrado, como demonstra a professora Bertha Becker (2004):

De acordo com Andrade e Serrão (2000), dos 166,5 milhões de hectares adicionados à chamada Amazônia clássica, isto é, aquela de domínio da floresta tropical, 95,2 milhões são representados pelo bioma Cerrado, que ocorre nos estados de Mato Grosso (42,2 milhões de hectares), Tocantins (25 milhões de hectares), Pará (5,8 milhões de hectares), Maranhão (4,1 milhões de hectares) e Rondônia (3,19 milhões de hectares). (p. 88)

Esta consideração dos “166,5 milhões de hectares adicionados à chamada Amazônia clássica” diz respeito à incorporação dos estados que não abrigam majoritariamente o bioma florestal na delimitação da Amazônia Legal, como esclarece a autora ao dizer que:

O predomínio de vegetação de cerrado e não de florestas em Mato Grosso confere a esse estado posição singular na Amazônia Legal, colocando em evidência a preponderância de outros elementos, além daqueles estritamente relacionados aos ecossistemas florestais, na inclusão desse estado no recorte territorial da Amazônia Legal. (BECKER, 2004, p. 88-9)

Além da questão florestal, outro aspecto é marcante para composição regional desde a colonização da mesma: os rios. Com uma exuberante bacia hidrográfica que comporta o maior rio do mundo, o Amazonas, a presença geral dos rios sempre foi determinante para ocupação das áreas, plantio, navegação e tantos outros aspectos do modo de vida das populações. Como aponta o professor Carlos Walter Porto Gonçalves em seu livro *Amazônia, Amazônias*, cuja 1ª edição data de 2001, porém aqui usaremos a 3ª edição de 2020, que:

Foi pelos rios que se garantiu a conquista da região. O controle geopolítico da foz da bacia, por meio da cidade de Belém, foi decisivo para o domínio da maior parte da região por Portugal. Na dificuldade de ocupação efetiva das terras pela escassez demográfica do próprio colonizador o controle das águas foi decisivo. (2020, p. 94)

Esse aspecto hidrográfico também já foi utilizado para fins de delimitação regional, critério este defendido, por exemplo, pelo próprio Meira Mattos, quando ao tratar da Amazônia sul-americana faz a ressalva: “Observa-se da parte de alguns geógrafos, como Haroldo de Azevedo por exemplo, a tendência de incluir as três Guianas entre os países amazônicos. Do ponto de vista hidrográfico, este critério não se justifica, já que os seus territórios estão fora da bacia, separados pela parede do sistema guianês” (MATTOS, 1980, p. 23). Apesar da ressalva o autor reconhece que a inclusão se dá pela semelhança fisiográfica e diz:

[...] Amazônia sul-americana, imensa planície de 7,0 milhões de km², pouco menor do que a Europa, na qual o Brasil ocupa 4,8 milhões de km², ou seja, 69%. Convivem conosco, nessa vastíssima região natural, a Venezuela, a Colômbia, o Peru, a Bolívia, o Equador e a Guiana. Pelo critério de contiguidade e similitude geográfica foi associado à área amazônica pelo Pacto Amazônico, também, o território do Suriname. (1980, p. 144)

Fazendo a observação que os venezuelanos também consideram a Bacia do Orenoco, adjacente à Amazônia, como parte da região por suas características mesológicas semelhantes à da grande planície. Assim, podemos perceber que diversos são os fatores que se coadunam para falarmos da Amazônia. O Pacto Amazônico citado por Mattos faz menção ao Tratado de Cooperação Amazônica

[...] assinado em Brasília a 3 de julho de 1978, por oito países (Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela) representou o coroamento do alentado esforço diplomático. Reuniu, num propósito de desenvolvimento internacional, as nações participantes da imensa Bacia Amazônica, compreendendo uma área equivalente a 2/5 partes do território sul-americano e abrangendo a quinta parte da disponibilidade de água doce do mundo. (1980, p. 120)

Este Tratado é particularmente relevante ao autor por tratar em sua obra justamente da chamada por ele de Pan-Amazônia, ou seja, a imensa região multinacional que, não apenas pela contiguidade natural, mas pela interligação de comunicações, transportes, políticas públicas compartilhadas entre os países condôminos e muitos outros aspectos, seria uma resposta para o desenvolvimento da mesma. Como colocado pelo autor, ao ser “implementado o Tratado, passará a Amazônia a viver o seu destino de terra de contatos. Será a plataforma de conexões com a região platina, com o planalto brasileiro, com as nações andinas e com o grupo das Guianas” (*idem*, p.123). Aqui destacamos o Tratado para exemplo de regionalização por meio de sua bacia hidrográfica e caracterização da região no recorte continental, mais amplo.

Porto Gonçalves (2020) ao caracterizar a Amazônia propõe uma distinção interessantíssima sobre a organização do espaço amazônico. Diz que este historicamente era marcado pelo padrão espacial *rio-várzea-floresta*, ou seja, com estas três características naturais sendo preponderantes para a organização da vida regional, tanto no sentido de ocupação como de fluxos no território, tendo esta predominado até a década de 1960. Essa parte da caracterização regional também está presente em Becker (2004), como podemos observar quando a autora, ao tratar das sub-regiões amazônicas, diz que “há, portanto, sub-regiões caracterizadas ainda pelo predomínio das condições fisiográficas – várzeas, vales, florestas –, outras pela etnia, cultura e iniciativa política, enquanto outras já são definidas por processos e atividades econômicas mais modernos” (p. 145, grifo nosso). Demonstrando que, apesar de atualmente não ser o padrão predominante, ainda se faz presente na região. Gonçalves, na sequência, aponta que a grande virada na concepção regional e nas medidas tomadas sobre a mesma se deu no

período da ditadura militar quando esta, no conjunto de seus governos, passou a organizá-la sob o padrão *estrada-terra firme-subsolo*. Utilizando as estradas como meios de vertebração territorial para transportes, a terra firme para implantação e expansão de projetos agropecuários, e o subsolo no sentido da exploração mineral. Como, novamente, também é corroborado por Becker:

O povoamento regional nas últimas três décadas alterou estruturalmente o antigo padrão, secular, fundamentado na circulação fluvial. As rodovias atraíram a população para a terra firme e para novas áreas, abrindo grandes clareiras na floresta, e sob o influxo da nova circulação a Amazônia se urbanizou e se industrializou, embora com sérios problemas sociais e ambientais. A várzea e a terra firme, elementos históricos de organização da vida regional, embora esmaecidos, permanecem como pano de fundo. (2004, p. 73)

Assim, “a partir dos anos 60 a hegemonia do capital comercial se desloca para o capital financeiro e industrial. O capital financeiro e industrial, por sua vez, era externo à região, vindo do centro-sul do país e do exterior” (GONÇALVES, 2020, p. 115). Tendo gerado com isso novos fluxos regionais comandados por estes grandes capitais com o respaldo do Estado, sendo possível através dessa modificação na estrutura espacial inserir a Amazônia no circuito do capitalismo financeiro global, de modo que “[...] não é a partir das suas condições culturais e ecológicas que ela será incorporada à nova dinâmica do capitalismo, agora profundamente internacionalizado. Ao contrário, e mais uma vez, ela será apropriada material e simbolicamente pelos valores dos ‘de fora’” (*idem*, p. 101). O autor atribui a essa quebra de padrão de organização, principalmente calcado nos rios, um dos motivos para a atual percepção de desordem e estranhamento ao se analisar a região desde a década de 1980, uma vez que o modelo proposto pelo regime militar não teria vingado completamente, deixando a Amazônia em uma espécie de “limbo” em seu modo de vida. Dessa forma, segundo o autor, o modelo desenvolvimentista causou na Amazônia um “(des)envolvimento”, ou seja, uma quebra de coesão interna regional, de modo que:

A exclusão social e regional estava, assim, inscrita desde o início no novo modelo de (des)envolvimento que se impunha à região. O mercado está fora. A região amazônica se inscreve na divisão nacional/internacional do trabalho como exportadora de matérias-primas, sobretudo minerais e madeiras. (2020, p. 101-2)

Nessa nova organização espacial entra o aspecto da urbanização, último para esta caracterização regional, uma vez que “embora a imagem da Amazônia esteja sempre associada à floresta, aos rios e à violência que mata e desmata, a geografia humana

regional é fundamentalmente urbana. O censo de 2000 aponta que 70% dos que habitam a região moram em cidades, segundo o IBGE” (GONÇALVES, 2020, p. 111). Esta taxa de urbanização, já à época do início do séc. XXI, fez com que a professora Bertha Becker a conceituasse como uma “floresta urbanizada”, uma vez que:

A Amazônia foi a região brasileira que apresentou as maiores taxas de crescimento urbano na segunda metade do século XX: 3,5% da população total em 1970, 44,6% em 1980, 61% em 1996 e 69,07% em 2000. Tal ritmo galopante e tal proporção fundamentaram a sua concepção como uma floresta urbanizada (BECKER, 1995, 1998). (2004, p. 95)

Podemos, com esta caracterização e panorama geral da Amazônia ter ao menos uma primeira imagem da dimensão e complexidade da região, a maior do Brasil. Que, ao longo desta monografia, ainda será trabalhada sob outros diversos aspectos de acordo com os autores estudados e, prioritariamente, enfocando a geopolítica amazônica. Porém, antes, faz-se necessário uma breve retomada histórica com a finalidade de elencar alguns marcos desde o período colonial até os dias atuais, para que a contextualizemos de fato.

2.1 Retomada histórica e principais marcos

Devido ao tamanho da região e as suas divisões políticas, escrever a história da Amazônia é como escrever a história do oceano Atlântico. Quase se pode dizer que as proporções subcontinentais devoraram qualquer possibilidade de síntese, porque as diversas Amazônias não podem, por esse mesmo motivo, perder sua personalidade – é o caráter de cada uma delas que faz a diversidade do grande vale. Porque a Amazônia é a diversidade. (SOUZA, 2019, p. 25)

Este trecho da já citada obra *História da Amazônia* de Márcio Souza trás, por meio de uma narrativa quase poética, uma analogia de grandiosidade, chamando para o imaginário do leitor a dimensão a qual o autor se refere. A referida obra foi concebida pela primeira vez em 1992 em 1ª edição intitulada, à época, de *Breve História da Amazônia*, publicada pela editora Marco Zero. Ainda com este mesmo nome recebeu nova edição revisada, pela Editora Agir em 2001. O atual título, que exclui o “Breve”, só se estabeleceu em 2009, com a 1ª edição pela Editora Valer. Para agora, enfim, ganhar a nova edição de 2019, anteriormente mencionada, pela Editora Record, na qual nos baseamos para a estruturação geral desse capítulo e, em especial, deste subcapítulo. A

ênfase nesta trajetória do livro é necessária por dois pontos relevantes, ambos narrados na Introdução pelo autor, o primeiro é sobre ele ter concebido a publicação do livro na época em que deu aulas na Universidade da Califórnia em Berkeley e, ao necessitar organizar uma bibliografia para o programa de uma matéria sobre a Amazônia, se deu conta da escassez de obras sobre a região de forma conjunta, encontrando trabalhos referentes a estados ou outros recortes específicos e, assim, precisando construir um mosaico bibliográfico para dar conta da região, com a falta de obras que a sintetizassem; o segundo ponto é a dificuldade em se condensar a história de uma região tão ampla e diversa, que abrange mais da metade do território nacional, além do seu aspecto multinacional. Por isso a importância no destaque ao tempo de maturação, revisões e ampliações do livro nesses 27 anos desde a primeira publicação até a referida edição de 2019.

Este parágrafo introdutório visa apontar para o presente desafio de retomar, mesmo que de forma breve, essa ampla história regional, pontuando aspectos julgados relevantes, não só de acontecimentos em si, mas da escolha de uma narrativa. Mesmo tratando-se de escalas absolutamente diferentes entre o livro de Souza e a presente monografia, a correlação é válida na medida que pontua o duplo aspecto deste subcapítulo, por um lado, a nossa consciência do reducionismo didático necessário, perdendo em precisão; por outro, a justificativa da importância do mesmo, para melhor poder trabalhar o tema específico da pesquisa nos próximos capítulos. Ficam assim estabelecidas as ressalvas, mas a ciência de que, como diz Souza, “[...] o subcontinente amazônico é o resultado de um inverossímil amálgama de diferenças microrregionais, cada uma com sua cultura particular, com a sua própria história” (2019, p. 25).

Desta feita, gostaríamos de iniciar esta retomada pontuando um aspecto que o autor sintetiza já no final da obra, quando diz que:

Não podemos esquecer que na sua origem a Amazônia não pertencia ao Brasil. Na verdade, os portugueses tinham duas colônias na América do Sul: uma descoberta por Pedro Álvares Cabral, em 1500, e governada pelo vice-rei do Brasil; a outra, o Grão-Pará, descoberto por Vicente Yañes Pinzon em 1500, logo após a terceira viagem de Colombo à América, quando batizou o rio Amazonas de mar Dulce, mas efetivamente ocupada pelos portugueses a partir de 1630. Esses dois Estados se desenvolveram distintamente até 1823, data em que o império do Brasil começou a anexar seu vizinho. A violência era naquela altura a única via possível, tão diferentes eram as estratégias, a cultura e a economia dessas duas colônias. A Amazônia então não era

uma fronteira: é um conceito que foi inventado pelo império e retomado pela república. (2019, p. 342-3)

Este ponta pé inicial nos permite distinguir um conjunto grande de fatores, começando pela diferenciação já na chegada de portugueses e espanhóis nas Américas, e as diferenças mesmo entre os primeiros no que diz respeito à ocupação e exploração de cada porção do continente. O segundo aspecto se refere ao salto de duzentos anos entre o início da ocupação da região até a independência do Brasil e a adesão posterior da Amazônia ao Império. Em terceiro, o fato desta “adesão” não ter sido sem muita violência em diversos sentidos e que, como veremos mais adiante, é um aspecto bastante presente que perpassa toda a história regional. Por fim, temos a ideia da “invenção da Amazônia”, muito recorrente nos autores que tratam da região. Podemos mesmo dizer que essa invenção é o resultado e contraparte da “mitologização” da Amazônia, uma vez que desde o início das primeiras incursões dos colonizadores buscava-se o Eldorado ou, de modo geral, o “Paraíso Perdido” por meio de diferentes nomes. Ou até mesmo a tribo das Amazonas, mulheres guerreiras imbatíveis que abusavam dos homens. Porém, como aponta Gonçalves (2020, p. 39):

Os obstáculos encontrados para uma efetiva colonização da Amazônia por aqueles que se colocaram tal tarefa levaram à construção de determinados mitos sobre a região que, na verdade, revelam mais sobre as dificuldades desses colonizadores do que sobre a realidade regional.

Assim a mistura dessas visões com as experiências e embates reais, sempre perpassados por muita violência e confrontos de todos os tipos, foi resultando em uma visão mitificada, distante e, ainda atualmente, idealizada da Amazônia. Um dos esforços de Gonçalves, no citado livro *Amazônia, Amazônias*, é justamente o de “desmistificar” uma série de pressupostos/preconceitos relacionados à região em seu primeiro capítulo denominado “Imagens Amazônicas”, tratando da Amazônia como: “Natureza Imaginária”, “Região Periférica”, “Questão Nacional”, “Vazio Demográfico”, “Reserva de Recursos”, “Reserva ecológica do planeta” etc. Por este fator que Márcio Souza (2019) escreve que a partir desse caldo “a Amazônia inaugurava-se para o Ocidente numa linguagem que a furtava inteiramente e que preferia a alternativa de uma convenção quase sempre arbitrária” (p. 82). O próprio Gonçalves coloca a questão da seguinte forma:

A imagem que normalmente se tem a respeito da região amazônica é mais uma imagem *sobre* a região do que *da* região. Essa situação decorre da posição geográfico-política a que a região ficou submetida desde os tempos coloniais. Desde os primórdios da sua incorporação à

ordem moderna, desencadeada pelo colonialismo, a região tem sido vista mais pela ótica dos colonizadores do que de seus próprios habitantes. Nesse sentido a Amazônia sofre daquelas características típicas de povos/regiões submetidos/as a desígnios outros que não aos dos seus próprios habitantes. (2020, p. 12, grifos do autor)

Nessa mesma linha de raciocínio Márcio Souza explicita dois fatores importantes desse debate, por um lado, os diferentes atores que elaboram esses discursos e legitimam esta visão mencionada; por outro, a importância do aspecto cultural para dominação da Amazônia pelos colonizadores, talvez tão relevantes quanto a dominação física e material em si, então escreve:

Um ponto comum na história cultural das Américas é a diversidade de relações que pode ser encontrada sob o significado geral que se denomina experiência colonial. A Amazônia não foge à regra, e o estudo das relações entre o Ocidente e seus Outros culturalmente dominados, em suas mutações amazônicas, pode servir para compreensão qualitativa de formas culturais, como os relatos etnográficos, os textos científicos, o discurso político, o romance, a poesia, a arquitetura e a organização urbana.

Afinal, muito mais do que com os gestos desesperados dos conquistadores ou com a tenacidade dos colonos, foi a partir de formas culturais que o imaginário do Ocidente se convenceu da existência de um território chamado Amazônia, legitimando-se uma possessão geográfica com imagens surpreendentes de submissão e essência europeia redentora. (2019, p. 161)

Em uma palestra organizada pelo Laboratório de Geografia Política do Departamento de Geografia da USP (GEOPO – FFLCH/USP), denominada “Amazônia: do Eldorado à região problema”⁷ feita no primeiro semestre de 2020 pelo professor Dr. Ricardo José Batista Nogueira, Titular da Universidade Federal do Amazonas, este cita uma divisão histórica proposta pela professora Dra. Mariane Corrêa, também da UFAM, em “três Amazonas”: a 1ª é a Amazônia Indígena, que prevalece até o início da colonização; a 2ª é a Amazônia Portuguesa, com o processo de ocupação regional instalado e aprofundado com o passar dos anos; já a 3ª Amazônia é a brasileira, quando efetivamente a identidade regional se funde com a nacional. O professor detalha melhor na palestra cada um desses períodos e suas características, porém o que nos é importante por ora é fazer uso de tal classificação para situar a passagem da Amazônia Indígena para Portuguesa, como resume de forma precisa Porto Gonçalves (2020): “Portugal, além do

⁷ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZSLx3BM9-uM&feature=youtu.be>

estabelecimento de fortificações militares, buscou nas ordens religiosas um sustentáculo para a sua política colonial. O próprio nome dado à época de sua fundação à cidade de Belém, Forte do Presépio, expressa essa dimensão militar (forte) e religiosa (presépio) do domínio português na Amazônia” (p. 34). Por meio desta estratégia, além de outras como a subjugação de populações indígenas, ou ora estabelecendo alianças com estes contra outros colonizadores, ora se aliando a estes colonizadores (franceses, holandeses, espanhóis, ingleses etc.) contra os indígenas, a conquista além de Tordesilhas, dentre tantas outras, permitiu o lento e gradual estabelecimento dos portugueses na região. Nesse jogo de alianças, dominações e confrontos houveram diversos atores e marcos relevantes, porém aqui não os detalharemos por fugir ao escopo da contextualização histórica mais ampla, sobre a qual Souza é enfático ao dizer que “a velha Amazônia milenar dos povos indígenas terminou nesse vendaval de pólvora e orações que durou dois séculos e meio de sofrimentos indescritíveis” (2019, p. 159).

Já a transição da Amazônia Portuguesa para a Brasileira tem dois marcos históricos, o primeiro em 1750 no governo de Marquês de Pombal e suas medidas de racionalizar a gestão estatal, que pela primeira vez se propôs a efetivamente incorporar a Amazônia ao restante da Colônia. Dentre as medidas estavam a doação de terras (sesmarias) a colonos e soldados que se comprometessem a cultivá-las; o reforço às culturas do café, cacau, arroz, cana-de-açúcar etc., por meio da mão de obra escrava; o estímulo à pecuária em Rio Branco, Baixo Amazonas e região das Ilhas, como de Marajó (GONÇALVES, 2020); além do estabelecimento do “Diretório Indígena” que previa uma série de medidas como a mudança de sobrenomes, a proibição de habitações multifamiliares, a proibição dos idiomas nativos, dentre outras que tinham por justificativa “integrar” as populações indígenas aos colonos, porém na prática funcionaram como um apagamento da cultura destes povos. “Assim, a nova fase de modernização da Amazônia agrega o dinheiro e a escravidão como móvel da colonização que antes se fazia, sobretudo, sob o signo da cruz e da espada” (GONÇALVES, 2020, p. 81). E o segundo marco é a própria independência do Brasil em 1822, tendo em 1823 a incorporação da região ao Império. Souza (2019) relata que no final do século XVIII Belém era a terceira cidade de maior importância da América Portuguesa, demonstrada, por exemplo, por meio das concepções arquitetônicas de Giuseppe Landi, exaltando um ideal de grandiosidade e exuberância que se pretendia instalar na Colônia e, em especial,

nessa parte da Amazônia. Já no século XIX, tratando da Amazônia sul-americana, o autor descreve:

Na América espanhola, menos pelo esforço revolucionário francês [na Guiana Francesa] e mais pelo poder cada vez maior das classes dirigentes crioulas, o fermento da independência política começou a dar frutos mais cedo do que o esperado. Mas a libertação dos países amazônicos do domínio espanhol não trouxe maiores consequências para a Amazônia. Nenhum deles estabeleceu uma política específica para a área, sendo mesmo, em alguns casos, a Amazônia relegada ao abandono. Assim, os nascentes países hispânicos, durante todo o século XIX, somente tiveram uma política para a região Amazônica quando instados pelas decisões tomadas pelos portugueses e, depois, por brasileiros. (SOUZA, 2019, p. 185)

Na Amazônia brasileira, por sua vez, no início do século XIX as capitanias do Grão-Pará e Rio Negro viviam relativa estabilidade política, com a centralidade em Belém e ligação direta com Lisboa, reforçada pelo grande número de portugueses instalados na área, “[...] os investimentos portugueses haviam crescido desde 1750, e a Amazônia experimentara um surto de progresso material em três administrações, respectivamente dirigidas por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Manuel Bernardo de Melo e Castro e Francisco de Sousa Coutinho” (*idem*, p.186). Dentre os motivos para o vínculo mais profícuo com Lisboa que com o restante do território brasileiro, temos a distância física como fator de primeira grandeza, uma vez que o autor narra que “[...] uma viagem de Belém a Lisboa, por exemplo, naqueles tempos de vela, durava cerca de vinte dias, contra os quase dois meses até São Luís e a jornada de três meses até o Rio de Janeiro. Isso fazia com que os ricos e os políticos frequentassem mais Portugal que o Brasil” (*ibidem*). Esse dado nos é relevante tanto historicamente como atualmente, pois a localização, fator eminentemente geográfico, é determinante para o distanciamento material e simbólico da Amazônia em relação ao restante do país, principalmente pela característica de povoamento da faixa atlântica do território, que permanece até hoje como a faixa de maior densidade demográfica, a despeito das mais recentes ocupações da própria região Norte e também Centro-Oeste. Comparando com o restante do território colonial, Souza (2019, p. 187) escreve:

Mas, ao contrário do que ocorria no Brasil, em capitanias como Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo, a colonização na Amazônia não atingira ainda o interior, circunscrita às cidades maiores como Belém e Vila da Barra. Por isso, as elites do Grão-Pará e Rio Negro sabiam que não havia possibilidade de transformar a região

numa nação independente, se desejassem acompanhar o surto que estava mudando a face do mundo ibero-americano. Eis porque a Amazônia nunca cogitou autonomia completa, ainda que a situação geográfica por sua imponência aparentemente indicasse isso. Restou-lhe, chegado o momento, apenas uma escolha: Portugal ou Brasil.

Um dos marcos históricos desta escolha foi o desembarque do Capitão-Tenente John Pascoe Grenfell em 10 de agosto de 1823 na capitania do Grão-Pará que, sabendo que a elite local era avessa a separar-se de Portugal, estava autorizado a realizar bloqueio naval e bombardeio da cidade se necessário, pois com as décadas de ligação mais estreita àquele, havia-se formado na região todo um corpo burocrático de funcionários públicos e oficiais militares portugueses, além da elite de comerciantes e fazendeiros, que dificultariam a aceitação da independência à coroa. Dessa forma, por pragmatismo e, mesmo, comodismo das elites locais, mediante a manutenção do poder econômico e administrativo, estas reconheceram a independência e a necessidade de adesão ao recém-nascido Império, e “[...] ao descer o mastro a bandeira de Portugal e fazer subir o pavilhão do império do Brasil, estava feita a única mudança visível que indicava o histórico momento” (*idem*, p. 194). Devido a essa decisão vertical e oportunista das elites locais, Souza (2019) narra que esse fato acabou por inaugurar um sentimento de revolta na população de forma geral por sempre estar apartada das decisões tomadas, e sintetiza:

Por tudo isso, não era de espantar que a Amazônia, na transição do sistema colonial para a independência, fosse um limbo de violências. Desde os governos pombalinos, existia um surdo confronto entre cabocos e reinóis, entre brancos e cabocos, entre índios ferozes e tapuias domesticados. O continuísmo dos aproveitadores no poder levaria esse confronto ao ponto de ebulição: crises, levantes militares, choques entre cabocos e portugueses. Metade do século XIX se perdeu numa pavorosa convulsão política, que resultou no trucidamento de 30% da população da região. O povo da Amazônia pagou um preço tão alto para pertencer ao Brasil que até hoje ainda não se recuperou do sacrifício. (p. 195)

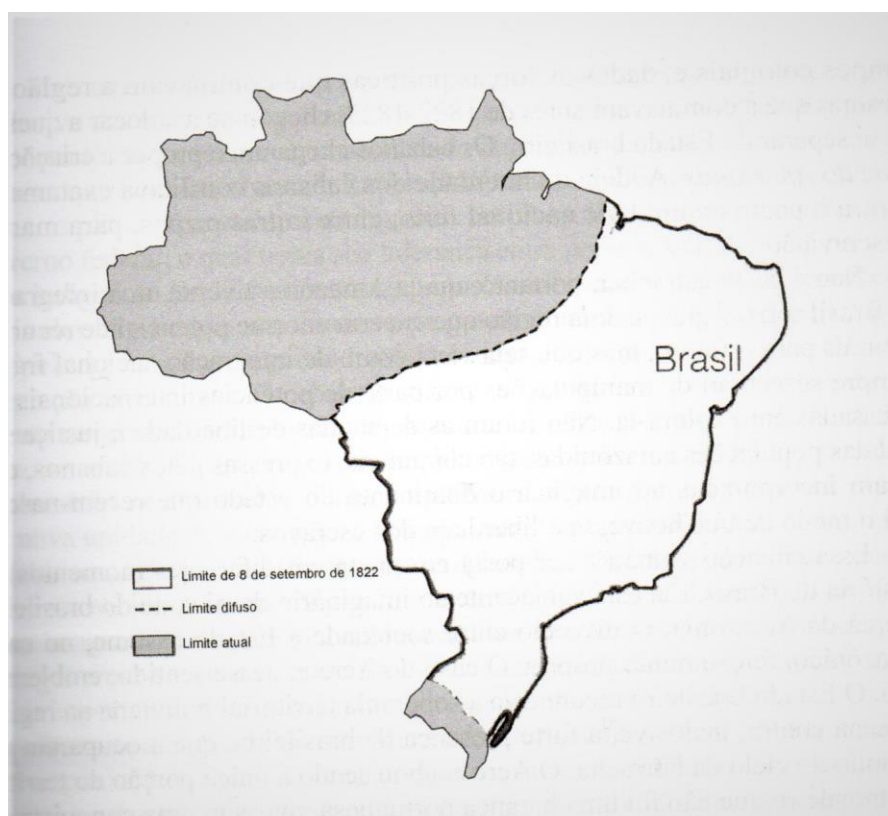
Desse cenário, Mattos (1980) coloca que “ao terminar o período colonial, o espaço político amazônico compreendia o Estado do Maranhão e Grão-Pará e nove capitâncias: Maranhão, Pará, Cumá, Cabo Norte (Amapá), Caeté, Goiás, Mato Grosso, São José do Javari e São José do Rio Negro” (p. 39). E, corroborando com o quadro apresentado de maior ligação com Portugal que com o Brasil, diz:

Como se vê, a concepção política colonial de ocupação do espaço amazônico era a de descentralização administrativa. Das onze sedes de governos regionais, nove estavam subordinadas diretamente ao Estado

do Maranhão e Grão-Pará; este, por sua vez, era vinculado à metrópole portuguesa, portanto desligado do Governo Geral do Brasil. (*ibidem*)

Um dos eventos mais marcantes que impactaram diretamente naquele “trucidamento” da população local narrado por Souza (2019) foi a Cabanagem, uma revolta popular de 1835 a 1839, que reuniu índios, negros e brancos contra as elites locais, que chegou mesmo a tomar um caráter separatista propondo o *Paiz do Amazonas*, de forma que Gonçalves coloca este evento histórico como sendo “[...] o momento em que podemos captar a emergência do que seja uma Amazônia, já como resultado dessa teia contraditória que foi sendo tecida historicamente [...]” (2020, p. 19). Colocando ainda que o pano de fundo da Revolução dos Cabanos foi justamente a opressão a que o povo foi submetido após a adesão da região ao Império, assim “ao massacre da população revoltosa se seguiu uma completa desorganização das atividades produtivas. A morte de aproximadamente 42 mil pessoas nos conflitos da cabanagem dá bem uma mostra de como o controle do território era o centro das preocupações com relação à Amazônia” (*idem*, p. 35). A mapa abaixo delimita a região antes da integração ao Brasil:

Figura 2 - "A Amazônia e a unidade territorial do Brasil."



Fonte: GONÇALVES, 2020, p.27

Após esse relativamente longo período de confrontos o Império abandona a região e “de 1850, ano em que o Amazonas se insere definitivamente no império do Brasil, até a proclamação da república, essa unidade viverá uma situação de penúria” (SOUZA, 2019, p. 202). Uma data relevante desse contexto é a criação da Província do Amazonas em 1853.

Nos tempos da Proclamação da República, Souza descreve da seguinte maneira o clima das elites:

Um ditado comumente repetido pelos representantes da elite amazonense dizia que os seus interesses econômicos estavam na Bolsa de Londres, seus interesses culturais na França e para o Brasil ficavam os respeitos de patriota. Esse distanciamento em relação ao Brasil não apenas representava a inserção direta de uma economia ao mercado internacional como dizia respeito, também, ao sempre presente incômodo nas relações políticas e administrativas entre as províncias nortistas e o governo central. (2019, p. 231-2)

Contemporâneo ao fim do sistema escravocrata e à Proclamação da República, a Amazônia viveu a ascensão do “surto da borracha”, um dos maiores ciclos econômicos vividos pela região centrado na extração do látex da árvore seringueira *Hevea brasiliensis*, nativa da floresta. “O ciclo da borracha foi um dos mais efêmeros ciclos econômicos do Brasil. Da humilde origem, em 1870, o extrativismo da borracha ocupou, em 1910, um quarto das exportações brasileiras. Foi um crescimento notável por ocorrer concomitante ao crescimento da cultura do café, base da economia do país” (SOUZA, 2019, p. 232). Este ciclo deveu-se à vertiginosa ascensão da borracha como produto industrial, principalmente após o processo de vulcanização para retirar as impurezas e melhorar a qualidade do material, com crescente variedade de usos para os mais diversos fins: médicos, construção civil, maquinários, têxtil etc., mas o principal deles foi a fabricação de pneumáticos para a crescente indústria automotiva.

Referente a isto, um fato notável foi a instalação pela Ford da “Fordlândia” na Amazônia, um empreendimento de proporções enormes com vistas a racionalizar a plantação da *Hevea* e aumentar a produção e produtividade da extração do látex. Porém durou pouco tempo, de 1927 a 1941, já após o declínio da cultura extrativista do látex natural. O ciclo propriamente dito teve sua queda ao longo da década de 1920 com o crescimento da plantação racionalizada no sudeste asiático, pois os ingleses levaram a planta e a adaptaram na Malásia e Indonésia em latifúndios produtores, inviabilizando a

produção amazônica, que contava com o extrativismo direto da floresta e carecia de infraestruturas das mais diversas, dependente de um sistema precário de aviamento, descrito por Souza nas seguintes palavras:

Uma das heranças da colonização ibérica, que os regimes ditatoriais elaboraram com perversa competência, foi a instituição de estruturas burocráticas, resultando em diversas formas de hierarquização das sociedades. Essa tradição deu ao sistema extrativista vários níveis de intermediários entre a extração e a manufatura de matéria-prima. No caso da borracha, seis tipos de intermediários agiam numa hierarquia perfeita, onde o nível mais baixo era o do seringueiro, tudo sob a égide do sistema de aviamento, que se baseava na dívida, na relação pessoal do patrão com o trabalhador, sempre pela coerção e pela violência. (2019, p. 276)

Sobre a queda da borracha, o autor narra que, além da produção asiática, o outro fator determinante foi a falta de investimentos do Estado brasileiro, que preferiu investir os capitais no Centro-Sul do país na cultura do café e, posteriormente, na industrialização, uma vez que:

No Sul, tudo levava a crer em melhores retornos aos investidores, pela mão de obra abundante, meios de comunicação e inserção no mercado mundial. Por isso, estudos mais recentes mostram que o fim do ciclo econômico se deu menos pelo fato de a Amazônia se tornar vítima de uma mudança nos interesses internacionais que pela incapacidade de se adaptar às circunstâncias. (*idem*, p. 233)

Assim, a região retornou ao esquecimento e ostracismo e “a ascensão e a queda do látex passaram a servir de exemplo da fragilidade das economias exportadoras de matéria-prima na América Latina” (*ibidem*). Porém com uma diferença, a região agora era substancialmente maior, principalmente pelos imigrantes que haviam se mudado para Amazônia buscando fazer riqueza com a borracha, notadamente uma grande leva de migrantes cearenses, que foram um dos maiores grupos a migrar a partir de 1877, data de uma seca histórica no sertão nordestino. Sobre estes e também demais migrantes do Nordeste, Gonçalves pontua que “muitos dos que se dirigiram para a Amazônia durante o ciclo da borracha tinham como perspectiva um rápido enriquecimento e o retorno ao Nordeste como horizonte. Desenvolveu-se, assim, um povoamento instável, muito suscetível às variações da demanda internacional de látex” (2020, p. 36). Além da migração interna, houveram os imigrantes externos, “como comenta João Nogueira da Mata: ‘Os ingleses, franceses, alemães e portugueses vinham dirigir os trabalhos da borracha, enquanto os espanhóis, italianos, sírios e libaneses emigravam para se

dedicarem a outros tipos de negócios na Capital’” (MATA, 1978, p. 63 *apud* SOUZA, 2019, p. 257-8). Além de judeus, estadunidenses do Sul (derrotados na Guerra de Secessão) e japoneses (responsáveis pelo cultivo de pimenta-do-reino) (SOUZA, 2019).

No período entreguerras a Amazônia entrou em um marasmo econômico e político, que só foi brevemente interrompido com a “Batalha da Borracha” em 1942. Esforço de guerra do Brasil para fornecer matéria-prima para indústria bélica dos EUA e, por consequência, aos Aliados, por meio de trabalhadores recrutados às pressas que ficaram conhecidos como “Soldados da Borracha”. Porém, novamente, sem retorno concreto para região no sentido de instalação de infraestruturas duradouras e geração de riqueza de longo prazo. Assim, por meio da ascensão e queda dessas riquezas efêmeras “a Amazônia saía da ostentação para padecer as agruras da falta de importância política e insignificância eleitoral. Um trauma que colocou a região na posição reboquista da qual nunca mais se livrou” (SOUZA, 2019, p. 285).

Já na segunda metade do século XX, um marco foi a criação da *Amazônia Legal*, que tinha como braço econômico a Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA), “que havia, em 1964, apresentado ao Congresso Nacional um projeto de desenvolvimento amazônico a partir das próprias aspirações regionais, infelizmente nem ao menos apreciado, por chegar a Brasília justamente no momento do golpe de 1964” (SOUZA, 2019, p. 31). Uma das medidas do governo Castello Branco foi a substituição desta pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), assim como a transformação do antigo Banco de Crédito da Amazônia em Banco da Amazônia, ambos em 1966 que, segundo Souza, a primeira era “[...] limitada a financiar empreendimentos privados especulativos que em geral fracassaram fraudulentamente, enquanto a região era repartida entre grandes grupos econômicos nacionais e internacionais, sem qualquer ingerência da autarquia, na chamada Operação Amazônia” (p.31).

A SPVEA tinha por objetivo aplicar 3% dos impostos federais para o desenvolvimento da região. Porém este investimento não foi suficiente para tal intento, uma vez que focou nos projetos extrativistas, ainda insistindo na borracha e, por exemplo, não apostando na juta e pimenta-do-reino, sobre as quais Souza aponta ter sido uma decisão equivocada, pois a pimenta-do-reino produzida na Zona Bragantina no Pará foi a maior produção mundial entre 1950-70; e a juta, produzida em Santarém, Parintins e Manacapuru, também no Pará, teve sua produção crescente entre 1940-70, porém

começou a decair por perder mercado para a fibra sintética. Mas, de todo modo, o governo teria perdido a oportunidade de investir nessas culturas nestas décadas de maior relevância. Sobre o sistema extrativista como um todo, porém com destaque para borracha, Souza afirma:

O sistema extrativista empurrou milhares de trabalhadores para regiões distantes da Amazônia, invadiu terras indígenas, assegurou a posse de territórios para os Estados Nacionais. Gerou uma elite frágil e subserviente, pasto fácil para novas opções econômicas que estavam por vir. O sistema de aviação, braço das relações de trabalho do extrativismo, sobreviveu e prosperou nos empreendimentos ‘modernos’ do garimpo, na extração ilegal de madeira e na transformação de áreas de floresta em campo para criação de gado. A associação dessa forma ‘atrasada’ de exploração dos trabalhadores com os grupos econômicos e políticos que viriam para a Amazônia sob a inspiração dos regimes militares que queriam ‘modernizar’ a região resultou em forças poderosas que criaram corpo e ocuparam o vazio deixado pelas instituições do poder civil. (2019, p. 276)

Apontando que os métodos do extrativismo foram incorporados por outros atores sociais que passaram a atuar na região posteriormente. Com a chegada dos capitais transnacionais e transformação das velhas unidades extrativistas em empresas agropecuárias, arroga-se uma modernização em cima de uma velha mentalidade. Assim, “as estatais que exploram o petróleo, as empresas de mineração e de exploração florestais, todas elas se apropriaram, de uma força ou de outra, das velhas relações de trabalho do extrativismo, reavivando o sistema de aviação e os recrutamentos forçados da mão de obra, ressuscitando em pleno mundo moderno a escravidão” (*idem*, p. 276-7).

Já na Ditadura Militar a Amazônia passaria por grandes transformações estruturais que, como apontado anteriormente, mudaria o modo de organização regional. Os governos militares apostariam em empréstimos de bancos privados e multilaterais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial (BIRD), além de corporações multinacionais, associados a diversos incentivos fiscais para fazer cumprir a missão de incorporar e desenvolver a Amazônia (GONÇALVES, 2020, p. 12). Um dos marcos destes incentivos e internacionalização do capital foi a criação, em 1967 por decreto presidencial, da Zona Franca de Manaus, transformando o município em área privilegiada para instalação de indústrias no Distrito Industrial com uma oferta inicial de 50 mil empregos. Isso se deveu ao fato das indústrias operarem as fases de montagem e acabamento dos produtos, que exigiam maior número de mão de obra (SOUZA, 2019, p.

313). O autor ainda explica que os antigos barões do extrativismo passaram então a ocupar cargos de direção e como sócios minoritários nestas empresas transnacionais, perdendo a posição de elite dominante local e passando a um *status* subalternizado ao novo capital produtivo da região. Assim,

Eram indústrias que tudo trouxeram de fora, da tecnologia ao capital majoritário, e que do Amazonas somente aproveitaram a mão de obra barata e os privilégios institucionais. Com essa estrutura industrial altamente artificial, a Amazônia Ocidental teve o seu quinhão da política de integração nacional. A promessa de 50 mil empregos não se cumpriu, mas ajudou a provocar uma explosão demográfica em Manaus. De cerca de 150 mil habitantes em 1968, a cidade pulou para 600 mil em 1975. (SOUZA, 2019, p. 314)

Essa explosão demográfica teria feito da Amazônia uma das maiores fronteiras urbanas do mundo, com o aumento desordenado da população e os problemas decorrentes disso pela falta de estrutura e planejamento das cidades.

A professora Bertha Becker faz uma ótima síntese dessa passagem da década de 1960 para 1970, ao dizer que:

Entre 1968 e 1974, o Estado brasileiro implantou tal tipo de malha na Amazônia, visando completar a apropriação física e controlar o território (BECKER, 1990). Redes de circulação rodoviária, de telecomunicações, urbana, etc., subsídios ao fluxo de capital através de incentivos fiscais e crédito a baixos juros, indução de fluxos migratórios para povoamento e formação de um mercado de trabalho regional, inclusive com projetos de colonização, e superposição de territórios federais sobre os estaduais, compuseram a malha técnico-política. (BECKER, 2004, p. 26-7)

Contemporâneo a essas medidas nacionais, no cenário internacional houve a primeira Crise do Petróleo em 1973, desestabilizando o balanço de pagamentos da União e forçando o Estado brasileiro a direcionar recursos para a produção de etanol no Sudeste, para reduzir a dependência do petróleo. Esse contexto “[...] implicou uma mudança de política que, então, *descobre* uma vocação pecuária e de exploração mineral para a região” (GONÇALVES, 2020, p. 96, grifo do autor). De forma que a partir de 1974 os incentivos fiscais da SUDAM focaram nos projetos agropecuários e para os polos de exploração mineral. Este, particularmente, reforçado pelos levantamentos aerofotogramétricos de 1965 feitos pela USAF – *United States Air Force* e pelo projeto RADAM BRASIL, de mapeamento por imagens de radar promovido pelo Estado brasileiro em parceria com institutos de pesquisas nacionais e internacionais. A estrutura

para mineração exigia, além de mão de obra e transportes, intenso uso de energia, também levando o Estado a investir em hidroelétricas na região, como Balbina e Tucuruí (GONLAVES, 2020, p. 106).

Outra medida bastante característica do conjunto dos governos militares foi a integração rodoviária do território, fazendo com que as estradas funcionassem como *frentes de expansão*, não só aumentando o fluxo de mercadorias e pessoas, mas proporcionando a instalação de novas comunidades ao longo das rodovias, projetos agropecuários e atividades extrativistas como um todo, como também expandisse o desmatamento ilegal, a grilagem de terras e outros “ônus” associados ao processo. Um dos projetos mais emblemáticos e, também, problemáticos foi da Transamazônica, que Souza (2019) explica que:

No dia 1º de setembro de 1970, as obras da Transamazônica foram iniciadas, abrindo um período de perplexidade quanto à sua necessidade. A justificativa principal dos militares era a integração nacional, mas o traçado da Transamazônica, ligando o Nordeste miserável à Amazônia pobre, não ajudava muito a reforçar os argumentos governamentais. A Transamazônica era algo tão absurdo que até mesmo o ex-ministro Roberto Campos, um dos mentores do modelo de integração da Amazônia, considerou uma futilidade a construção da estrada, criticando duramente a falta de viabilidade econômica do projeto. Em menos de dez anos, a selva reivindicou de volta quase todo o trajeto da Transamazônica. (p. 312-13)

Com esse conjunto de medidas citadas, a Ditadura Militar em seus mais de vinte anos de atuação deixou marcas muito profundas no território decorrentes do projeto desenvolvimentista pautado do binômio Segurança e Desenvolvimento, e que, de forma geral, os autores civis tecem duras críticas aos impactos causados, e até mesmo para as consequências dessas medidas que perduraram após o fim do regime, de modo que atualmente, passados 35 anos, ainda é possível sentir os efeitos de algumas das políticas daquela época. Souza é duro ao dizer que: “Os projetos megalomaniacos dos militares brasileiros vitimavam as populações tradicionais da região, os migrantes pobres do Nordeste, e milhões de famintos e miseráveis das grandes cidades do sul do país” (2019, p. 316).

O autor narra que no final dos anos 1970 um novo cenário estava montado na região, com as melhores terras ocupadas, latifúndios na mão de especuladores e projetos agropecuários que gozavam de incentivos fiscais, e diz:

Com o fim da ditadura, o governo da Nova República poderia ter realizado a reforma agrária, expropriando as terras das mãos dos especuladores, na maioria sem titulação legal ou até mesmo falsa. Seguem-se a velha omissão e o oportunismo do poder público brasileiro, que não cuidou de evitar o caráter destrutivo da expansão agrícola, e se absteve de realizar um efetivo controle social, permitindo que os desmatamentos prosseguissem. (SOUZA, 2019, p. 328)

Assim, além da falta de controle do processo de ocupação das terras, os graves danos socioambientais para região e o reforço da desigualdade estrutural, outro problema que se instaurava era referente à urbanização. De forma que a partir dos anos 1990 a cidade de Belém passou a perder importância regional para Manaus, pois “a cidade de Belém, que representava 43,9% da população regional em 1950, caiu para 23% em 1990, enquanto Manaus experimentava uma verdadeira explosão demográfica” (SOUZA, 2019, p. 315). Somando-se a isto argumenta que essa mudança se deu de forma problemática, pois Belém por ser bem mais antiga e se desenvolver ao longo dos anos da Colônia, Império e República, mesmo que sempre para servir as elites, adquiriu infraestruturas essenciais com um vasto patrimônio arquitetônico, equipamentos de cultura e lazer, e riqueza instalada em geral; ao passo que Manaus acabou “diluída” pelos processos modernizantes, passando pelo rápido e desordenado crescimento típico da urbanização tardia dos países subdesenvolvidos, com macrocefalia urbana, especulação imobiliária, favelização etc. Essa diferença se constituiu em um grande problema a longo prazo quando olhada para além da atual conjuntura favorável à Zona Franca de Manaus, pois, com o tempo, caso a região perca competitividade e as empresas saiam, voltará novamente a se afundar na penúria e marginalização. Mediante isso Souza (2019) aponta para a necessidade de investimentos em infraestruturas de longo prazo e real geração de riqueza para população, qualificando o “capital humano” para que a própria população possa colher os frutos da atual expansão econômica, para além das efemeridades consumistas. Gonçalves também aponta para este processo dizendo que:

Belém, que sempre exerceu seu papel de capital regional da Amazônia por sua posição privilegiada nas proximidades da foz do grande rio, passa, a partir dos anos 1960, com a criação da Suframa, a perder sua influência sobre Manaus que, por sua vez, intensifica suas relações com São Paulo. A região perde suas relações espaciais internas tradicionais e se fragmenta. (2020, p. 110)

E cita o exemplo de uma entrevista com o Superintendente da Suframa em 1986 em que este relata que São Paulo fornecia cerca de 86% dos insumos utilizados na Zona Franca. Reforçando o caráter de um desenvolvimento dependente e, por consequência, precário.

Como esforço de síntese, Souza (2019) aponta no trecho seguinte um panorama do período, que aqui nos é extremamente útil na íntegra:

Tomemos um período redondo: 1965 – 2000. Nesses 35 anos, a Amazônia foi aberta à expansão do capitalismo, de acordo com as diretrizes de uma economia política elaborada por uma série de governos militares, seguida fielmente pelos governos civis da Nova República e posteriores, que pretendiam promover na região um modelo de desenvolvimento modernizante. O predomínio de investimentos e a presença do governo federal na região se tornaram cada vez mais extravagantes na proporção de seus resultados. Meio milênio de distintas economias extrativistas apenas enriqueceu brevemente uma parcela das oligarquias locais, deixando para trás uma terra mais empobrecida. Se a história da Amazônia tem sido um permanente desafio às noções de progresso, natureza e homem, tão caros ao pensamento europeu e que serviram para sustentar conceitos como os de desenvolvimento e subdesenvolvimento, esses 35 anos que fecharam o milênio representaram um grande teste para esse desafio. Infelizmente, o que se vê é o autodenominado moderno Estado brasileiro, demonstrando diariamente a sua incapacidade em dar um basta em tantos absurdos, em impedir a deterioração do meio ambiente e barrar os projetos econômicos que tornam a vida de camponeses, índios e trabalhadores um exercício de horror. (p. 303)

Este é o primeiro parágrafo do tópico chamado “Subdesenvolvendo a Amazônia” que nos introduz sinteticamente o que o autor argumenta no capítulo final do livro, basicamente, que se a Amazônia atualmente é subdesenvolvida, ou “região periférica” ou qualquer outro rótulo pejorativo que se possa atribuir a ela, não podemos nos esquecer que esse é um projeto ativo proveniente das escolhas verticais, autoritárias e colonizantes que, desde a própria colonização, até os dias atuais predominam na região, fosse por meio da Coroa, do Império, do Estado, das Elites locais, do Capital internacional etc. Assim como Souza (2019), Gonçalves (2020) também aponta para a contradição *moderno-atrasado*, na medida em que associa diretamente ambos, como dois polos da mesma moeda, ou melhor, do mesmo processo⁸. Pois para algo ser considerado “moderno”, se faz necessário seu

⁸ Esse tema é tão candente em nossa questão nacional que em uma coluna de “Opinião” na Folha de S. Paulo em 30/11/1999, Ariano Suassuna, falando de Euclides da Cunha, a coloca da seguinte forma: “O que houve em Canudos e continua a acontecer hoje, no campo como nas grandes cidades brasileiras, foi o choque do Brasil ‘oficial e mais claro’ contra o Brasil ‘real e mais escuro’. [...]”

“Outro” do processo que, neste caso, é o atrasado. Nessa dialética presente desde o início da modernidade com as grandes navegações no séc. XVI, é que a região vem sofrendo diversas investidas com o intuito de desenvolvê-la, modernizá-la, integrá-la, ou muitos outros nomes para, como apontam ambos os autores, trazer algo “novo” que, na verdade, se constitui como a mesma pretensão velha. Assim como trouxemos na íntegra a síntese de Souza, traremos uma das sínteses feitas por Gonçalves, profundamente pertinente a este debate:

A Amazônia é, na verdade, um dos muitos lados da modernidade. Foi a modernidade que criou os primeiros fortes militares na Amazônia; que saqueou suas entranhas para retirar as “drogas do sertão”; que destribalizou os índios, aldeando-os e desespiritualizando-os. Foi a modernidade que reinventou a escravidão com Pombal. Foi a modernidade que se apropriou das “bolas que contrariavam a lei da gravidade”, como a ignorância de um moderno colonizador se expressou a respeito da borracha, lhe deu outros múltiplos usos, com destaque para a indústria de pneumáticos, parte do símbolo maior do individualismo do mundo moderno: o automóvel. É hoje a modernidade que devassa o seu subsolo para extrair seus minérios; devasta suas florestas com o auxílio do fogo, da indústria química, de tratores, motosserras e correntões, além de barrar os seus rios para produzir energia e, assim, aumentar sua capacidade no trabalho de revolver suas entranhas. (2020, p. 67)

Evidente que essas não são as únicas forças que atuam sobre a Amazônia, há também os atores locais por meio de migrantes que se tornaram colonos, populações tradicionais e tantos outros que constituem o cotidiano regional e tencionam os rumos tomados, que é justamente o esforço do próprio autor em todo o livro *Amazônia, Amazônias*, qual seja, apontar a potencialidade e ações já em curso destes agentes apagados e propositalmente deixados de fora do processo modernizante.

Euclides da Cunha, formado, como todos nós, pelo Brasil oficial, falsificado e superposto, saiu de São Paulo como seu fiel adepto positivista, urbano e ‘modernizante’. E, de repente, ao chegar ao sertão, viu-se encandeado e ofuscado pelo Brasil real de Antônio Conselheiro e seus seguidores. Sua intuição de escritor de gênio e seu nobre caráter de homem de bem colocaram-no imediatamente ao lado dele, para honra e glória sua. Mas a revelação era recente demais, dura demais, espantosa demais. De modo que, entre outros erros e contradições, só lhe ocorreu, além da corajosa denúncia contra o crime, pregar uma ‘modernização’ que consistiria, finalmente, em conformar o Brasil real pelos moldes da rua do Ouvidor e do Brasil oficial. Isto é, uma modernização falsificadora e falsa, e que, como a que estão tentando fazer agora, é talvez pior do que uma invasão declarada. Esta apenas destrói e assola, enquanto a falsa modernização, no campo como na cidade, descaracteriza, assola, destrói e avilta o povo do Brasil real.” Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz3011199907.htm> Acessado em: 04.02.2020.

Pegando um recorte mais curto, porém do mesmo período, a professora Bertha Becker diz que:

Verificou-se, entre 1980-2000, forte retração dos investimentos produtivos do capital internacional. Influenciado por bancos e agências, este se orienta para uma política preservacionista da região associada à emergência da questão ambiental.

Tal orientação está associada à nova geopolítica mundial – que, como visto, não mais visa a apropriação direta dos territórios, mas sim o poder de influir na decisão dos Estados sobre o seu uso – e ao papel que a Amazônia assumiu nesse contexto. (2004, p. 34)

É nessa virada, também geopolítica, que a Amazônia passa a sentir os efeitos de novas territorialidades e políticas voltadas à questão ambiental e valorização dos atores locais. Nesse novo contexto surgem também novos conflitos e tensões “[...] onde as antigas imagens que da região se tinha cederam lugar a uma outra de devastação, de exploração, de violência e resistência. É esta imagem que vem ganhando o mundo através não só da imprensa, da ação de organizações não governamentais, de lideranças de movimentos sociais e, também, de trabalhos científicos” (GONÇALVES, 2020, p. 13). É neste novo contexto, que perdura até os dias correntes, que a Amazônia abriga, por um lado, novos projetos de cunho sustentável, valorizações das práticas de agentes do tecido social local, ampliação de uma integração nacional material e simbólica que ganha cada vez mais lugar nas políticas públicas, mídia, estudos, imaginário popular etc.; e, por outro, sofre a expansão da fronteira agrícola, os conflitos sanguinários por terra, o aumento do número de queimadas e desmatamento ilegal, o discurso contra as populações tradicionais, especialmente os indígenas, dentre tantas outras – ainda – violências que, como dito no início deste subcapítulo, perpassa a realidade regional.

3 A GEOPOLÍTICA AMAZÔNICA BRASILEIRA

“As nações lutam com mais bravura pelos seus interesses do que pelos seus princípios”. Napoleão Bonaparte.

A epígrafe a este capítulo é, propositalmente, a mesma utilizada pela professora Therezinha de Castro em sua obra *Amazônia: Geopolítica do Confronto, Geoestratégia da Integração* de 1995 (FREITAS, 2004), que nos serve de deixa para os questionamentos: enquanto nação, na falta de princípios – ao menos explícitos –, o quão interessados estamos na Amazônia? Se estamos, como? Ou ainda, quem? Cada uma dessas perguntas abrem para possibilidades distintas de respostas e, mesmo, diferentes linhas argumentativas para uma mesma resposta. Porém, a que nos cabe neste trabalho diz respeito diretamente aos autores que estudaram e, efetivamente, produziram respostas para a chamada “questão amazônica”. Seja por princípio ou interesse, certo é que tal tema conforma-se como questão, seja de ordem social, ambiental, nacional, regional, antropológica etc. No nosso recorte específico: geopolítica.

Souza (2019) faz uma consideração interessante ao dizer que: “O mais grave é que o império do Brasil via a Amazônia apenas como um espaço geopolítico, demonstrando incapacidade para superar o tradicional relacionamento colonial por algo mais condizente com o estatuto de região pertencente a um país independente” (p. 201, grifos nosso). Essa colocação é pontual e específica em seu trabalho (que trata da questão histórica, mas pincela abordagens geográficas em diversas passagens) por não tratar do tema da geopolítica em si, porém significativa em diversos sentidos. O primeiro é o tom explicitamente pejorativo – ou, ao menos, limitado – do que seria o “espaço geopolítico”; o segundo é o inevitável anacronismo da afirmativa, haja vista que à época do Brasil Império a Geopolítica não se constituía como área de estudos propriamente delimitada (apesar de isso não excluir uma possível *leitura geopolítica* dos acontecimentos); o terceiro ponto seria a necessidade colocada indiretamente pelo autor de “superar o tradicional relacionamento colonial”, como se o suposto *olhar geopolítico para região* não atingisse tal intento, e ainda reforçasse a abordagem colonial à mesma; por fim, chama atenção a consideração sobre o “algo mais condizente com o estatuto de região pertencente a um país independente”, visto que é justamente o viés geopolítico um dos responsáveis por pensar este “estatuto” regional.

O trecho em questão nos é significativo não para depreciar de forma alguma a grande obra citada, mas por ser o gancho ideal justamente para introduzir as abordagens geopolíticas sobre a Amazônia que veremos adiante, uma vez que estas questões por nós levantadas perpassam também a própria área. Ou seja, por meio à curta citação de Souza, perguntar se a geopolítica reforça, necessariamente, o caráter colonial sobre a Amazônia, é uma das tantas problematizações possíveis em nossa abordagem comparativa. Outrossim, apesar da conformação posterior da Geopolítica enquanto área de estudos, os geopolíticos militares brasileiros têm grande estima pelo Barão do Rio Branco (1845 – 1912) considerando-o também um geopolítico, mesmo que este seja anterior aos *founding fathers* – como vimos no capítulo 1 desta monografia; aquele atuou no último quartel no séc. XIX e início do XX, ao passo que os autores pioneiros datam da década de 1920. E, ainda, àquela colocação pejorativa/limitada do que seria o “espaço geopolítico” e, por extensão, a própria Geopolítica, também não foi por muito tempo a forma que os estudiosos civis julgaram a área? Tendo assim, por isso mesmo, sido um marco o artigo da professora Becker em 1988 – como vimos no subcapítulo 1.3. Por fim, sobre o fato da própria geopolítica ser uma das responsáveis por pensar a integração nacional e, por consequência, da Amazônia, buscando o “algo mais” dentro do país independente, porém, que nos retoma o conjunto de perguntas iniciais: quem está interessado, e pensa, e como pensa esta questão? É para tentar contribuir, pouco que seja, com este amplo debate e jogar luz sobre estas questões, mesmo que neste momento a caráter expositivo, que se justifica este trabalho e é o que veremos nos subcapítulos subsequentes.

3.1 Contextualização Geral do Debate

A referida “questão amazônica” é uma generalização que faz menção aos muitos temas e problemas relativos à região. O objetivo deste subcapítulo é primeiro apresentar o panorama geral do debate por meio das principais questões que estão presentes em todos os autores por nós lidos, demonstrando a relevância das mesmas; em segundo lugar explicitar as particularidades/peculiaridades que compõe a *geopolítica militar* e a *geopolítica civil*, respectivamente, de modo a esboçar as linhas gerais que marcam o discurso de cada corrente de pensamento; por fim, mencionaremos alguns autores da geopolítica que não trabalharam especificamente sobre a Amazônia, porém incluíram-na dentro de seus estudos de forma mais ampla.

3.1.1. Principais temas da Geopolítica Amazônica

A primeira questão que se coloca, relativa ao aspecto histórico da Amazônia nacional e continental, já mencionada no capítulo anterior, é o fato em comum dos países amazônicos *não terem priorizado esforços voltados à região até muito recentemente*. Isso se deu pelo próprio processo de colonização ter sido feito do litoral para o interior, de “fora para dentro”, e este “dentro” ser justamente a porção amazônica de cada território. Se estabelecendo, portanto, uma relação distante dos governos centrais com suas Amazonas, e relegando-as a uma condição periférica/marginal dentro de cada país. Como pontua Souza (2019):

No caso da Amazônia, ela entrou muito tarde nas cogitações dos diversos Estados-Nação, quase sempre considerada uma questão territorial, jamais um espaço político a ser integrado no corpo da nacionalidade. Infelizmente, essa integração sempre foi buscada sem que se reconhecesse a complexidade das sociedades amazônicas, seu meio ambiente e seu espaço cultural. O tempo exato para essa integração não foi obedecido e o resultado foram os desastres sucessivos. (p. 27)

O mesmo autor pontua, inclusive, que em alguns países sul-americanos esta colonização se deu forçosamente, por meio de “[...] presidiários, soldados indisciplinados, mestiços, mulatos e negros, estes últimos considerados aptos a suportar inclemências de uma terra supostamente imprópria para pessoas civilizadas” (SOUZA, 2019, p. 237). Revelando o aspecto violento exploratório não só da região enquanto conjunto de elementos, quanto a violência sofrida por estes próprios sujeitos, vistos pelo colonizador como objetos descartáveis que poderiam aguentar qualquer intempérie necessária ao “esforço desbravador”.

A segunda questão, já se tratando das próprias Amazonas, é a *multiplicidade e complexidade* das mesmas, tanto nos aspectos naturais quanto sócio-culturais. Como também por nós esboçado na caracterização da região, é um fator incontornável ao tratar da mesma, pois um problema diretamente decorrente deste, ao pensá-la, é a anulação de elementos naturais e humanos e as, conseqüentemente, violências que daí decorrem ao tentar estabelecer políticas públicas, incentivos fiscais, instalação de infraestruturas urbanas, de transporte, de comunicação etc. etc.; ou seja, é justamente no espaço deixado pela ignorância perante esta multiplicidade que entra a violência estrutural ao tentar

qualquer intervenção na Amazônia, que acaba por se configurar vertical e autoritária no mais das vezes. Como esforço de síntese dos mais diversos temas, Barbosa (2007) coloca que:

Temos, portanto, um enorme desafio pela frente envolvendo a Geopolítica na Amazônia, pois neste espaço, combinam-se muitas das ameaças temidas por atores hegemônicos no cenário internacional. Os pontos cruciais na Amazônia referem-se à criminalidade transnacional: tráfico, contrabando, garimpo ilegal; depredação ambiental; fogo; desmatamento; invasão de terras indígenas; assassinatos na área rural, para citar os mais expressivos. Também fatores, iminentemente, externos ligados à biopirataria e à gestão da biodiversidade, em vista da fragilidade do Estado frente a poderosos interesses, nem sempre condizentes com um projeto de País, pensado a partir de seus condicionantes internos. (p. 32)

E é justamente para pensar esta diversidade, porém voltando-se para os agentes locais, posicionando-se pelos *de baixo*, que Gonçalves (2020) é enfático ao diferenciar os interesses e marcar posição ao dizer:

[...] é possível vermos que há diferentes amazônias. Há um debate e um embate, simbólico-material, que reconstrói o significado de Amazônia. *Não há uma Amazônia, mas várias.* Não há, consequentemente, *uma* visão verdadeira do que seja a Amazônia. A verdade do colonizador não é a mesma que a do colonizado; a verdade do minerador, do fazendeiro-pecuarista ou do madeireiro não é a mesma dos índios, dos caboclos ribeirinhos e/ou extrativistas ou dos produtores familiares; a verdade dos militares ou das grandes empresas estatais, nacionais e internacionais não é a mesma necessariamente dos garimpeiros, seringueiros, castanheiros, açazeiros, balateiros, retireiros ou dos trabalhadores rurais agroextrativistas. (p. 16-17, grifos do autor)

Se quisermos ir além, apenas para pontuar, é possível dizer que mesmo dentro destes grupos é muito difícil estabelecer unanimidade, apesar de ser possível reconhecer interesses hegemônicos e posicionamentos gerais nas tomadas de decisão. Como é necessário não cairmos em uma relativização absoluta, para não inviabilizar temáticas e o próprio estudo, é mais do que válida a colocação do autor que:

Assim, quando se fala de Amazônia é preciso estar atento para sabermos de que Amazônia estamos falando, tendo em conta que os diferentes agentes que atuam na região, ou por ela se interessam, tentam propor/impôr a *sua* visão do que seja a verdade da região como sendo *a* verdade da região. Esse jogo de verdades é parte do jogo de poder que se trava na e sobre ela. (GONÇALVES, 2020, p. 17, grifos do autor)

Estes dois aspectos primeiramente apontados, da *preocupação recente dos países amazônicos pelas suas Amazôniaas nacionais* e da *diversidade inerente às mesmas*, são o pano de fundo presente não só para a Geopolítica, mas para qualquer abordagem que se tenha no plano científico, político, social, ambiental etc.

Agora, entrando propriamente nos temas e na abordagem que diz respeito à Geopolítica, gostaríamos de iniciar com uma questão que perpassa os estudos na área que “[...] é a que se refere aos significados subjacentes à noção de *conflito*, em particular quando se trata de estudo típico e assumidamente geopolítico” (COSTA, 2008, p. 20, grifo do autor). Uma vez que “a bem da verdade, é preciso reconhecer que esse tema constitui, indubitavelmente, a questão central dos estudos da área” (*ibidem*), de forma que a geopolítica ao tratar dos conflitos internos *tendia*⁹ a olhá-los apenas como uma quebra de coesão ou mesmo uma traição dos princípios nacionais, não reconhecendo, por exemplo, estruturas de classe, diversidades internas ou outras questões que originaram o conflito, assim “[...] do ponto de vista da geopolítica, Estado, nação e território constituem um todo indivisível” (*idem*, p. 21).

Escolhemos começar por esta questão pelo fato do conceito de *conflito* continuar sendo central até atualmente, porém se diferenciando na forma de abordagem entre os autores, como veremos mais adiante; além deste conceito ser um reflexo de como são trabalhados, como colocado por Costa (2008), os conceitos fundamentais da área como Estado, território e nação. O autor, em sua Introdução – relembrando que a Geografia Política e a Geopolítica nascem (quando considerado que ambas têm suas bases na obra *Geografia Política* de Ratzel), especialmente na Alemanha, como desdobramento da unificação do Estado nacional, junto ao fato do contexto do Naturalismo do séc. XIX ter sido a base sobre a qual se estruturou a Geografia Moderna e suas primeiras correntes de pensamento (Determinismo e Possibilismo) – diz que é por isso que a geografia política “[...] tem forçosamente de partir de um espaço politicamente organizado sob a gestão de um Estado que, em geral, se quer forte e centralizado” (*idem*, p. 22). É nesse contexto que podemos estabelecer um paralelo com a questão amazônica, em duplo aspecto, por um lado, pelo fato da Amazônia ser o exemplo emblemático do problema mais amplo da

⁹ A ressalva utilizando o verbo no futuro do pretérito se dá pelo fato já mencionado da tese do professor Wanderley Messias da Costa ser de 1991 e a 1ª ed. do livro de 1992, apesar da atual edição utilizada ser de 2008, o professor está olhando para uma produção geopolítica até o início dos anos 1990, na qual, à época, a vertente civil era incipiente, predominando a geopolítica militar e este aspecto apontado no trecho ser bastante reconhecível e um dos marcos discursivos da mesma.

unificação territorial no Brasil; por outro, por este conjunto de temas – *unidade e integração nacional e coesão interna* – serem os mais centrais ao falarmos da região, sendo mesmo possível afirmar que todos os demais decorrem deles. Esta relação entre o contexto de surgimento da disciplina na Alemanha e a Geopolítica brasileira é estabelecida já por Costa ao dizer que:

O problema da coesão interna, tão exaustivamente debatido pela geografia política desde Ratzel, e eleito pelos geopolíticos como um dos principais alvos da ação dos Estados em geral, adquire no Brasil um caráter particular. A imensidão do território, o povoamento disperso e o fraco poder de articulação inter-regional da economia agrário-exportadora, ao lado de um poder central baseado na composição política com as oligarquias locais e regionais, representaram, desde a formação do Estado nacional em 1822, um quadro distante de um federalismo clássico (como o norte-americano) e mais próximo de um conjunto político-administrativo-territorial unitário extremamente desarticulado em nível nacional. (2008, p. 185)

É através desse debate que é possível estabelecer um fio condutor argumentativo que faz a ponte entre a mentalidade autoritária predominante desde os tempos da Colônia e a Geopolítica, os militares e o pensamento das elites nacionais. Que ganham na Amazônia expressão bastante emblemática pela diferença de composições territoriais em relação ao Centro-Sul e mesmo Nordeste brasileiro – como pudemos ver na retomada histórica no subcapítulo 2.1 –, marcando distintos desenvolvimentos históricos que só recentemente passam a buscar maior confluência. Sobre isso Costa (2008) diz que

[...] não se pode esquecer que o pensamento conservador brasileiro, desde o período colonial, passando pelo Império e, de certo modo, até os dias atuais, sempre tendem a expressar um conceito de nação articulado ao de território, de tal maneira que, frequentemente, a ideia de unidade nacional confunde-se com a integridade territorial. (p. 185)

O conjunto de temas apontados no parágrafo anterior diz respeito a uma mentalidade política-territorial comandada pelas elites desde a Colônia que ganha aspecto especial tratando-se da Amazônia. Enquanto esta seria a principal questão interna, como colocamos, das quais as outras serão desdobramentos, temos que a principal questão externa relacionada à Amazônia diz respeito à *possibilidade de internacionalização da região*. Também com raízes antigas esta questão permanece até os dias atuais, mudando de feição com o passar do tempo. Como exemplo do aspecto histórico da problemática, temos que no tópico “Soberania e unidade”, da obra anteriormente citada, *Brasil, Geopolítica e Poder Mundial* (2018), do professor André Martin, este aponta que em

1816 um capitão dos fuzileiros navais dos EUA e também oceanógrafo chamado Matthew Fawry propôs ao Departamento de Estado americano usar um possível cenário de independência para fragmentar o Brasil – então Império Português –, justamente pela apreensão do fato de, caso o país viesse a tornar-se independente, nascer como um dos maiores países do mundo (até então só menor que a Rússia) (MARTIN, 2018, p. 139-140); onde a maior pedaço dessa fragmentação seria da porção amazônica, além de outros pedaços como o Nordeste, parte do Sul etc. Inclusive, dando base à esta questão o próprio Martin faz uma reconstituição histórica sobre a unidade nacional e rebate as teses que essa se daria por traços linguísticos, culturais e religiosos, e afirma:

Argumento mais consistente é o da segurança internacional, mantida pela vigilância militar de todo este imenso perímetro. De um lado, a fronteira terrestre já estava fixada por tratados, e defendida por fortes, e de outro a fronteira marítima estava bem protegida contra a investida de frotas estrangeiras, graças à ação combinada da marinha portuguesa, com um conjunto de fortificações, espalhados pelos pontos críticos da costa. (MARTIN, 2018, p. 136)

E, ainda, mais afrente:

Esta [a soberania nacional] por sua vez reafirmava-se na defesa da unidade, e não da liberdade. Decorrem desses condicionantes de origem, dois traços marcantes da cultura política brasileira que permanecem até hoje: a tendência centralizadora, isto é, antidemocrática e antifederalista da administração estatal, por um lado, e a absorção apenas retórica das inovações políticas geradas nos países mais avançados, por parte de nossas elites, de modo que borribe com um halo de contemporaneidade, uma estrutura social no fundo muito arcaica. (*idem*, p. 143)

Ambas citações nos permitem reforçar uma série de aspectos até aqui apontados, como a primazia da questão da unidade territorial frente às outras questões ou ideais; a, já muito reiterada, importância do aspecto militar no debate; e, notadamente, a questão da cultura política centralizadora, associada ao também já mencionado aspecto de *modernização conservadora*, termo este referido a um conjunto de mudanças feitas na Ditadura Militar, porém com raízes históricas bastante reconhecíveis. Como desdobramento deste debate o professor habilmente sintetiza:

No mais, à proporção que ia impondo a unidade contra províncias rebeldes, e garantindo a soberania, contra inimigos externos, fazia-o em nome da afirmação dos interesses do latifúndio escravista, de modo que se a ordem era manter a unidade, manter a unidade passou a significar o mesmo que manter a ordem. (MARTIN, 2018, p. 144)

Como é possível perceber, as duas questões colocadas como centrais no debate amazônico: a interna, relativa a *unidade nacional*, e a externa relativa a oposição à *internacionalização da região*, convergem numa mesma confluência de mentalidades na gestão territorial por parte das elites políticas, intelectuais, militares e econômicas. De forma a ganhar um aspecto de uníssono ao tratar da Amazônia, pelo menos até muito recentemente, notadamente até a Escola Geopolítica Brasileira.

Ainda sobre estas duas questões centrais – interna e externa – vale a pena fazer uma breve explanação sobre a contradição ou, no mínimo, relação dialética entre elas nas práticas políticas levadas a cabo desde o governo de Getúlio Vargas até os militares, pois paradoxalmente em governos com discursos mais nacionalistas e patriotas houveram as políticas mais internacionalizantes referentes à Amazônia¹⁰. Como aponta Freitas (2004):

No entanto, a célebre frase de Getúlio Vargas proferida em Manaus, em outubro de 1941, segundo a qual a Amazônia estava prestes a ‘encerrar um capítulo da História da Terra e iniciar um capítulo na História da Civilização’ (perspectivada unicamente em termos brasileiros), vai dar o mote da sua internacionalização, gerando-se assim uma dialética cujas premissas situam, de um lado, o princípio da soberania nacional e, do outro, a crescente afirmação de uma responsabilidade mundial quanto à gestão desse patrimônio da humanidade. (p. 96)

Já na Ditadura Militar um dos marcos é a criação da Zona Franca de Manaus, gerando um ambiente propício para instalação de empresas transnacionais que alterou profundamente a dinâmica regional, desde o deslocamento da centralidade de Belém para Manaus, como a macrocefalia urbana proveniente da migração interna e até mesmo a mudança das elites locais, antes associadas principalmente ao extrativismo. Gonçalves (2020) articula estas medidas internacionalizantes do regime militar com a problemática da integridade territorial da seguinte forma:

Há assim uma espécie de pragmatismo dos militares que, para garantir a base logístico-material necessária à manutenção da integridade territorial, abrem espaços para os capitais multinacionais, como no caso da Zona Franca de Manaus e no Projeto Jari e assim internacionalizam, de fato, a região e, conseqüentemente, o debate sobre ela. O Comar –

¹⁰ Sobre isto, o professor Carlos Walter Porto Gonçalves é enfático ao dizer: “E, aqui, revela-se toda a falácia do discurso nacionalista, posto que, ao mesmo tempo em que se falava em ‘integrar para não entregar’, se faziam concessões a diversos grupos empresariais estrangeiros ou associados, sobretudo no setor mineral e de celulose, e se recorria ao Banco Mundial e ao aval do FMI para encetar tais políticas” (2020, p. 57).

Comando Militar da Amazônia – foi criado justamente com a Zona Franca de Manaus. Assim a Honda, Mitsubishi, a Yamaha, a Philips e outras empresas multinacionais chegam à Amazônia juntamente com uma nova instância da hierarquia administrativa militar, o Comar. (p. 31)

Fizemos questão de pontuar esta contradição envolvendo essas duas grandes questões pela relevância da relação teoria-prática, uma vez que demonstra como ambas estão imbricadas tanto na teoria, como também se efetivam na política territorial com um caráter iminentemente contraditório. É possível ainda complementarmos este ponto específico utilizando-nos de uma menção que o general Meira Mattos (1980) faz a um dos comandantes do Comar:

Vamos encerrar estas citações com a opinião de um apaixonado pela região, o General Rodrigo Octávio Jordão Ramos, ex-Comandante do Comando Militar da Amazônia, que se exprimiu com otimismo ante esse dilema homem e o meio, ao ir instalar a sede do 1º Grupamento de Engenharia, em Manaus:

“A Amazônia não é um inferno verde nem um paraíso perdido! Mas, sim, uma vasta área onde toda uma geração espera ansiosa e confiante o esplendente alvorecer de um amanhã, fecundo, diferente e promissor. É tempo, na verdade, de o homem comandar a vida na Amazônia, deixando de escravizar-se ao rio, como secularmente vem acontecendo. É tempo de findar aquela extrema anomalia, tão decantada no passado de que o homem, na selva, vivendo da exploração florestal, pelo isolamento insuperado, trabalha para escravizar-se. É tempo de mudarmos essa imagem. O que queremos é a Amazônia integrada, mas para sempre brasileira”. (MATTOS, 1980, p. 29-30, grifos nosso)

Esta passagem nos é especialmente relevante por condensar diversos marcadores do discurso militar, sobre o qual trataremos em tópico específico, contudo adiantaremos três aspectos: o primeiro é o diálogo direto que podemos estabelecer com Gonçalves (2020) sobre a mudança do padrão de organização espacial *rio-várzea-floresta* para *estrada-terra firme-subsolo*, porém, neste caso, com a positivação desta mudança por um militar, expondo na fonte a concepção retratada tanto por Gonçalves, como por Becker (2004), e por nós anteriormente mencionada no capítulo 2; O segundo ponto a destacar é o final da afirmativa, no qual enfatiza a Amazônia integrada mas para sempre brasileira que, ao compararmos com a citação anterior de Gonçalves, podemos perceber os dois lados do discurso; por fim, nos antevê uma questão que será por nós exposta mais afrente neste tópico, sobre a concepção da Amazônia como “reserva de recursos” e como “futuro do Brasil”, podemos captar este tom na fala do general Rodrigo Ramos quando este afirma que a região é uma “vasta área onde toda uma geração espera ansiosa e confiante o

esplendente alvorecer de um amanhã, fecundo, diferente e promissor”, demonstrando este *porvir* com base na potencialidade de recursos da mesma.

Como comentamos, a *questão da internacionalização* ganhou novas facetas ao longo da história, no qual elencamos exemplos desde o séc. XIX até o Regime Militar, porém, com a redemocratização e as novas problemáticas da região, instaura-se um novo debate em torno desse tema, agora sob a égide do ambientalismo. Dessa forma, “no afã de afirmar a importância da Amazônia, até mesmo teses falaciosas, como a de que a região se constituía no pulmão do mundo, chegaram a ser invocadas. A Amazônia estava, assim, definitivamente inserida num novo debate internacionalizado, agora profundamente marcado pela ecologia” (GONÇALVES, 2020, p. 60). Com o crescimento do debate internacional ambiental desde a Conferência de Estocolmo em 1972 promovida pela ONU, até outras muitas reuniões e fóruns internacionais com este teor, notadamente após anos 1990, os olhares dos países, principalmente desenvolvidos, voltam-se para Amazônia. Ademais, um exemplo emblemático sobre este ponto foi um evento de 1981 realizado em Genebra com o nome de “I Simpósio Mundial sobre Divergências Interétnicas na América do Sul”, que é mencionado pela professora Therezinha de Castro, e citado por Freitas (2004), no qual elabora-se o conceito de “Amazônia Total” e cuja Declaração derivada do mesmo afirma que: “A posse dessa imensa área pelos países mencionados [Brasil, Venezuela, Colômbia e Peru] é meramente circunstancial, não só por decisão de todos os organismos presentes no Simpósio, como também por decisão filosófica dos mais de mil membros que compõe os conselhos de Defesa dos Índios e do Meio Ambiente” (FREITAS, 2004, p. 98, nota de rodapé). E complementa dizendo que “a esse respeito, afirma ironicamente Therezinha de Castro: ‘(...) estrangeiros reunidos em Genebra, transformando-se em autênticos ‘mandatários’ da Amazônia, determinaram que a mesma não se constituía em ‘patrimônio dos países cujos territórios dizem lhes pertencer’ (*Brasil da Amazônia ao Prata*, 1983, p. 10-11)” (*ibidem*). Este exemplo, além de ser significativo sobre o tema, já nos dá indícios de como Castro posiciona-se em relação ao assunto e, assim como ela, outros autores da geopolítica também abordaram este debate sobre diferentes ângulos, como veremos nos próximos subcapítulos.

Finalmente, tratando das questões mais “pontuais” relativas à região, temos um amplo espectro de temas que tentaremos brevemente sintetizar. Dentro do escopo geral da integração nacional, “a abertura de estradas e o barramento dos rios foram tarefas assumidas pelo Estado. A estrada e a energia são condições gerais de produção essenciais

para que as iniciativas particulares de produção se fizessem presentes” (GONÇALVES, 2020, p. 102). Então dentre os grandes *projetos estruturais*, principalmente na abordagem desenvolvimentista do regime militar, estavam a construção de rodovias e a construção de hidroelétricas, ambas correlacionadas tanto ao agronegócio, quanto à mineração. Associado a esta temos uma questão mais ampla que diz respeito à Amazônia como *reserva de recursos*. Gonçalves (2020) retoma este debate lembrando que, desde o Tratado de Tordesilhas, Portugal e Espanha não possuíam capacidade suficiente de ocupação e exploração dos territórios “descobertos” que alegavam serem seus,

Decorrem daí determinadas visões até hoje presentes no debate acerca da Amazônia: uma que vê a região como uma imensa reserva futura de recursos naturais e outra que vê a região sempre aparecer como que indomável e que exatamente por ser dotada de tamanhos recursos parece escapar à nossa capacidade efetiva de exploração. (p. 24)

Adiantando parte do debate, essa visão da natureza indomável e de recursos que escapam à nossa capacidade exploratória está presente em Mattos (1980), como veremos em subcapítulo específico. Porém é “nessa perspectiva [que] a Amazônia, que corresponde a cerca de 54% do território brasileiro, seria um imenso reservatório de recursos naturais sendo, por isso, vista como o futuro do Brasil” (GONÇALVES, 2020, p. 12).

Enquanto, por um lado, a Amazônia representaria esta natureza de proporções imensas que desafia nossos esforços de dominação; por outro, a região constituiria-se como um enorme *vazio demográfico*, sendo este outra problemática histórica que permanece até os dias de hoje e está presente no pensamento geopolítico. Dessa forma, parte do desafio que representa a região está atrelado a baixa densidade demográfica da mesma e, por mais que este seja um dado empírico, há diferentes formas de lê-lo e, claro, diferentes soluções apresentadas. Sobre isto Gonçalves (2020) trata a questão como um dos mitos construídos sobre a região e o relativiza argumentando que “o *vazio demográfico* amazônico não constituía um vazio de grandes proprietários” (p. 109). E faz o gancho para *questão fundiária*, problema não só amazônico como brasileiro como um todo, porém, novamente, que ganha contornos próprios na região, como aponta:

Não é de se estranhar, portanto, que a questão fundiária tenha se tornado particularmente uma questão militar, como o demonstram os Grupos Executivos criados para cuidar do Baixo Amazonas – Gebam – e do Araguaia-Tocantins – GETAT. Mesmo sob os cuidados diretos dos setores militares, a questão fundiária na Amazônia não apresentou uma evolução diferente do caráter concentrador de propriedade que

historicamente caracteriza a sociedade brasileira. Ao contrário, a Amazônia chega aos anos 80 e 90 com a maior concentração fundiária entre todas as regiões brasileiras. (GONÇALVES, 2020, p. 109)

E complementa citando um estudo realizado por um professor do Pará, Francisco de Assis Barbosa, que demonstrou que entre 1970-85 o padrão de distribuição de terras se manteve na Amazônia, sendo 2/3 para proprietários latifundiários e 1/3 para as famílias camponesas, atentando para a diferença óbvia numérica entre estes grupos, reforçando o caráter de poucos terem muito e muitos terem pouco (*idem*, p. 108-9).

Derivada desta questão demográfica e fundiária temos, muito provavelmente, um dos temas mais sensíveis à região: os *Povos da Floresta*. Esta denominação, ao que sabemos, foi cunhada por Chico Mendes, líder seringueiro que propôs a Aliança dos Povos da Floresta em 1985, e diz respeito ao conjunto das chamadas “populações tradicionais” da Amazônia, que engloba uma ampla camada tanto de etnias, como de atividades específicas exercidas. Estes dois aspectos se mesclam, uma vez que, por exemplo, um povo indígena pode ter como atividade principal a pesca, tanto quanto uma população ribeirinha cabocla. Mesmo que para os primeiros a atividade fosse para subsistência e para o segundo grupo fosse uma atividade econômica, a questão em geral não é separada na base do “um ou outro”, porém complexa e imbricada entre populações e atividade econômica que exercem. Mas, de forma geral, temos um conjunto de grupos reconhecíveis que adquirem identidade própria e organizam-se por suas lutas e reivindicações, são eles indígenas, quilombolas, camponeses, ribeirinhos, seringueiros, mulheres quebradeiras de coco de babaçu, pessoas atingidas por barragens, dentre tantos outros. E cada um desses grupos são agentes políticos que lutam por suas pautas, mas que possuem em comum o aspecto de se oporem ao Capital hegemônico e constituírem uma relação mais orgânica com o ecossistema em geral, além de lutarem por suas tradições e conhecimentos. Como já mencionado anteriormente, o foco do livro de Gonçalves (2020) é justamente nesse conjunto de atores sociais e na potencialidade e ação concreta dos mesmos frente ao poder político e econômico dominante. Devido a isso o autor esboça um amplo panorama das reivindicações e caracterizações de cada grupo citado em sua obra, que aqui não detalharemos tanto pela extensão necessária a tal intento, como pela falta de propriedade no tema, porém sendo imprescindível apontar que ele está presente, afinal está presente também na Geopolítica e seus autores tratam, com maior ou menor foco, se não das questões antropológicas e sociológicas relacionadas ao mesmo, mas ao menos da sua dimensão política.

Como último aspecto deste panorama mais amplo de temas dentro da problemática amazônica, temos “o outro lado” da ascensão do debate ambiental. Se, de um lado, existe a tentativa de utilizar o viés ecológico como uma nova face da internacionalização da região¹¹; por outro, há o debate em voga da *sustentabilidade ambiental*, de forma que atualmente é impossível, tanto no setor público quanto privado, ignorar a relevância desta pauta e não buscar o chamado *desenvolvimento sustentável*. É claro que isto quando tratamos do plano discursivo, uma vez que na prática há ainda muita degradação ambiental e diversos problemas de operacionalizar a questão, porém ela está no horizonte. E, como afirma a professora Altiva Barbosa tratando da geopolítica amazônica: “[...] um dos conceitos caros a essa nova geografia do poder na Amazônia é o de ‘desenvolvimento sustentável’” (2007, p. 27). De forma que “[...] os parâmetros atuais de sustentabilidade ambiental colocam a Amazônia num outro patamar de segurança estratégica, que implica uma nova concepção de uso do território” (*idem*, p. 69). E, derivado deste debate, Gonçalves (2020) destaca o alcance desta questão para o próprio jogo diplomático brasileiro em sua inserção no cenário internacional, uma vez que além daquele aspecto apontado de possível ingerência externa na Amazônia, o cenário mundial é imprescindível em outros tantos níveis de relação, assim:

Destaquemos três conceitos que vêm crescendo no debate internacional e que, certamente, deverão estar subjacentes ao debate que cada vez mais se fará em relação ao futuro imediato da Amazônia: 1) O de segurança alimentar, em que cada país deve priorizar o seu mercado interno; 2) A chamada cláusula de barreira social, onde um país pode barrar a importação de um determinado produto cuja competitividade derive da superexploração da força de trabalho, seja de trabalho escravo ou infantil e; 3) A cláusula de barreira ambiental, pela qual um país pode barrar o livre comércio de um determinado produto cuja competitividade derive de uma produção ambientalmente insustentável. (p. 125)

Os três pontos elencados pelo autor têm relação direta com a nova perspectiva de desenvolvimento sustentável, inclusive, é impossível ao menos não citarmos as complicações diplomáticas que a atual gestão de Jair Bolsonaro no governo federal vem

¹¹ Gonçalves exemplifica esta diferença entre o debate ecológico e ambiental da seguinte maneira: “O que quase sempre está escondido por esse debate que privilegia a dimensão ecológica, e não a ambiental, é o conflito de diferentes grupos sociais pelo acesso aos recursos naturais onde, por exemplo, grupos empresariais procuram se apresentar como mais competentes tecnicamente para explorar os minérios sem contaminar os rios do que os garimpeiros” (2020, p. 49).

passando desde seu início em 2019¹², justamente por diversos desrespeitos à pauta ambiental e aumento drástico das queimadas, desmatamento ilegal e outros problemas, principalmente na Amazônia, em uma gestão marcada por polêmicas no Ministério do Meio Ambiente, redução da atuação do Ibama, redução de multas ambientais e proibição da Polícia Federal em destruir equipamentos usados para o desmatamento ilegal pegos em flagrante delito, dentre tantas e tantas outras medidas. Inclusive afetando as possíveis relações do Brasil com os EUA no atual governo eleito de Joe Biden¹³, em contraposição a aproximação irrestrita com o ex-presidente Donald Trump. Se faz necessária, ainda, a ressalva que o atual governo, em muito balizado pelo negacionismo científico de uma parcela importante da sua base de apoio, utiliza-se da problemática histórica da internacionalização e interferência externa na Amazônia para justificar tamanhas ingerências do próprio governo sobre a região, e até se posicionar internacionalmente, por exemplo, quando questionado pela chanceler alemã Angela Merkel, pelo presidente francês Emmanuel Macron, e mesmo atualmente pelo próprio Joe Biden.

Por tudo isso, o terceiro ponto da citação sobre a cláusula de barreira ambiental torna-se latente no atual cenário político brasileiro, inclusive, acrescentemos ainda o expressivo aumento no número de agrotóxicos aprovados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), assunto amplamente estudado pela professora Dra. Larissa Mies Bombardi, do Departamento de Geografia da USP, que ganhou ampla repercussão com seu mais recente estudo sobre o consumo de agrotóxicos pelos brasileiros¹⁴ que, apesar de perpassar todo o agronegócio do país e ser uma questão mais antiga, continua crescente e presente, envolvendo também a Amazônia e sendo um problema socioambiental de primeira grandeza.

É com esse conjunto de temas como pano de fundo e as novas pressões nacionais e internacionais sobre a Amazônia que Porto Gonçalves afirma que:

¹² Amplamente divulgada na mídia nacional e internacional, estas complicações afetam diversos níveis da imagem do país, desde negociações, por exemplo, do Mercosul com a União Europeia, até suspensão de fundos internacionais voltados à conservação ambiental e tantos outros pontos. Para exemplo, em matéria elaborada no fim do primeiro ano da gestão, a BBC sintetizou boa parte dos problemas: **“Como política ambiental de Bolsonaro afetou imagem do Brasil em 2019 e quais as consequências disso”** disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50851921>>. Acessado em 08.02.2021.

¹³ **“Biden recebe dossiê recomendando suspensão de acordos entre EUA e o governo Bolsonaro”** disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55927385>>. Acessado em 08.02.2021.

¹⁴ **“Agrotóxicos, terra e dinheiro: a discussão que vem antes da prateleira”** disponível em: <<https://www5.usp.br/noticias/sociedade/agrotoxicos-terra-e-dinheiro-a-discussao-que-vem-antes-da-prateleira/>>. Acessado em 08.02.2021.

O momento que vivemos é altamente favorável para que novas perspectivas e novos valores sejam incorporados à sociedade que queremos construir. A própria inserção do Brasil na comunidade internacional, objeto central das preocupações dos Eixos de Integração e Desenvolvimento, não pode continuar nas mesmas bases com que veio se dando até aqui em que devastação ambiental e desigualdade social estiveram subjacentes à competitividade dos produtos brasileiros. (2020, p. 125)

Porém, justamente pelo exposto nos parágrafos anteriores podemos perceber o quão graves são todos os retrocessos enfrentados na atual conjuntura nacional, uma vez que discursivamente estaríamos no “melhor momento” para avançar diversos pontos na consciência nacional e, por assim dizer, nos objetivos nacionais, aqui em específico referentes à Amazônia.

3.1.2. Aspectos discursivos da Geopolítica Militar

Ainda em nosso propósito de apresentar o panorama geral da problemática geopolítica amazônica, e pelo fato desta pesquisa se propor a olhar para as produções geopolíticas militar e civil, exporemos alguns marcos mais característicos destes dois discursos geopolíticos, respectivamente. Como vimos até este ponto há um conjunto amplo de temas que são trabalhados ao tratarmos da Amazônia, porém há certas especificidades ou peculiaridades que estão de fundo em cada uma destas correntes. Começando pela *Militar*, temos que “há uma grande recorrência à importância do espaço físico, enquanto elemento basilar do poder em várias publicações de cunho geopolítico, sobretudo no âmbito das Forças Armadas” (BARBOSA, 2007, p. 25). Afirmação esta que reforça as próprias premissas de Jorge Manuel da Costa Freitas em balizar a Escola Geopolítica Brasileira pelos elementos comuns das produções com base nos conceitos de *espaço* e *posição* – como por nós apontado no subcapítulo 1.2.

Como já foi sendo exposto ao longo da monografia, o aspecto militar é importante não só no discurso e produção intelectual, porém está intimamente vinculado à prática na atuação sobre o território, sendo justamente esta uma das peculiaridades da própria *Geopolítica Militar*¹⁵, uma vez que é feita sob a tutela de um conjunto de instituições –

¹⁵ Podemos lembrar também que essa vinculação da teoria geopolítica militar com a prática é um dos pontos de maior crítica, tanto endógena quanto exógena, apontadas por Freitas (2004) e por nós elencada no subcapítulo 1.2.

as Forças Armadas – que se realizam na atuação direta em todo o país enquanto braço do Estado, como demonstra Barbosa (2007) ao citar uma palestra proferida no Senado pelo Almirante Davenas:

Só o Exército tem mais de 30 mil homens na Amazônia. Em várias regiões eles chegaram antes do juiz, do delegado ou do posto de saúde. As Forças Armadas representariam apenas o Estado brasileiro na região, mas acabaram incorporando tarefas exclusivas do Governo Brasileiro, ligado às metas de desenvolvimento sustentável. Os militares têm convênios com todos os ministérios, incluindo o do Meio Ambiente, de Marina Silva. (p. 120)

Esta citação nos adianta um aspecto importante da mudança que ocorre tanto no discurso geopolítico militar a partir da década de 1990, como na prática territorial das Forças, como veremos mais afrente.

Focando por ora na questão de ocupação territorial efetiva “algumas fontes afirmam que, durante o Regime Militar, os territórios foram concedidos às Forças Armadas, da seguinte maneira: Roraima foi destinado à Aeronáutica; Amapá foi destinado à Marinha, e Rondônia ao Exército” (BARBOSA, 2007, p. 50). Esta divisão teria sido feita à altura da criação dos Territórios Federais na região e, além de tratar-se do período ditatorial, o aspecto histórico de ocupação militar da Amazônia está sempre como pano de fundo, como aponta Souza (2019, p. 278):

Após diversos incidentes de fronteira, ocorridos durante o ciclo da borracha, alguns países hispânicos optaram por militarizar sua política de ocupação da Amazônia. Mas o fim da economia da borracha e a crise geral do extrativismo em muito dificultaram a expansão das sociedades nacionais desses países para a selva. E, como já desempenhavam um papel secundário durante o período de maiores lucros aos negócios da borracha, o estabelecimento de uma crise de longo prazo acabou por reduzir os projetos desses países para seus territórios amazônicos.

É nesse ínterim que se mesclam a teoria e a prática, e que podemos perceber com diversos exemplos, como quando Barbosa (2007) diz que “a mudança da capital federal do Rio de Janeiro para Brasília, marca mais audaciosa da geopolítica brasileira, recolocou em termos mais concretos as preocupações do setor militar no sentido de ocupar o ‘vazio demográfico’ amazônico” (p. 101). Porém com uma nova abordagem de modo que “[...] é no final da década de 1960 que se passa do discurso de ocupação dos ‘espaços vazios’ amazônicos para sua efetiva incorporação às preocupações geopolíticas existentes, de modo mais amplo, em toda América Latina” (*idem*, p. 50). Nessa mesma linha

argumentativa e reforçando nosso ponto de articulação teoria-prática, Souza (2019) sintetiza muito bem ao colocar que:

Em 1966, seguindo a lógica de argumentos geopolíticos, os militares e seus tecnocratas decidiram ocupar e integrar a região Amazônica através de uma nova estratégia de desenvolvimento regional, instituindo a Operação Amazônia. Para os militares, a Amazônia era um vazio demográfico, perigoso de ser controlado e alvo da cobiça de outras nações se não fosse urgentemente ocupado pelo Brasil. Além da cobiça internacional, a Amazônia era um cenário ideal para movimentos subversivos, como indicavam alguns exemplos bem visíveis do outro lado da fronteira colombiana. (p. 304)

O autor explicita assim como dois dos principais temas centrais para a geopolítica amazônica, *vazio demográfico* e *cobiça internacional*, tomam forma de operação concreta no território por meio da ação militar. O general Cavagnari Filho, citado por Barbosa (2007), argumenta no mesmo sentido que “às Forças Armadas coube a iniciativa da articulação da Amazônia com as áreas mais avançadas da economia brasileira, com o propósito de defendê-la da cobiça internacional – porque já estavam presentes, segundo o discurso militar, as ameaças de sua internacionalização” (CAVAGNARI FILHO, 2002 *apud* BARBOSA, 2007, p. 114). E acrescenta ao debate outro exemplo prático:

A ameaça de ocupação internacional da floresta já alimenta os projetos das Forças Armadas há muitos anos. Entre os argumentos apresentados pela Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional para a criação do Projeto Calha Norte, em 1985, por exemplo, estavam: a cobiça internacional dos recursos minerais existentes na região; o crescente trânsito ilegal de estrangeiros; a intensificação dos conflitos de terras; e de reservas indígenas em áreas ricas de minérios e na faixa de fronteira. (CAVAGNARI FILHO, 1994 *apud* BARBOSA, 2007, p. 69)

Alguns anos depois do Projeto Calha Norte o governo federal lançou outros dois programas: o Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM), que sofreu críticas na mídia e na sociedade civil pelo aspecto de crescente militarização da região, dando abertura para a criação do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM), que trazia por meio do termo “proteção” a prerrogativa de maior integração com a sociedade civil, as comunidades locais e outros projetos de cunho humanitário associados ao monitoramento incluso em ambos. Dessa forma “o SIVAM/SIPAM pode desempenhar papel de destaque na nova estratégia de integração da Amazônia ao cenário sul-americano, fornecendo subsídios técnicos e logísticos para uma gestão compartilhada nas áreas de meio-ambiente, segurança e defesa das regiões de fronteira” (BARBOSA, 2007, p. 87).

A professora Altiva Barbosa, tratando das novas estratégias geopolíticas dos militares para Amazônia, aponta diversos aspectos marcantes:

O novo cenário estratégico da geopolítica amazônica tem sido caracterizado por vários fatores: pela ampliação de bases militares na região; pela realização de operações conjuntas e do emprego integrado das três forças; intensificação das Forças Armadas em várias ações de cunho social; e, ainda, pelo estabelecimento de uma parceria mais estreita com órgãos e instituições públicas e com outras instituições que atuam na Amazônia. (2007, p. 67)

E, ainda:

[...] nas ‘unidades de selva’ também se configura uma nova geopolítica de apropriação dos espaços. Atualmente não é mais foco de interesse dos estrategistas incorporar estas áreas ao Capital, nem se contrapor às etnias, às culturas e aos demais elementos identitários dos “povos da floresta”, da forma como foi feita em décadas passadas. (*idem*, p. 132)

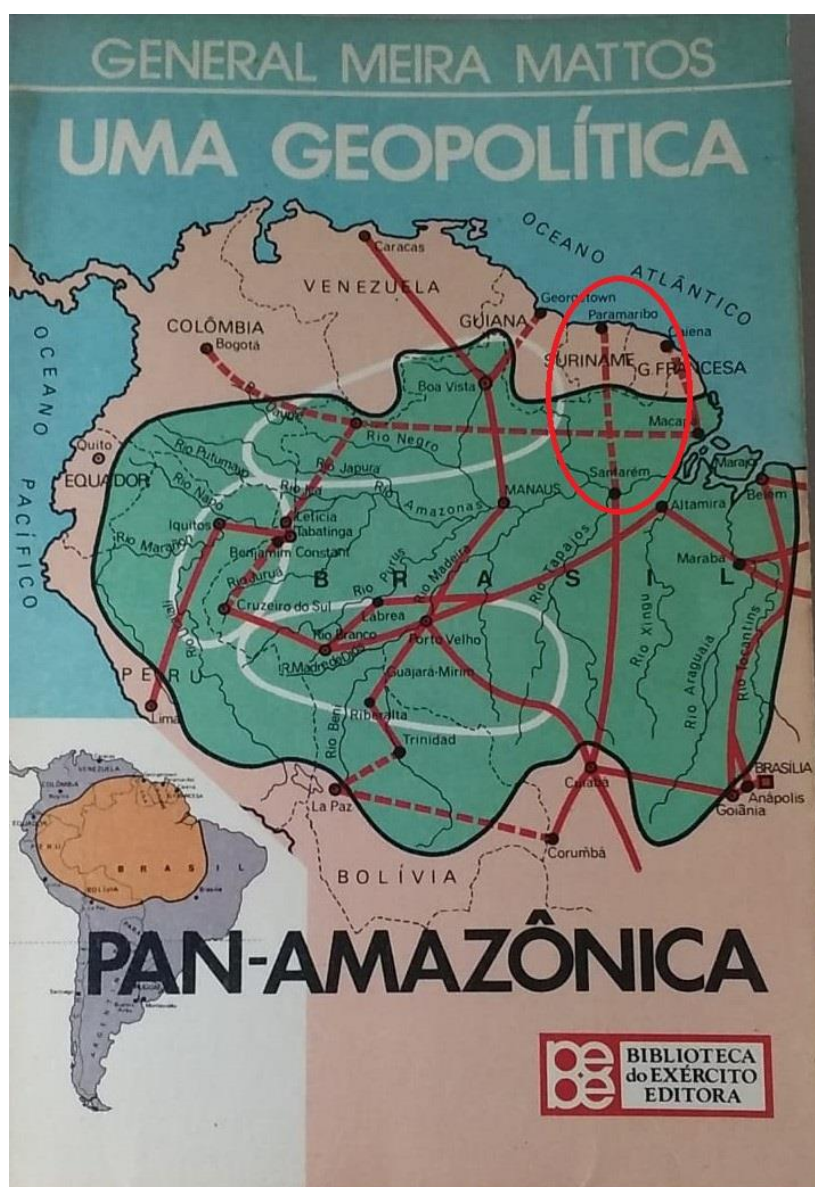
Demonstrando uma importante virada na abordagem da *Geopolítica Militar* em relação à região e que tem reflexos nas ações práticas da atuação dos militares – a professora estuda os Pelotões Especiais de Fronteira (PEF) –, por exemplo, buscando maior integração com as comunidades locais, prestando serviços às mesmas etc. Inclusive, vale lembrar, que boa parte do contingente de Praças recrutados na região Norte do país é composto por indígenas, caboclos e demais grupos da população local; em contrapartida aos Oficiais, que normalmente vêm de outros estados e têm uma permanência média de dois anos no Pelotão, até conseguirem serem transferidos para outra unidade da federação (BARBOSA, 2007). Por tudo isso a professora afirma que “[...] essas ações fazem parte de um programa mais amplo de reorientação da questão militar no País, que desde o início de 1990, vem dando ênfase ao binômio Amazônia e Soberania Nacional. O discurso militar se apropriou desse tema, que foi usado amplamente a partir desta época” (BARBOSA, 2007, p. 168). E ainda, fazendo referência ao Decreto nº 5.484 de junho de 2005, que versa sobre a Política de Defesa Nacional, diz que “é fruto também desse processo, o aperfeiçoamento da política de Defesa, delineada através do decreto mais recente, que pressupõe a inclusão de temas voltados especificamente para região amazônica, identificando-a pelo seu grande potencial de riquezas minerais e de biodiversidade” (*ibidem*).

Apesar desta mudança de perspectiva do meio militar na atuação territorial na Amazônia, não podemos deixar de citar uma outra face deste debate, que é a permanência,

pelo menos em parte, no setor militar de mentalidades que remontam o período ditatorial. Na já mencionada palestra “Amazônia: do Eldorado à região problema”¹⁶, o próprio professor André Martin, no debate final, aponta para contradição na visão dos militares sobre a Amazônia e comenta que frequenta a muitos anos tanto a Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED), quanto a Escola Superior de Guerra (ESG), e chama a atenção dos militares para fato do grito de guerra deles na Amazônia ser: Selva!; e fala que “selva” pressupõe a floresta e a população indígena! Então “como eles querem matar os índios e derrubar a floresta?”. E complementa citando um evento recente organizado pelo Laboratório de Geografia Política do Departamento (GEOPO – FFLCH/USP) em que havia oficiais militares presentes e estes afirmaram a proposta de estender a BR-163 (Cuiabá – Santarém) até Paramaribo, no Suriname, como forma de ampliar a defesa da fronteira brasileira contra uma possível invasão chinesa, e que o financiamento da mesma se daria pela exploração do ouro presente no território do Pará, proveniente da própria escavação de abertura da estrada, deixando claro a vivacidade ainda presente da mentalidade dos anos 1970. Aliás, um acréscimo interessante, na imagem da capa da obra de Mattos (1980), representando a “Pan-Amazônia”, há um mapa com dois elementos em destaque, o primeiro é a delimitação da região em verde, o segundo é a integração regional pelas rodovias traçadas em vermelho, no qual as já existentes estão com o traçado cheio e os projetos em tracejado; um desses tracejados é justamente esta extensão da BR-163 até Paramaribo, como podemos observar em destaque na foto da figura 3, abaixo:

¹⁶ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ZSLx3BM9-uM>> notadamente entre os minutos 1:21:20 e 1:23:40.

Figura 3 - Traçado do projeto de extensão da BR-163 Satarém-Paramaribo



Fonte: foto e adaptação por Jônatas Souza.

As afirmações e exemplos do professor André Martin encontram respaldo nos autores por nós trabalhados, começando pela própria Barbosa ao dizer que “parece-nos que o grande nó da questão relaciona-se, por um lado, ao fato de muitos estrategistas, sobretudo militares, recorrerem a velhas teses geopolíticas em desuso; por outro, isso se deve a uma ausência de discussão mais ampla na sociedade e entre especialistas de várias áreas” (2007, p. 32-3). Gonçalves (2020) abre o tópico “Os índios e a integridade do território nacional” com um exemplo extremamente provocativo e pertinente ao nosso debate, no qual conta que em uma palestra sobre a Amazônia na ESG às vésperas da Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992, foi usada como *slogan* do evento a frase: “Matar nunca, morrer se preciso for”; atribuída ao marechal

Cândido Rondon. Além de apontar a incoerência da escolha de tal *slogan* para um evento aberto ao público em geral, para além dos círculos militares, expõe que a frase na íntegra seria: “matar um índio nunca, morrer se preciso for”, diz então que: “O interessante é que o excluído da frase foi, exatamente, o índio e, assim, a oração revela mais no que não diz do que no que explicita. Matou-se o índio, também, na frase” (p. 69). Essa contradição entre a postura do marechal Rondon em relação ao meio militar em geral, aparentemente, é amplamente documentada, como também expõe Souza (2019):

Quando o general Cândido Rondon, descendente de índios ele mesmo, andava pelos sertões contatando os povos arredios do extremo oeste, o pensamento que o movia não era muito diferente daquele gerado pelos filósofos e pensadores [europeus] do século XVIII. Exceto o pacifismo de Rondon, oriundo de alguma fonte oriental, a ideia de mapear os povos, protegê-los e integrá-los é consuetudinária entre os militares e políticos brasileiros. (p. 69)

Porém, faz a ressalva: “Mas Rondon era diferente. Embora não tenha deixado uma teoria, ele ia bem mais longe que um simples recenseador. Talvez porque se identificava com os povos indígenas, ele estava bem mais para o discurso histórico, porém com um apelo etnológico” (*ibidem*). E encerra marcando a diferença ao dizer que: “Infelizmente, Rondon era andorinha solitária na sua corporação, e mesmo no Estado brasileiro” (p.70).

Por esse ponto de vista, da manutenção das velhas mentalidades pelos militares, é que Gonçalves afirma que “os fantasmas dos perigos que ameaçam a soberania são, nesse contexto, atualizados. Os ‘de baixo’ são vistos como que sendo manipulados por interesses externos que os instrumentalizam. Volta a metáfora da infiltração [antes de comunistas, agora de ecologistas]” (2020, p. 168). E embasa tal afirmativa lembrando que qualquer força armada necessita de uma *hipótese de guerra*, sendo esta muito clara no contexto da Guerra Fria e oposição aos “vermelhos” comunistas em escala global, e em escala continental certa possibilidade de confronto com a Argentina, pela rivalidade proveniente da disputa de poder na escala sul-americana. Porém após o fim de tal cenário político mundial e o novo contexto da globalização, constituição de blocos regionais, com a respectiva redução das tensões com a Argentina e formação do Mercosul, os militares precisaram atualizar o discurso e definir um novo inimigo, assim:

Nesse novo quadro desfazem-se unidades militares no Rio Grande do Sul e batalhões são transferidos para o Amazonas e o Acre, por exemplo. Não havendo mais o ‘perigo vermelho’ nem platino, a Amazônia ressurgiu com aqueles atributos já consagrados desde o

período colonial. Os fantasmas da cobiça internacional tornam-se mais reais quando se fala de Amazônia, já o vimos. Não é difícil vermos aqui o ‘perigo verde’ substituir o ‘perigo vermelho’ e as organizações não governamentais os ‘comunistas’. (GONÇALVES, 2020, p. 169)

Podemos perceber, portanto, que há uma dialética inerente ao meio militar, entre atualizar os discursos e adaptar-se às novas demandas nacionais e internacionais, ao mesmo tempo em que faz a manutenção de velhas mentalidades consagradas por meio de seus grandes teóricos como Mario Travassos, Golbery do Couto e Silva e Carlos de Meira Mattos, para ficar nos exemplos dos grandes nomes do próprio meio por nós já abordados nesta monografia. A dialética, como sabemos, se dá pela concomitância de dois aspectos aparentemente contraditórios, na medida em que a atualização do discurso com base no desenvolvimento sustentável presumiria o abandono da violência colonizadora e exploradora do discurso desenvolvimentista. Porém é justamente a sobreposição discursiva que ganha corpo e vai viabilizando-se na prática. Afinal, o meio militar, é sabidamente um dos campos sociais que tendem a ser mais conservadores nos costumes e são, por consequência, mais resistentes à incorporação de novas práticas, e isto se comprova desde o papel das mulheres na instituição¹⁷, para dar um exemplo clássico, até a questão geopolítica. Gostaríamos de enfatizar que não há julgamento de valor nesta última afirmação, haja vista que é uma característica – o conservadorismo – inerente ao meio, ao menos que saibamos, em todos os países do mundo, sendo importante o diálogo e debate, porém não o desmerecimento em nenhum aspecto. Dessa forma acreditamos ter conseguido expor os principais marcadores discursivos da *Geopolítica Militar* e suas peculiaridades, como a vinculação inerente à prática.

¹⁷ Sendo permitido o ingresso de mulheres na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) muito recentemente em 2017, no Exército; e em 2014 na Escola Naval, na Marinha. Ambas academias que permitem a formação de oficiais combatentes que podem ascender ao topo da carreira. Em matéria recente – 08 de março de 2020 – sobre o tema a BBC entrevista duas oficiais superiores da Marinha: **“Mulheres no comando das Forças Armadas: as histórias das duas únicas hoje no topo da carreira – e por que há só duas”** Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-51289039>> Acessado em: 11.02.2021

3.1.3. Aspectos discursivos da Geopolítica Civil

Pelo que pudemos ver até aqui, no conjunto do capítulo 1, especialmente sobre as geopolíticas militar e civil e suas características, e neste capítulo 3 em específico sobre a geopolítica amazônica, não será de estranhar a afirmação que a principal marca discursiva da corrente civil é o alinhamento aos agentes sociais como um todo, e suas respectivas pautas em específico, podendo estas serem ambientais, étnicas, de grupos econômicos minoritários etc. O interessante a se notar é que independentemente do posicionamento político do pesquisador ou pesquisadora, o reconhecimento dos agentes locais e regionais como atores políticos legítimos no jogo de forças de poder é inegável. Dessa forma, o intelectual pode ou não se alinhar ideologicamente a esses atores, porém necessariamente os levará em conta em seus trabalhos. Essa afirmação tem como base a problematização que Eduardo Karol levanta em sua tese (2013) sobre o possível alinhamento discursivo, por exemplo, da professora Bertha Becker ao Estado hegemônico, não só pelos trabalhos desenvolvidos junto aos poderes público e privado, mas também por alguns de seus posicionamentos, como por exemplo ter sido filiada à União Geográfica Internacional (UGI), que seria, ao contrário da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), mais conservadora e direitista; em contrapartida, afirma que o professor Carlos Walter Porto Gonçalves, apesar de orientado no doutorado por Lia Osório Machado (uma das principais orientandas de Becker e que trabalhou com a autora por toda a carreira), destoou do caminho acadêmico que a maior parte dos alunos ligados à Becker seguiu (por exemplo de elaborar projetos estatais e dialogar com o meio militar), e alinhou-se abertamente aos movimentos sociais, inclusive identificando-se com a Geografia Social, apesar de ter muitos trabalhos em Geografia Política. E, a despeito das possíveis posições, ambos levam em conta em seus trabalhos os agentes locais.

A menção a este debate não tem por objetivo, de forma alguma, desqualificar um ou outro autor ou autora, pelo contrário, visa reforçar o aspecto social como marca discursiva própria do ambiente acadêmico, independentemente de possíveis posições políticas. Até porque não nos cabe, para o objetivo desta monografia, se posicionar por um ou outro lado, e não poderíamos nos aprofundar também por falta do domínio necessário ao tema, mas, fica a menção, que uma vez que Karol analisou a obra de Becker de forma mais aprofundada e se posicionou em relação a ela, consulta-la para entender as afirmações do autor é o mais indicado.

Ainda nos valendo da tese do professor Eduardo Karol, este, ao avaliar a produção dos geógrafos e geógrafas em Geografia Política e Geopolítica, diz que a conjuntura dos anos 1990 favoreceu os estudos acadêmicos nessas áreas voltados aos eixos temáticos da Nova Ordem Mundial e meio ambiente, de forma que surgem temas “[...] como confrontos civilizacionais, aquecimento global, lutas de movimentos sociais, finanças globais e redes mundiais de comunicação, ganham lugar nos debates e publicações do final do séc. XX e início do XXI (Ó THUATAIL, 1998, p. i)” (2013, p. 106). Com a discussão sobre a preservação da natureza ganhando destaque, também, pela realização da Convenção das Nações Unidas para o Meio Ambiente no Rio de Janeiro em 1992, conhecida como ECO-92. Todo esse cenário mais amplo desembocará na Amazônia, principalmente, por meio do conceito de *sustentabilidade ambiental* e, por consequência, no *desenvolvimento sustentável*, fazendo oposição aos grandes projetos desenvolvimentistas dos governos militares, que causaram grande impacto no meio ambiente (BARBOSA, 2007, p. 79).

A professora Altiva Barbosa aponta que,

Becker e Egler (1997:23) interpretam o desenvolvimento sustentável como ‘um modelo que visa conciliar os conflitos que marcam a transição do final do milênio e implementar uma nova relação sociedade-natureza condizente com o novo modo de produzir. Assim, propõem uma regulação do território de acordo com três princípios básicos: 1) a eficácia de uso dos recursos financeiros e tecnológicos; 2) a potencialidade de cada território; 3) a gestão do território, baseada na parceria público-privado’. (2007, p. 27)

Porém destaca que existe uma ampla literatura na área e que trazem várias acepções do conceito de desenvolvimento sustentável, entretanto o que há em comum em todos é “[...] a conciliação do discurso ambiental com as recentes políticas de reatamento territorial na Amazônia, notadamente as de caráter militar” (*ibidem*). E por mais que os militares de forma geral se legitimem na região com base no binômio Defesa e Segurança diz que,

[...] uma vez que os problemas amazônicos são extremamente mais complexos que os de segurança e defesa.

‘De acordo com tal paradigma, não convém que a preservação da soberania brasileira na Amazônia seja garantida apenas através de empreendimentos estratégico-militares na área, mas pela implantação de um conjunto de políticas públicas que faça convergir crescimento econômico, desenvolvimento social, preservação ambiental e defesa’. (CASTRO, 2006, p. 140 *apud* BARBOSA, 2007, p. 89)

Dessa forma, o alinhamento desses interesses, de “crescimento econômico, desenvolvimento social, preservação ambiental e defesa” configuraram-se como o novo paradigma da região. Inclusive, como vimos no tópico anterior, afetando também os militares, tanto no discurso, como na prática territorial. Sintetizando muito bem o conjunto desse debate, a autora diz que:

Constituíram-se outras formas legítimas de poder no território, sendo a mais importante delas a valorização étnica, que acontece num contexto de grande pressão, em toda Amazônia, pela valorização do meio ambiente e de novas formas de utilização do território daí advindas. Estas pressões inscrevem-se na ‘nova ordem ambiental internacional’, que se desenha no território a partir da inserção do País na ‘era da globalização’. (BARBOSA, 2007, p. 150)

Não nos alongaremos em demasia pelo debate já ter sido exposto em outros momentos deste trabalho, tanto em relação à Geopolítica, como em relação à Amazônia. Então, para o objetivo deste tópico, bastava de fato apontar esta marca de distinção da *Geopolítica Civil*, pautada pelo ambiente acadêmico e suas particularidades. Passemos agora aos autores que trataram da Geopolítica Amazônica, tanto de forma geral, como aqueles que serão analisados em obras específicas.

3.1.4. Autores que trataram da Amazônia de forma geral em suas teses geopolíticas

Este subcapítulo é dedicado a expor brevemente a apreciação da Amazônia nas teorias geopolíticas na história do pensamento geopolítico brasileiro. Como tratamos no conjunto do capítulo 1, referente ao tema da geopolítica de forma ampla, principalmente com base em Freitas (2004), temos que a história da área foi iniciada pelos autores pioneiros, seguidos pelos três autores reunidos por àquele na Escola Geopolítica Brasileira, com a posterior retomada da produção geopolítica pelos autores das universidades, formando a corrente civil do pensamento. Como a principal autora desta é a professora Bertha Becker, que dedicou a vida acadêmica à geopolítica amazônica, teremos então a maior recorrência da Amazônia tratada de forma indireta presente nos autores vinculados à *Geopolítica Militar*.

O primeiro deles aparentemente foi Everardo Backheuser que, como vimos, foi colocado por Costa (2008) como o precursor desta corrente de pensamento, mesmo não sendo militar de carreira; e também apontado por Martin (2018) como o pioneiro da

geopolítica segundo o general Meira Mattos. Podemos atestar tal admiração do general pelo autor na seguinte passagem:

Não era, portanto, de admirar que alguns espíritos lúcidos viessem a público defender a tese da rearticulação do espaço nacional e, em particular, do amazônico. Tivemos os projetos Everardo Backeuser (1933), um dos nossos mais destacados geopolíticos, propondo uma divisão territorial pelo critério da equipotência, baseado no princípio de que as partes constitutivas do todo devem ser mais ou menos equivalentes, não apenas em área, mas em eficiência econômica e política. Pelo critério de Backeuser a atual Amazônia Legal estaria dividida em 36 unidades administrativas. (MATTOS, 1980, p. 67)

Esta citação faz parte de um conjunto argumentativo em que Mattos elenca as proposições de redivisão do território amazônico devido à sua grandiosidade, destacando entre elas a de Backheuser. Martin (2018) corrobora a importância do autor para divisão territorial que se seguiu na Amazônia ao dizer que: “Backheuser, em particular, teria tido papel decisivo na criação dos Territórios Federais, criados como verdadeiros *estados-tampão*, entre o Brasil e seus vizinhos sul-americanos” (p. 89-90). Além disso Costa (2008) diz que “[...] Backheuser lembra as vantagens para o país [da capital no Planalto Central], especialmente as representadas pela possibilidade de conquista definitiva do que chamou de *heartland* brasileiro” (p. 192). Sendo a Amazônia justamente o equiparativo nacional do conceito de Mackinder.

Costa (2008) aponta que na mesma linha de pensamento de Backheuser, além de Ratzel e Kjellen de forma mais ampla, “as ideias geopolíticas brasileiras, de inspiração francamente militar e sempre obcecadas com o problema da unidade nacional, também foram desenvolvidas pelo brigadeiro Lysias A. Rodrigues” (p. 192), com a obra *Geopolítica do Brasil* de 1947, na qual reforçou a proposta de criação de “[...] territórios federais nas porções setentrionais (Estados de Mato Grosso, Pará e Amazonas)” (*idem*, p. 193). Com base no Estado forte e centralizado em oposição à tendência que o modelo republicano teria enveredado de descentralização política, representada por exemplo pela criação de municípios e organização nacional com base em regiões que, segundo Rodrigues, seriam desagregadoras da unidade nacional. Mattos (1980) também reforça essa vinculação de ideias ao dizer:

Antes de 30 [1930, tratando do contexto da “Revolução de 30”], quando inúmeros grupos conspiravam contra os governos Epitácio Pessoa, Arthur Bernardes e Washington Luiz, o Professor Everardo Backeuser fazia sua pregação geopolítica apontando o absurdo da organização

espacial do Estado brasileiro. Conquistou vários prosélitos entre os quais se destacaram, o então Capitão do Exército Mário Travassos e o Capitão Aviador Lysias Rodrigues. É bem provável que Juarez Távora também tivesse seu espírito despertado para este problema pelo Prof. Backeuser. (p. 67)

Aproveitemos este contexto desenhado na citação para acrescentar que Martin (2018) abre o tópico “Mario Travassos e o estruturalismo” dizendo:

A ascensão de Getúlio Vargas ao poder daria grande impulso ao desenvolvimento da Geopolítica em nosso país. Seu caráter marcadamente nacionalista aprofundou os laços do Estado com o solo, como diria Ratzel, e, isto, porque estávamos, à época, adentrando o segundo período de construção do território estatal brasileiro, uma vez garantidas, pela diplomacia, as fronteiras e o mínimo de segurança nacional no contexto sul-americano. (p. 90)

Demonstrando a importância do contexto histórico para esses autores e a influência em suas concepções geopolíticas.

Tratando então de Mario Travassos, como denota o título do tópico citado de Martin (2018, p. 90-8), o professor defende que a obra do autor estaria mais vinculada a uma corrente estruturalista de pensamento, individualizando-o entre dois momentos da história geopolítica brasileira, de um lado entre os pioneiros fortemente influenciados pelo *historicismo* francês e *organicismo* alemão e, de outro, o pensamento geopolítico *esguiano* que tem como espinha dorsal Golbery, Meira Mattos e Therezinha de Castro. Essa consideração nos é importante justamente por Travassos olhar tanto para o continente, quanto para o território nacional com este aspecto estrutural de fato. De um lado a América do Sul é marcada pelos dois antagonismos: Oceanos Atlântico x Pacífico e Bacias Amazônica x Platina, com a Bolívia sendo o *heartland* continental; por outro, esta dicotomia estaria presente também na escala nacional, se não a interoceânica, mas entre as Bacias, com o entrelaçamento pelo Planalto Central. Tratando então da Amazônia, para Travassos seria importante utilizar a potencialidade dos rios para escoar a produção boliviana, fazendo frente ao porto de Buenos Aires na Argentina, além de evitar que os EUA usassem a Colômbia como corredor de acesso à Amazônia, uma vez que esta seria a única barreira fisiográfica efetiva contra àquele no continente, visto que “a inacessibilidade da região somada à tradicional instabilidade política do país vizinho, transformaram-se em argumentos irrecusáveis em favor de uma política de colonização do *quadrante noroeste*, que de fato seria levada a cabo nas décadas seguintes” (MARTIN, 2018, p. 97, grifo do autor). Lembrando que Travassos era contrário ao alinhamento com

os EUA e da influência deste na América do Sul, sendo essa a principal discordância com a linha de pensamento *esguiana* posterior. Como fica evidente com esses dois exemplos, e poderíamos acrescentar sua influência para a *Conquista do Oeste* brasileira, Travassos integra a Amazônia em seu olhar macro, tanto continental, como nacional.

Se Travassos está entre os dois grupos citados, tratemos agora do general Golbery do Couto e Silva que, como vimos no subcapítulo 1.2, representou ele também um divisor de águas nos estudos geopolíticos. De maneira ampla Freitas (2004) coloca que “a assunção pelo Brasil do estatuto de potência emergente do sistema internacional é, conjuntamente com a urgência de valorização, incorporação e vertebração do território nacional, um *leitmotiv* da curta, mas concisa obra de Golbery do Couto e Silva” (p. 55). Assim, a Amazônia entra também nesse amplo espectro de objetivos no território nacional, uma vez que Golbery via este como um vasto arquipélago, e

À luz dessa condicionante estrutural, e na linha de Mário Travassos e dos *founding fathers* da Geopolítica brasileira, a ideia central do autor será projetar um conjunto de tarefas visando a coesão, integração e valorização do território a que dará o nome de manobra geopolítica concêntrica. (FREITAS, 2004, p. 43)

Com esta base Golbery propõe uma *regionalização geopolítica* dividindo o território nacional em um núcleo central ecumênico, representado pelo triângulo Rio de Janeiro – São Paulo – Belo Horizonte; e duas penínsulas, ecúmenos secundários, o Nordeste estruturado entre Recife – Fortaleza e o Sul, estruturado entre Paraná – Santa Catarina – Rio Grande do Sul (FREITAS, 2004, p. 43); ao passo que a Amazônia seria uma grande “ilha” anecumênica. Assim a manobra geopolítica concêntrica consistiria em três fases de integração, articuladas pelos *istmos de circulação*: a primeira objetivando interligar o Nordeste e Sul do país ao núcleo central, ao mesmo tempo em que buscasse tamponar as possíveis vias de penetração das zonas sensíveis de fronteira para garantir sua inviolabilidade; a segunda fase seria da manobra em si, feita para impulsionar a colonização da região Centro-Oeste; por fim, a terceira visaria “inundar de civilização a hileia amazônica a coberto dos nódulos fronteirios, partido de uma base avançada constituída no Centro-Oeste, em ação coordenada com a progressão E – O, segundo o eixo do grande rio [Amazonas]” (COSTA, 2008, p. 202). O próprio Golbery sintetiza da seguinte maneira o objetivo do conjunto de ações em se tratando da região:

O tamponamento efetivo dos caminhos naturais de penetração, que de além-fronteiras conduzem à Amazônia, é medida que se impõe, e se

impõe com urgência, para que, como dissemos, possamos levar a cabo, quando oportuno, tranquila e metodicamente, um plano de integração e valorização daquele imenso mundo ainda perdido. (COUTO E SILVA, 1981, p. 55 *apud* COSTA, 2008, p. 202)

Estas primeiras proposições do general foram feitas em ensaio datado de 1952, ao qual retornaria ao tema em 1960, atualizando-as, principalmente devido as mudanças conjunturais do governo JK, inauguração de Brasília etc., inclusive formando o que Costa (2008) coloca como sendo um “segundo *heartland*” (e faz a ressalva que Golbery não usa este termo) no eixo São Paulo – Brasília – Belo Horizonte, que desloca sutilmente para o Centro-Oeste àquele primeiro núcleo central e “[...] cujas ‘pinças’ já começavam a atingir a Amazônia” (p. 205). Nessa atualização o autor propõe cinco *áreas geopolíticas*, assim:

Esse nucleamento propicia ao autor a proposição de suas novas ‘áreas geopolíticas’, todas articuladas pelo *heartland* central e cada uma marcada por características próprias de expansão. É nesse esquema que a Amazônia aparece, pela primeira vez explicitamente, como ‘área geopolítica da Amazônia’, com o centro gravitacional em Manaus, articulado ao triângulo Belém – Amapá – Santarém. (*ibidem*)

Para não deixar de pontuar, as outras quatro áreas geopolíticas são: *área geopolítica de reserva geral ou de manobra central*, formada pelo Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo, Minas Gerais, sul de Goiás e Distrito Federal; *área geopolítica da ala norte*, formada por todos os estados do Nordeste; *área geopolítica da ala sul*, formada pelos três estados do Sul; e *área geopolítica do oeste*, incorporando os atuais estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia, essa sendo a principal área geopolítica da manobra de ocupação territorial, “[...] situada ‘à cavalo’ sobre as bacias hidrográficas do Amazonas e do Prata, tem na cidade de Cuiabá um possível centro de articulação de uma vasta região incluindo a Bolívia e o Paraguai” (FREITAS, 2004, p. 45). Além, claro, da própria *área geopolítica da Amazônia*, englobando os atuais estados do Amazonas, Pará, Acre, Amapá e Roraima (*idem*, p. 46). Nos é especialmente interessante notar que o general coloca Mato Grosso e Rondônia na área oeste, diferenciando-a da Amazônia, uma vez que nos é relativamente naturalizado atualmente a incorporação destes estados à região, como vimos em sua caracterização no capítulo 2, apesar da diferença da composição vegetal entre o Cerrado e a Floresta também apontados no capítulo. Como última síntese sobre o autor, vale destacar a colocação de Freitas (2004, p. 46):

Adaptando à realidade dos anos de 1950 e 1960 as ideias-força dos fundadores do pensamento geopolítico brasileiro, Golbery desenvolve uma estratégia de envolvimento (sucessiva e gradualmente abrangente)

na qual o inimigo a ser vencido é antes de tudo a própria incapacidade da Nação em planejar e executar políticas de desenvolvimento e em eliminar os seus múltiplos problemas internos mediante o alargamento da fronteira civilizacional a partir do centro irradiador ecumênico.

Passamos, assim, pelos autores filiados direta ou indiretamente à *geopolítica militar* que trataram de alguma forma da Amazônia em suas obras, mesmo que a integrando ao olhar sob o todo nacional e continental, como não poderia deixar de ser pela relevância territorial da região. Entretanto, vale destacarmos justamente este aspecto genérico com a qual a região é tratada, muito provavelmente pelas suas dimensões naturais e humanas, de forma que uma abordagem mais minuciosa demanda vultosos estudos específicos em relação à mesma. Tais estudos foram encampados por ambas correntes de pensamento geopolítico. Da parte *Militar*, temos a emblemática obra do general Carlos de Meira Mattos, *Uma Geopolítica Pan-Amazônica*, publicada pela Editora da Biblioteca do Exército em 1980; e um conjunto de obras da professora Therezinha de Castro, que dedicou boa parte de sua carreira tanto à Amazônia, como à Antártica, a primeira como principal questão interna, e a segunda, externa. Já da parte *Civil*, temos a coincidência da principal autora desta corrente (em volume e importância do conjunto da obra), Bertha Koiffmann Becker, ter dedicado a vida acadêmica justamente à Amazônia. É sobre estes autores e suas obras que dedicaremos os próximos dois subcapítulos.

3.2 Geopolítica Militar Amazônica: Carlos de Meira Mattos e Therezinha de Castro

Carlos de Meira Mattos

Como por nós apresentado nos subcapítulos 1.1 e 1.2, o General Meira Mattos (1913 – 2007) foi um dos nomes da Escola Geopolítica Brasileira, tendo sido o último militar de carreira representante desta. Produziu sua obra a partir da década de setenta, sendo *Brasil Geopolítica e Destino*, de 1975, a primeira publicação; em 1977 lança *A Geopolítica e as Projeções do Poder*; *Uma Geopolítica Pan-Amazônica*, obra que será por nós apresentada, por tratar diretamente do tema em questão, foi publicada em 1980; em 1983 publica uma obra de caráter mais histórico-militar: *O Marechal Mascarenhas de Moraes e sua Época*; para em 1984 defender sua tese de doutorado em Ciência Política

pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, denominada *Geopolítica e Trópicos*, já após se transferir para reserva na carreira militar; publica então mais três títulos nesta fase mais estritamente acadêmica: *Geopolítica e Teoria de Fronteiras* (1990), *Castello Branco e a Revolução* (2000) e *Geopolítica e Modernidade* (2002).

Apesar dessa vasta contribuição para a Geopolítica brasileira em geral, o livro de 1980 aborda com exclusividade a região Amazônica e, mais, a Amazônia multinacional, no seu caráter continental. Mesmo que nossa abordagem se restrinja à Amazônia brasileira, a obra de Mattos nos serve sem ressalvas ao propósito de compreender melhor e explicitar a narrativa da *geopolítica militar*, especialmente sobre a região. Afinal, por mais que o caráter propositivo da obra seja na escala continental, o autor necessita pavimentar o caminho da proposição com um conjunto descritivo, argumentativo e, mesmo, de posicionamentos políticos-ideológicos, que nos possibilitam a visualização das especificidades deste fazer geopolítico. Destaca-se, ainda, que este fazer teórico coincide com o período ditatorial militar que, à época da publicação, já acumulava mais de quinze anos de gestão, estando nos anos oitenta no contexto da “abertura lenta e gradual” para posterior retomada democrática.

Dito tudo isso, passemos então à obra. *Uma Geopolítica Pan-Amazônica* está dividida em 7 capítulos, além do prefácio assinado pelo historiador Leandro Tocantins, e dois anexos: um é o “Preâmbulo do Plano de Emergência da SPVEA (1954)”; e o outro é o texto integral do “Tratado de Cooperação Amazônica (1978)”. Apresentaremos capítulo por capítulo de forma sintética, buscando explicitar as ideias-força contidas nos mesmos, além do *discurso geral* de cada um, uma vez que, além do conteúdo, a forma nos será relevante para posterior análise e comparação.

O capítulo 1, “A Amazônia Histórica e a Amazônia Geográfica. Conceito de Pan-Amazônia”, tem por epígrafe um trecho de Euclides da Cunha que diz:

A Amazônia é a última página ainda a escrever-se, do Gênesis, – com tanta agudeza e com tanta emoção que parece latejar de febre! É uma guerra de mil anos contra o desconhecido cujo triunfo só virá ao fim de trabalhos incalculáveis em futuro remotíssimo, ao arrancarem-se os derradeiros véus da paragem maravilhosa. Por enquanto ela é a terra moça, a terra infante, a terra em ser, a terra que ainda está crescendo.
(p. 19)

Tal trecho nos demonstra, antes mesmo do início, o tom ao qual o autor se filia para tratar a Amazônia, qual seja, de trinco sobre o desconhecido e do desafio colossal. Não à toa

baseia sua retomada histórica no processo de colonização, desde Pinzon e o batismo do Rio Amazonas de “Mar Dulce”, até as bandeiras fluviais e terrestres encampadas por Francisco de Orellana (1542), Pedro Teixeira (1637) e Raposo Tavares (1648 e 1651), e, após descrevê-las, diz: “Aqui terminamos essa pequena resenha histórica que, do ponto de vista geopolítico, nos mostra as três direções históricas de abordagem da grande planície amazônica – dos Andes para a foz (Orellana), da foz para as nascentes (Pedro Teixeira) e descendo os degraus do Planalto Central (Raposo Tavares)” (p. 22). Na sequência diferencia o termo Amazônia – região nacional –, e Pan-Amazônia para continental, complementando que os grandes estudiosos da região Cezar Ferreira Reis e Samuel Benchimol também utilizaram-se do termo. Então apresenta alguns dados para caracterização da região e, após estes, explicita a fonte da epígrafe:

Euclides da Cunha, após ter traduzido sua experiência nordestina no monumental ‘Sertões’, onde descreve incomparavelmente a luta titânica do homem contra o meio físico que o envolve, tenta repetir essa mesma experiência na Amazônia para onde segue integrando a Comissão Mista Brasileiro-Peruana de reconhecimento do alto Purus (1905). Devemos à pena euclidiana algumas páginas de profunda meditação sobre a natureza portentosa e a pequenez do homem que tentava domá-la. (p. 23)

E dedica o restante do capítulo a elencar, além de Euclides da Cunha, outros estudiosos latino americanos da região que destacaram esse aspecto colossal do embate homem *versus* natureza.

No capítulo 2, “O Homem na Amazônia – O Desafio Gigantesco da Geografia”, o autor dedica-se a desenvolver quatro pontos: aprofundar as disputas entre portugueses e outros agentes da colonização pela conquista do espaço Amazônico; discorrer sobre primeiro deslocamento da centralidade regional do Maranhão para Belém, no Pará; seguido pelo detalhamento da fixação da conquista territorial por meio da instalação de fortes; e termina expondo as principais disputas fronteiriças com os países vizinhos, no Acre, no Amapá e a disputa com a Guiana Inglesa. Dessa forma, Mattos basicamente aprofunda o detalhamento histórico com foco nestas disputas territoriais no seu conjunto, uma vez que esta foi a base para a delimitação das atuais fronteiras do país e, por consequência, da delimitação regional atual. Não nos alongaremos nestas exposições, porém, novamente visando focar o “tom de fundo” do discurso de Mattos, gostaríamos de destacar os dois primeiros parágrafos do capítulo:

No capítulo anterior, procuramos destacar o impacto causado pelo meio físico amazônico – portentoso e agressivo, instável e opressivo – aos vários escritores e estudiosos que ali viveram.

A agressividade da natureza da hiléia, como vimos, vem atingindo o homem no afã de transformar essa região anecumênica, primeiramente em espaço político e depois em espaço econômico. (p. 32)

Estes dois trechos nos servem tanto para reafirmar o tom já explicitado do primeiro capítulo, como a intenção do autor em detalhar no segundo essa conquista do “espaço político”, e posteriormente “espaço econômico”.

O capítulo 3, “A Organização do Espaço Político Amazônico”, é aberto com a epígrafe: “Ao Marquês de Pombal devemos a primeira estratégia para a ocupação da Amazônia” (p. 63). Iniciando o capítulo justamente destacando que a Amazônia ao final do período colonial estava dividida em dez circunscrições políticas-territoriais, graças à Pombal, e aponta que houve um retrocesso na Independência em que a região regrediu à quatro províncias: Pará, Maranhão, Mato Grosso e Goiás. Para então no Império ganhar novas duas proposições, uma de Antônio Carlos de Andrada e Silva, Constituinte de 1823; e a outra, de 1849, de Francisco Adolfo de Varnhagem, o Visconde de Porto Seguro, que era historiador e geógrafo. Na sequência elenca outras diversas propostas de divisão territorial, e conclui ao fim que:

Mostramos, anteriormente, que todos os projetos divulgados depois de 1943 consignam, em comum, a proposta para a criação de oito territórios: Trombetas, Rio Negro, Solimões, Madeira, Tapajós, Xingu, Araguaia e Tocantins. Estes, portanto, pela lógica da unanimidade das proposições, deveriam merecer a prioridade governamental, nos novos impulsos de rearticulação do espaço amazônico. (p. 78)

Demonstrando ser o autor favorável a essa maior repartição territorial com vista à melhor organização e gerenciamento do mesmo, como afirma no último parágrafo do capítulo:

A melhor estratégia dinamizadora para as vastas extensões amazônicas, a que chegará a resultados mais concretos em prazos menores, não resta dúvida que será a de combinar uma adequada divisão territorial com a permanente e ativa atuação dos organismos regionais planejadores e coordenadores dos projetos de desenvolvimento econômico e social. (p. 78)

Conclusão esta feita após ter destacado, anteriormente, os esforços da União com organismos como SUDAM, SUFRAMA, INCRA, BASA e outros, que não buscaram a divisão territorial, mas sim funcionaram como executores de projetos, afirmando que a

despeito do sucesso dessas iniciativas, ainda há “[...] dificuldades de toda ordem, geradas pela insuficiência da presença do poder regional, que deveria desempenhar um papel participante e que fica relegado a mero espectador” (*idem*).

Mattos termina o capítulo 2 apontando para as dificuldades de transformação da Amazônia em espaço político e, depois, em espaço econômico. Na sequência desenvolve o capítulo 3 sobre a questão do espaço político. Para então, no capítulo 4, “As tentativas de conquista econômica da Amazônia”, dar continuidade a este fio condutor argumentativo, com o qual abre em epígrafe: “O desafio econômico é uma batalha em pleno desenvolvimento. Tantas vezes tentada e tantas vezes frustrada. É a batalha de que não desistimos, e para a qual, agora, convocamos nossos vizinhos tributários da grande bacia, para, juntos, renovarmos os esforços” (p. 79). Inicia então com a afirmação:

São características naturais predominantes do espaço amazônico – o império das águas, a planície inundável, a floresta tropical e o homem apequenado e imobilizado pela natureza, tudo sob o signo da imensidão. Este é o desafio a vencer. Este desafio, visando a transformar o espaço geográfico amazônico em espaço econômico vem sendo tentado desde os tempos do Brasil-Colônia. (p. 80)

E destaca três tentativas de operacionalização econômica na região desde o Brasil Colônia: 1ª) no século XVIII com Pombal e a criação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, além de iniciativas como os cultivos de arroz no Vale do Tocantins, de café no Pará, cacau no Baixo Amazonas, pesqueiros no Solimões e pecuária bovina em Roraima; 2ª) O longo período da borracha (1821 – 1912), dando detalhes desde a descoberta dos seus usos até as fases de exploração na Amazônia, além de passar rapidamente pela questão do ouro no Amapá; 3ª) E a tentativa por meio da Lei elaborada por Hermes da Fonseca em 1912 para tentar conter a recessão que se instalaria (e efetivamente se instalou nos 40 anos seguintes) pela queda da borracha no mercado mundial.

Após estas três tentativas que compreenderam o Brasil Colônia, Império e República até a queda da borracha, destaca uma quarta tentativa com a Batalha da Borracha em 1942, que acabou configurando-se como esforço efêmero e imediatista, porém, citando Benchimol, destaca medidas deste contexto que tiveram maior alcance como a criação do Banco de Crédito da Borracha e Banco de Crédito da Amazônia, posterior Banco da Amazônia. Já no campo político cita o discurso de Vargas em Manaus em 1940 e diz que:

Dando consequência às suas palavras, o Presidente Vargas tomou importante decisão de reorganização do espaço político e econômico amazônico – criou os Territórios Federais do Guaporé, Rio Branco e Amapá. Somados ao do Acre, passaram a ser quatro os territórios sob administração federal na região amazônica. A criação de territórios na faixa fronteiriça de intercâmbio internacional era uma velha reivindicação dos geopolíticos brasileiros Everardo Backheuser, Mário Travassos e Lysias Rodrigues, que logo após a Revolução de 30 procuraram influenciar, nesse sentido, os novos dirigentes. Sua consecução respondia a interesses políticos, econômicos e de segurança nacional. (p. 93-4)

Já o quinto ponto de esforço econômico é o próprio Plano de Valorização da Amazônia operacionalizado a partir de 1953 (e que vai até 1966) pela SPVEA, criada pela Lei nº 1.806, que também criou a Amazônia Legal, e “conceituou o Plano de Valorização como um esforço nacional de ocupação territorial da região, em um sentido brasileiro, através da criação de uma sociedade estável e progressista, com vistas ao desenvolvimento de sua economia e à melhoria da vida social e bem-estar econômico das populações” (p. 96). Porém o autor reconhece que, novamente, os resultados foram aquém dos esperados, mas com alguns progressos como: no setor energético as termoeletricas de Belém e Manaus; e no rodoviário com a abertura da rodovia Belém-Brasília e uma via “carroçável” de Cuiabá a Porto Velho, sendo os primeiros contatos terrestres da Amazônia com o Planalto Central e com o centro-sul do país. Nas palavras de Mattos:

A construção da Belém-Brasília representava fato geopolítico da maior importância e teria profunda repercussão na estratégia da integração amazônica. Mais tarde, com a transferência da Capital Federal para Brasília, o significado dessa estrada ganharia dimensão estratégica ainda maior. A Amazônia despontava para o seu destino continental, começava a se livrar da exclusiva dependência do mar para ligar-se com o Brasil. (p. 96-7)

E, justamente referindo-se à Brasília e sua importância, diz:

A interiorização da Capital teve o mérito de ir, aos poucos, mudando o *facies* do Brasil, era o Brasil encontrando-se com a sua imensa continentalidade, até então apenas arranhada – pois só valia o que estava à beira-mar. O ano de 1960, da instalação de Brasília, pode ser chamado de *o ano de nossa continentalidade*, procurada desde as cogitações do maior de nossos estadistas, José Bonifácio, em documento de 1821, e afinal descoberta 139 anos depois. (p. 97, grifo do autor)

Após esta e outras considerações, inclusive mencionando a reunião chamada “Primeira Reunião dos Investidores de Empresários Brasileiros” em 1966 no navio Rosa

da Fonseca, o autor destaca que após a Revolução de 1964 o presidente Castello Branco transforma a SPVEA em SUDAM; o Banco de Crédito da Amazônia em Banco da Amazônia; e cria a SUFRAMA. Elogiando com tom otimista todas essas mudanças, além de outra considerada por Mattos fundamental: a transferência do Comando Militar da Amazônia de Belém para Manaus. Esta medida em particular é por ele elogiada por remontar, à época de Pombal, a transferência de comando de São Luís para Belém, significando agora novo passo Amazônia adentro. E, junto ao Comando, batalhões de engenharia responsáveis tanto pelas construções em geral como, em especial, pelas estradas.

Mattos enaltece os planos de integração nacional pelo modal rodoviário e registra em pormenores cada uma das rodovias e sua quilometragem, destacando que foi no governo Médici o maior desenvolvimento das obras de viação. Além das estradas, comenta que “no setor hidroviário foi prevista a construção e melhoria de vários portos nos rios Amazonas, Purus, Xingu e Tocantins. No aeroviário previu-se a construção de inúmeros aeródromos por toda a vasta extensão amazônica, cobrindo os Estados e os Territórios” (p. 99). E justifica as escolhas dos modais:

A grande ênfase dos Planos de Viação Nacional promulgados pelos Presidentes Castello Branco e Médici, na parte referente à Amazônia, está, sem dúvida, dada aos setores rodoviário e aéreo. Pouca atenção se deu ao setor hidroviário e nada ao ferroviário. Compreende-se a razão. O ‘tempo amazônico’ urge, a hidrovia, tradicional na área, não oferecia maiores estímulos nessa hora de acelerar o ritmo. A ferrovia, dada a imensidade geográfica, a quantidade de águas e ao despovoamento da área, não oferecia alternativas compensadora. (p. 99-100)

Também no governo Médici houve o lançamento do Programa de Integração Nacional (PIN), pautado pelas rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém e a respectiva ocupação de seus entornos numa faixa de dez quilômetros adentro de cada margem. A ocupação seria feita por *polos de desenvolvimento* e detalha cada escala de ocupação: Agrovilas, Agrópolis e Rurópolis, onde cada uma engloba certa quantidade da escala anterior. E afirma que: “As dificuldades enfrentadas na implantação desse projeto de colonização, assim como a falta de recursos em consequência da crise do petróleo de 1973, paralisou a implantação desse modelo” (p. 100).

O próximo projeto foi do governo Geisel em 1975 denominado Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Poloamazônia), que foi a tentativa de

desenvolver os polos já criados da medida anterior. Porém Mattos conclui: “Assim, em termos de estratégia de ocupação de vastos espaços vazios, estamos diante de duas experiências inacabadas” (p. 101). Pois nem um, nem outro chegaram a efetivamente dar os frutos esperados.

Mas, apesar de reconhecer as limitações, o autor sintetiza de forma otimista o balanço econômico dos governos militares e enaltece os “esforços intentados pelos cinco governos da Revolução no afã de acelerar o ‘tempo amazônico’” (p. 102). E elenca uma série desses avanços em infraestruturas – considerados por ele – nos mais diversos setores como: transportes; levantamento e mapeamento do solo e subsolo; criação de uma estrutura gerencial-administrativa na região; o projeto energético e de telecomunicações. Além destas, o autor destaca diversos usos econômicos na região que foram ampliados nos governos militares como: setor mineral (cita em detalhes a região, área e minerais); exploração e pesquisa de petróleo; área da saúde, educação e formação cívica; indústria extrativista; atividades agrícolas e pecuárias; caça e pesca; energia; telecomunicações; indústrias (detalhando minuciosamente a quantidade e setor das indústrias instaladas na Zona Franca de Manaus). Para então expor sua leitura política sobre o desenvolvimento:

O desenvolvimento econômico, sob o prisma da filosofia política, oferece-nos duas opções, que formam duas escolas: crescer a qualquer custo, mesmo com o sacrifício da própria liberdade do homem ou crescer respeitando o primado da liberdade e da dignidade humana. Essas duas escolas caracterizam, de um lado o processo marxista-leninista de desenvolvimento econômico, cujo modelo é da União Soviética e dos seus satélites, e de outro lado, o processo democrático que tem como exemplo os Estados Unidos e os países desenvolvidos do Ocidente. Não há dúvida, entretanto que sob qualquer prisma político que o encare, não há processo de desenvolvimento sem custo. Este custo é um período de sacrifício nacional durante sua gestão. Este período de sacrifício, os regimes totalitários só sabem alcançar com a supressão da liberdade, à base dos expurgos coletivos, *paredón* etc., e os regimes democráticos procuram obter sob o peso de maiores investimentos econômicos, a fim de não estrangular a dignidade humana. (p. 115)

Este posicionamento representa uma passagem narrativa, uma vez que até este ponto do capítulo Mattos elencou os projetos econômicos desde a Colônia, porém com especial foco de Vargas até o próprio período militar. E dedica o restante do capítulo a expor os aspectos teóricos do desenvolvimentismo. Destacando que os países com grandes territórios passaram a se dedicar a esta temática com maior ênfase pós-II Guerra Mundial, devido às teorias das escolas europeias e norte americanas. Desta feita

argumenta em prol da Escola Francesa e cita François Perroux e sua teoria dos *Polos de Desenvolvimento*, onde “mais tarde manifestou-se na escola francesa a tendência de denominar-se o *polo de força motriz*, conceituando-se o polo de desenvolvimento como uma unidade econômica motriz, ou um conjunto formado por várias dessas unidades, num determinado espaço sócio-econômico” (p. 116). E assim sintetiza as ideias do autor: “Quatro dinamismos dominantes impulsionam o processo desenvolvimentista: demográfico, da inovação, da dominação (direção) e dos grupos sociais (motivação e coesão)” (p. 116). Ao qual “no caso especial da Amazônia, trata-se de uma área com características peculiares por sua extensão física, sua cobertura florestal, seu clima tropical-úmido, sua insalubridade e seu vazio demográfico” (*idem*).

Então, diz que somente com a SPVEA em 1953 e seu primeiro superintendente Dr. Arthur Cezar Ferreira Reis, passou-se a ter esse planejamento para região. Depois cita a proposta do Plano de Integração Nacional nos anos 1970, fazendo a ressalva que a instalação de Brasília em sessenta já representava um “polo” (sem esse nome à época) como um centro de irradiação/difusão de desenvolvimento da *marcha para oeste*. Assim:

Mas o polo, nas regiões de fraca densidade demográfica, não pode ser implantado fora de um sistema; não sobreviveria ao isolamento. O sistema de polarização deve integrar-se num conjunto operacional em que os espaços interpolaes recebam a dinamização dos polos articulados. Para que tal aconteça, os polos precisam ser ligados por sistema de transportes, no mínimo, e também por sistema de telecomunicações, quando em estágio mais adiantado. (p. 117)

Este conjunto teórico é o embasamento sobre o qual os governos militares elaboraram suas políticas públicas e projetos de gestão, de tal forma que “após a implantação do PIN, o governo brasileiro abraçou com entusiasmo a política da polarização, criando vários programas baseados nessa estratégia de estímulo ao desenvolvimento sócio-econômico. Aí estão, para o provar, os Programas Poloamazônia, Polo Nordeste, Polocentro, Polo Petroquímico, entre outros” (*idem*).

Finaliza este capítulo, o mais longo da obra, com um tom bastante otimista ao afirmar que “surpreendemo-nos, todos os dias, com o anúncio de novas potencialidades nos setores mineral, agrícola, pecuário, assim como nos mais tradicionais, o florestal e pesqueiro”. Declarando serem as perspectivas favoráveis para região, pois “de uma longa era de aparente carência de recursos, indicada pelo desconhecimento da região, desponta-se para uma era de potencialidades insuspeitas”. E encerra: “O Projeto Amazônia,

concebido pelo governo Castello Branco, persevera no seu objetivo maior, de criar, em plena região dos trópicos úmidos, uma área de civilização avançada e próspera” (p. 118).

No capítulo 5, “O Pacto Amazônico e sua articulação com o Pacto Andino” o autor tratará das relações continentais dos países amazônicos, mais especificamente, do Brasil com seus vizinhos fronteiriços. Começa expondo as motivações e argumentos para o estabelecimento do Tratado de Cooperação Amazônica elaborado em 1978, e tece comentários na sequência, parágrafo-a-parágrafo, sobre a relação bilateral do Brasil com cada país, dando informações detalhadas, inclusive por meio de várias citações diretas da opinião de importantes personalidades (políticos, intelectuais etc.) desses países sobre o Tratado. Encerra o capítulo comparando este com o pacto Andino e os esforços de integração sul-americana, fechando com os resultados esperados, sempre com otimismo. Deste capítulo, dedicado totalmente à Amazônia sul-americana, gostaríamos de explicitar um trecho importantíssimo pelo autor fazer menção à questão ecológica:

Uma das características essenciais do Tratado de Cooperação Amazônica é a sensibilidade de seus negociadores para um dos principais apelos sociológicos do nosso tempo – a consciência ecológica. A importância dos problemas do meio-ambiente ali está consignada na postulação do propósito de equilibrar as necessidades de desenvolvimento com o harmônico equilíbrio ecológico. Nesse sentido, amparando tese tão atual, o Pacto Amazônico é o primeiro a acolher a moderníssima tese da preservação ecológica. (p. 123)

O capítulo 6 é dedicado a explicitar as “Áreas Interiores de Intercâmbio Fronteiriço”, que são áreas com forte integração na fronteira entre a porção amazônica dos países e que podem servir para reforçar as parcerias e colaborações multinacionais do Brasil. O autor enfoca a importância da *continentalização* da Amazônia por meio de sua integração multinacional e criação de dinâmica “própria”, não mais dependente das faixas litorâneas dos países. Devido a isso, este capítulo tem um duplo aspecto, o primeiro é destacar as áreas de intercâmbio fronteiriço, notadamente: sistema dos rios Negro-Branco (Brasil, Guiana, Venezuela e Colômbia), sistema Solimões-Juruá (Brasil, Colômbia e Peru) e sistemas Madeira e Purus (Brasil, Peru e Bolívia); o segundo é reforçar os aspectos da conquista territorial para continentalidade amazônica. Devido a este objetivo o autor reforça sua visão em favor das rodovias, ao qual exporemos aqui mais detalhadamente por ser fator central de sua concepção de desenvolvimento regional. O mote do livro, sua tese principal, é exposta no seguinte parágrafo:

A Amazônia brasileira, em que pese os esforços ali concentrados nos últimos quinze anos, continua a ser a área de menor densidade populacional – 2 hab/km² – e menor PIB do nosso país. O realismo político que deve ser a força-motriz do desenvolvimento moderno está a aconselhar que se instaure uma nova estratégia para o desenvolvimento amazônico, uma estratégia Pan-Amazônica como já se referiu o Professor Arthur Reis, que aprecie a área como uma unidade geográfica, procure interpretar os seus apelos geográficos e planeje um esquema de desenvolvimento regional. Seria um plano de desenvolvimento sócio-econômico sub-regional e multinacional. Beneficiaria a todos os países condôminos da bacia, pois alargaria as fronteiras econômicas de todos. (p. 145)

Acreditamos que este trecho sintetize a intenção e as motivações do autor com sua proposta Pan-Amazônica, sobre a qual expõe na sequência do capítulo as bases para tal, inclusive mencionando alguns dos *founding fathers* da geopolítica brasileira que já teriam apontado nesta direção, os quais também destacaremos aqui pela importância dentro do nosso propósito tanto expositivo, quanto analítico posterior, assim:

A interiorização, a nossa ‘marcha para o oeste’, que o talentoso Cassiano Ricardo apresentou em livro memorável, que os bandeirantes realizaram há mais de 200 anos, em termos de fronteiras políticas, e que as gerações que os sucederam não conseguiram até hoje concretizar em termos de fronteiras econômicas, deve ser levada avante utilizando-se uma estratégia adequada. (p. 147)

Tal estratégia é primeiro justificada, depois esboçada nos trechos seguintes, com o enfoque viário que mencionamos a pouco:

Durante 200 anos tentamos a conquista do nosso interior e particularmente da imensa Bacia Amazônica apoiados em estratégia essencialmente fluvial. Fracassamos porque a navegação fluvial é caprichosa; não nos leva onde queremos; a navegação dos rios amazônicos sofre a influência das estações de águas altas e águas baixas; há inúmeras quedas e cachoeiras que interrompem a navegação da maioria dos cursos d’água. (p. 147-8)

Então, expõe:

Mudamos de estratégia nos anos 50, e começamos a implantá-la nos anos 60. A nova tentativa seria a conquista do Planalto Central, onde se encontra o *divortium aquarum* entre as três maiores bacias brasileiras – do Prata, do Amazonas e do São Francisco; montados nesse divisor (instalação de Brasília), tentaríamos baixar à planície amazônica pelos grandes espigões que separam as águas dos afluentes da margem sul do ‘grande rio’. E assim o fizemos, descemos pelo divisor que separa o Tocantins do Araguaia para alcançar Belém na foz do Amazonas. Descemos pelo espigão que separa o Xingu do Tapajós, até Santarém,

no baixo Amazonas. Baixamos pelo espigão separador das bacias do Madeira e do Tapajós para chegar a Manaus, no médio Amazonas. Aí está a ossatura da nossa estratégia de conquista da Amazônia. O êxito desse empreendimento animou-nos. Depois veio a grande transversal, cortando os espigões de leste para oeste, e ligando entre si as artérias longitudinais que seguiram esses divisores – a Transamazônica. (p. 148, grifo nosso)

Este trecho talvez seja o mais explícito da obra em relação à leitura de Mattos sobre a estratégia de integração nacional por meio do rodoviarismo, tema tão caro aos militares, por ele escrito com paixão literária e força narrativa de ode à grandeza tão característica ao meio militar. E, com o mesmo tom, arremata: “Examinando-se as nossas realizações em termos de vertebração territorial, vamos encontrar que até 50 anos passados éramos um país escravizado ao mar e à precária navegação de alguns rios” (p. 148).

Novamente referindo-se a um dos pioneiros de nossa geopolítica, Mattos diz que:

Ao reexaminarmos a teoria dos antagonismos geográficos sul-americanos apresentada por Mário Travassos no seu livro ‘Projeção Continental do Brasil’ (1931), verificamos que esse notável geopolítico já se preocupava com uma intercomunicação interior entre o Pacífico e o Atlântico, através dos ‘nudos’ da Cordilheira dos Andes. Nesses ‘nudos’, áreas de abaixamento da cordilheira, imaginava o citado autor que pudesse haver contatos entre o que chamou de *vertentes antagônicas* – do Atlântico e do Pacífico –, separadas pelo maciço andino. (p. 151)

Reafirma então a importância da continentalização e reforça o apelo a todos os países da bacia para valorização conjunta desta porção do território. Esboçando até o fim do capítulo uma longa argumentação – além de um mapa das áreas interiores de intercâmbio fronteiriço e dos dados sobre o tamanho absoluto e relativo, e população absoluta e relativa da região em cada país – sobre os motivos e vantagens de tal intento. E fecha com a síntese:

A conexão dos polos e das áreas-polos das três frentes de abordagem pan-amazônica – Atlântica, do Planalto Central e do arco fronteiriço – por meio de navegação fluvial adequada, estradas e telecomunicações – constituiria a infra-estrutura básica para que cheguem às mesmas os benefícios do progresso social e econômico, e condição *sine qua non* para que toda a imensa planície-desafio se agilize, deixando-se para o passado a lenda da inecumenidade amazônica. (p. 157)

Por fim, o capítulo 7, “Projeção da Geopolítica Pan-Amazônica”, o autor aborda, como indica o título, a potencialidade geopolítica dessa proposta de continentalização da Amazônia por meio de sua integração multinacional. Para tal, inicia esclarecendo:

Não será demais, aqui, reafirmarmos o nosso conceito de Geopolítica: ‘É a política aplicada aos espaços geográficos’. Pode esta conceituação parecer muito simples, diante de inúmeras outras sofisticadas ou preocupadas com a precisão científica. Não se nos negue, entretanto, que nessa simplicidade está inteira a profundidade do conceito. (p. 160)

E, para embasar e reafirmar a necessidade da continentalização da região, remonta ao conceito de *Quociente de Continentalidade* de Backheuser, sobre o qual expõe com a seguinte fórmula:

A linha de contorno dessa massa é de cerca de 17.500 quilômetros, sendo 16.000 de fronteiras terrestres e 1.500 de litoral no Atlântico. Apoiando-nos na fórmula de Everardo Backeuser.

$$Qc \text{ (Quociente de Continentalidade)} = \frac{\text{Extensão do limite terrestre}}{\text{Extensão do litoral}}$$

teremos para o território pan-amazônico o seguinte *quociente de continentalidade*:

$$Qc = \frac{17.500}{1.500} = 11 \quad . \text{ (MATTOS, 1980, p. 161)}$$

E chega conclusão que: “Trata-se de um elevado quociente que dá a marca nítida da continentalidade dessa região. Será, portanto, nas forças emanantes da continentalidade que teremos que buscar, essencialmente, as soluções para esta pan-região” (p. 161).

Justamente tratando desta característica continental, compara o Brasil com os EUA, União Soviética e Austrália, outros três possuidores de grandes territórios continentais dos quais havia a necessidade de integração. E identifica em comum a necessidade de ferrovias para interligação de ponta a ponta do território, uma vez que não é possível pelas hidrovias, seja pelo sentido dos rios, seja pela navegabilidade, como os exemplos: 1) EUA: “Ao fim do século passado, a hidrovia já era um meio complementar do sistema de transportes terrestres norte-americano que transferiu sua vitalidade política e econômica para a ferrovia, e já nesse século, para a rodovia” (p. 163-4); 2) URSS: “Como no caso norte-americano, o capricho das hidrovias conduzia a uma integração setorial e sempre de direção norte-sul, enquanto o interesse nacional pedia uma integração ampla no sentido leste-oeste” (p. 165); 3) e da Austrália: “[...] o esforço da nação australiana para integrar seu território vem sendo intentado, desde o século XIX, através

de um projeto ferroviário. [...] Neste século a ossatura ferroviária vem sendo complementada pela rede rodoviária” (p.165). Então conclui que:

Estes três exemplos de países possuidores de vastas áreas, todos tendo tido que enfrentar a problemática de conquista de seu próprio território, de integrar suas porções marítima e continental, mostram-nos a importância de uma estratégia de transportes terrestres e de povoamento, capaz de materializar, no chão geográfico, a vontade política do Estado. (p. 165)

E complementa que a vertebração partiu do advento da ferrovia, implantada nos EUA no século XIX, na URSS na passagem deste para o XX, e no Brasil e Austrália na primeira parte deste.

Dando continuidade à argumentação da importância geopolítica da Pan-Amazônia, relembra a proposta de integração nacional de Golbery por meio da manobra concêntrica, que por meio da “plataforma central” haveria o avanço para Amazônia. E analisa ser esta “[...] a manobra estratégica da frente do Planalto Central, em plena marcha” (p. 173). E propõe em caráter de complementação à proposta golberiana:

O que estamos propondo, em termos de Pan-Amazônia, é uma manobra mais ampla, partindo simultaneamente das três frentes – a tradicional, saindo da foz e subindo o ‘grande rio’ e seus afluentes, a do Planalto Central descendo as escarpas até a grande planície e, agora, acrescentando e operando um novo *front* em termos de desenvolvimento econômico, que virá ao encontro dos dois primeiros, baixando do grande arco fronteiriço das vertentes sul do sistema guiano e vertentes sul e oeste do sistema andino, até alcançar os impulsos gerados pelos dois anteriores. (p. 173)

E faz o apelo:

A Geopolítica que propomos para a Pan-Amazônia somente será exequível se apoiada numa vontade coletiva multinacional, que resultará em legítimo espírito de cooperação, ‘sin las antiguas prevenciones ni los viejos recelos’ de que nos fala o ex-Presidente venezuelano Rafael Caldera. É a tentativa de montar uma operação desenvolvimentista na maior bacia hidrográfica do mundo e também uma das mais despovoadas, invertebradas e atrasadas. Operação hercúlea que o peruano Mercado Jarrín chama de ‘Missão do Século XXI’. (p. 174)

Sendo interessante pontuarmos que as “antigas prevenções e velhos receios” que o autor cita, faz menção à leitura de possível “imperialismo brasileiro” na América do Sul. Por fim, sintetiza toda a proposta: “O conceito geopolítico predominante será o de uma

estratégia continentalista apoiada pela maritimidade que margina a área. O núcleo continental pan-amazônico deverá criar condições de vitalidade interior e melhorar seus respiradouros no Atlântico e no Pacífico” (p. 174, grifo do autor).

Para encerrar, gostaríamos de ressaltar dois trechos relevantes, o primeiro que é o derradeiro reforço à leitura da Amazônia do autor ao dizer: “Esta estratégia continentalista, para superar as dificuldades da imensidão geográfica, da natureza agressiva da floresta e do clima, do vazio demográfico, do atraso econômico e da insuficiente vertebração dos transportes, terá que impulsionar simultaneamente as três frentes de abordagem” (p. 174); E, o segundo, trata-se de uma das únicas menções em toda obra à questão ambiental (só tendo outra ao falar do Tratado no quinto capítulo, que também destacamos) e a única à questão indígena: “A preservação ecológica dentro de um conceito tradicional e o respeito às reservas indígenas serão melhores atendidos com esta estratégia, polos de irradiação distanciados, mas atuantes, capazes de representar a lei e a dinamização do progresso econômico e social” (p. 175). Feita no penúltimo parágrafo da obra. Sendo o último dedicado à retomada das vantagens da proposta e apelo aos oito países signatários.

Therezinha de Castro

A professora Therezinha de Castro (1930 – 2000), como por nós mencionado em capítulos anteriores, apesar de civil foi incluída na Escola Geopolítica Brasileira por Jorge Manuel da Costa Freitas pela aproximação conceitual e ideológica com Couto e Silva e Meira Mattos e, os três, herdeiros mais diretos da geopolítica dos autores pioneiros. Integrou o IBGE, deu aulas no Colégio Pedro II e tantas outras ocupações, tendo integrado o Corpo Permanente da ESG após se aposentar em 1993. Tem uma vasta produção bibliográfica com mais de vinte livros publicados, com obras tanto mais voltadas à História, como dentro da Geografia, nos mais diversos temas, porém destacando-se a Geopolítica. Seus assuntos de destaque foram a Antártida no tocante à geopolítica externa, e a Amazônia na questão interna. As obras em que esta foi trabalhada de forma mais detalhada foi *Brasil da Amazônia ao Prata* de 1983, e *Amazônia: Geopolítica do Confronto, Geoestratégia da Integração* de 1995.

Teremos que abrir um parêntese de ressalva: devido ao período de pesquisa dessa monografia ter se dado ao longo de 2020 e início de 2021, enfrentamos o problema da pandemia global de COVID-19 e o necessário isolamento social, não tendo sido possível o acesso à biblioteca da FFLCH-USP, na qual a pesquisa teria se dado em condições normais. Perante tal cenário optamos por comprar os principais livros da bibliografia que não estivessem disponíveis via internet. Porém não encontramos as duas obras (novas ou usadas) citadas da autora ao longo dos meses empenhados para o levantamento bibliográfico, leitura e sistematização do estudo. Devido a isto, para não deixarmos de pontuar o delineamento geral da autora sobre a Amazônia, nos utilizaremos da leitura de Freitas (2004, p. 92-103) em seu tópico que trata da abordagem de Castro sobre a região. Todavia, para não repetirmos à exaustão o que o autor já trabalha em sua obra, apenas apontaremos brevemente as ideias-força por ele identificadas e assumiremos este subtópico como complementar na análise final, uma vez que não a comprometerá, mas também não nos dá bases sólidas para incluir em detalhes.

Referindo-se a primeira obra, de 1983, Freitas diz que a autora tem uma abordagem mais geohistórica, destacando que o domínio da Bacia Amazônica se deu ao inverso à do Prata, pois naquela os portugueses detinham a foz do grande rio, enquanto nessa a Argentina possui a foz, porém destacando que Belém não conseguiu a mesma projeção da Argentina. Assim Castro concebe a Amazônia como um subsistema dentro do subsistema continental. Comenta que sob a ótica da “pragmática dos estadistas” a autora elabora a “geoestratégia do quadrinômio” que seria baseado em colonização, integração, exploração e vigilância, que levaria a incorporação, exploração e vertebração da “área geopolítica neutra”. Também aponta para baixa densidade demográfica, definindo que o Brasil teria apenas 18% do território como “ecúmeno estatal”, tal qual Golbery, no triângulo Rio de Janeiro – São Paulo – Belo Horizonte, daí segue a mesma linha dos antecessores em apontar a necessidade de integração territorial (FREITAS, 2004, p. 92-5)

Já na obra de 1995, Freitas destaca que a autora manterá suas teses geopolíticas das obras anteriores, porém nesta com maior “[...] criticismo acutilante cujos objetos de aplicação serão tanto atores internos quanto, e acima de tudo, os interesses internacionais em jogo na complexa questão amazônica” (p. 95). Cujo contexto era de uma dupla valorização da região, tanto interna quanto externamente, de forma que a Nova Ordem Mundial caracterizaria um período de redescoberta da Amazônia pelo mundo. E dentro

desta a autora aponta para a cobiça internacional presente nos estudos científicos e “[...] do humanismo faccioso gerado mundialmente em torno da proteção dos índios” (2004, p. 97). Mediante isso Freitas resume as ideias da autora:

Perante esse cenário de pressões múltiplas exercidas sobre a sede de poder brasileira e na direção do mediatismo ecológico do gênero ECO-92 (cimeira do Rio de Janeiro), o verdadeiro cerne do problema desdobrar-se-á numa dupla vertente: mundialmente, urgência efetiva transferência de tecnologia de sentido Norte-Sul, financiamento de projetos na área da preservação ambiental e, ‘sobretudo, mudanças substanciais e institucionais na ONU, FMI, Banco Mundial e outros organismos mundiais’; numa perspectiva interna, a autora elabora um conjunto de diretrizes geoestratégicas postas à disposição da sede do poder, as quais se ajustam ao preceito ‘integrar para não entregar’. (2004, p. 98)

E, como resposta a este quadro internacional, a autora propõe medidas para incorporação da Amazônia – “conquistada mas não colonizada” – como: ocupação efetiva, ordenada, adequada e inteligente; plano de zoneamento ecológico econômico de colonização; enfrentar “de frente” o problema ecológico e indigenista para além do “achismo”; colaboração técnico-científica e financeira para “normal conservação do meio-ambiente”; e Geoestratégia de não contar com ajuda estrangeira e neutralizar as investidas reacionárias.

Além das críticas externas, a autora tece críticas aos atores políticos internos, como omissões de governos, entraves burocráticos, e subserviência da Funai perante os interesses estrangeiros, que facilitariam as intromissões externas. Estende também a crítica a associações da sociedade civil como repartições da igreja católica. Freitas diz que a autora compara essas questões com os EUA, dizendo que neste o problema indígena é estritamente nacional, ao passo que no Brasil estaria se tornando religioso e extranacional. Por tudo isso o autor sintetiza as ideias de Castro:

A cobiça internacional multiforme em relação à Amazônia é, dessa forma, alimentada por um ciclo vicioso: não só o atual vácuo demográfico característico da zona geopolítica neutra amazônica impede a integração ecumênica da região no conjunto nacional, como ainda legitima *a priori* eventuais propensões balcanizantes provenientes de um leque de atores direta ou indiretamente interessados em impedir a ascensão do Brasil ao reduzido grupo dos países desenvolvidos. (FREITAS, 2004, p. 101-2)

Em resumo as ideias-força da autora estariam justamente em apontar esta ingerência externa pautada pela questão ambiental e indígena que escondem os interesses pelos recursos nacionais por parte dos países desenvolvidos. Assim, a autora chega nas seguintes conclusões: a questão econômica está por trás da pressão internacional ao desenvolvimento nacional; perante o contexto de carência de espaço vital surge a intocabilidade da Amazônia; a cobiça e complô internacional transformariam os indígenas “nos maiores latifundiários do mundo”; e o intento internacional seria o de balcanizar a região para controlá-la. Este último aspecto, inclusive, sobre o qual Freitas cita a autora:

(...) infelizmente, para isso [balcanizar a região amazônica para melhor controlá-la], concorre a atual Constituição [de 1988] que, se cumprida na questão referente aos ‘quistos indígenas’, inviabilizará três estados da Amazônia; passarão a ser reserva indígena 68% do Estado de Roraima, 65% do Acre e 48% do Amazonas. (CASTRO, 1995a, p.28 *apud* FREITAS, 2004, p. 102, nota de rodapé)

Assim, como possível solução “perante esse cenário estratégico, reflexo da dialética ingerências egoístas externas *versus* incapacidade mobilizatória interna, a geoestratégia da Amazônia deve manter-se fiel ao princípio da salvaguarda dos interesses nacionais” (p. 102-3). Apontando uma necessidade de enfoque na Amazônia, ao contrário do enfoque histórico platino, e encerra as considerações sobre a obra de Castro dizendo:

A aliança entre a visão geopolítica da relação de poderes e a definição de diretrizes geoestratégicas potencialmente aplicadas afigura-se como método operativo e modelo auxiliar dessa ampla estratégia nacional de ocupação, valorização e transformação da zona geopolítica neutra marginalizada em ecúmeno estatal, tendo sempre subjacente o eterno princípio de ‘integrar para não entregar’ (p. 103)

Então, tratando não apenas sobre a Amazônia, mas da produção geopolítica da autora como um todo, Freitas afirma ser a continuidade do fio estruturador do pensamento geopolítico herdado dos antecessores que possibilitam enquadrar Therezinha de Castro na Escola Geopolítica Brasileira, pois apesar das inovações de análise próprias da contribuição da professora, há os denominadores comuns em relação à Escola. Apenas para exemplificar, Freitas afirma: “Reforçando um dos denominadores comuns à Escola Geopolítica Brasileira, conclui Therezinha de Castro: ‘Em resumo: carecemos de verdadeira integração, visto não termos conseguido ainda articular as peças econômicas do país’ (Brasil da Amazônia ao Prata, 1983, p. 25)” (2004, p. 91).

Com isso acreditamos, apesar da perda inevitável por uma fonte secundária, ter ao menos esboçado as linhas gerais de Therezinha de Castro que, com certeza, corrobora o objetivo central desta monografia na exposição comparativa entre a *Geopolítica Militar e Civil*.

3.3 Geopolítica Civil Amazônica: Bertha Koiffmann Becker

Começamos pela ressalva necessária que não apenas a professora Bertha Becker (1930 – 2013) estudou a geopolítica amazônica no âmbito acadêmico civil, ela própria foi responsável pela formação de diversos nomes da geografia brasileira que também se debruçaram sobre a região em pelo menos algum momento de suas carreiras acadêmicas, a citar, a professora Lia Osório Machado da UFRJ, uma de suas principais colaboradoras, que atualmente trabalha sobre o narcotráfico nas fronteiras etc.; o professor Cláudio Antônio Gonçalves Egler, também da UFRJ, que colaborou em diversos trabalhos com Becker; o professor Ivaldo Gonçalves de Lima, da UFF, orientado pela professora e que estudou a região no mestrado; e o próprio Carlos Walter Porto-Gonçalves, também da UFF, orientado no doutorado por Lia Osório Machado, e muito referenciado nesta monografia. Estes nomes são apenas exemplos, tendo muitos outros oriundos destes grupos de estudos e laboratórios do Rio de Janeiro.

Em São Paulo atualmente existe o Grupo de Estudos da Amazônia (GEA), coordenado pelo professor Wanderley Messias da Costa no GEOPO/USP, que tem formado quadros de mestrado e doutorado sobre a região; o professor Wagner Costa Ribeiro, também da USP, é referência em Geopolítica Ambiental, o que também se estende para Amazônia; do GEOPO saíram nomes importantes inclusive para universidades amazônicas como Altiva Barbosa da Silva, atualmente professora da UFRR e coordenadora do Laboratório de Gestão Territorial da Amazônia (LAGETAM), orientada por Wanderley Costa no doutorado, e Ricardo José Batista Nogueira, atualmente professor titular da UFAM, orientado no doutorado por André Martin. Novamente, estes são exemplos notáveis com os quais tivemos contato pelos trabalhos, podendo haver tantos outros não citados. Além, claro, das próprias universidades e pesquisadores da região, com os quais, infelizmente, para a alçada deste trabalho, tivemos pouco contato, porém com certeza existem.

Feita a ressalva, voltemos para Becker que, como demonstrado no subcapítulo 1.3, teve a contribuição mais volumosa para Geografia Política e Geopolítica brasileira – ao menos até meados da década passada – e dedicou a maior parte de sua carreira à Amazônia. E, não obstante a isso, tem como diferenciação aos outros autores mencionados que estudam a região o fato de ter contribuído em inúmeros projetos de caráter prático, além do tom propositivo de boa parte de suas obras, o que a caracteriza mais fortemente como uma autora geopolítica, além de estudiosa da área. Sendo, portanto, coerente com nossa proposta de pesquisa a escolha da professora para representar a *Geopolítica Civil*. Além de Becker, outra contribuição notável para geopolítica civil brasileira é a teoria Meridionalista do professor André Martin, que também possui o caráter propositivo, tão marcante à área, e com o qual o professor se identifica fortemente. Porém não a abordamos aqui pelo nosso recorte temático ser a Amazônia. Assim, salvo engano nosso, são os dois principais autores a se identificarem abertamente como geopolíticos no Brasil, o que os diferencia dos outros tantos grandes nomes da Geografia Política como um todo.

Como também por nós mencionado em 1.3, Bertha Becker atribui seu gosto e escolha, tanto pela Geopolítica, como pela Amazônia, aos anos de docência no Instituto Rio Branco entre 1966 – 1975, começando a publicar sobre estes temas na década de setenta e tendo como um marco na carreira a obra *Geopolítica da Amazônia: a Nova Fronteira de Recursos* de 1982, que compilou os trabalhos da década anterior. Em 1990 publica o livro *Amazônia* pela editora Ática, e o livro *Fronteira Amazônica: Questões sobre a Gestão do Território*, em coautoria com Mariana Miranda e Lia Osório Machado pela Editora da UNB em parceria com a UFRJ. Em 2004 publica *Amazônia – Geopolítica na Virada do III Milênio* pela Editora Garamond. Junto com Claudio Stenner publica a obra *Um Futuro para Amazônia* pela Oficina de Textos em 2008. E, por fim, junto com Francisco Assis Costa e Wanderley Messias da Costa organizam o livro *Um Projeto para Amazônia no Século 21: desafios e contribuições* em 2009 pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. No geral essas são as principais obras de teor geopolítico amazônico, para além de tantos outros capítulos de livros, artigos e apresentações de trabalhos que a professora acumulou ao longo de mais de trinta anos de estudos da região, assim como livros mais conceituais sobre *fronteiras* e outros temas que, eventualmente exemplificava com a Amazônia.

Perante tão vasta obra, precisaríamos escolher ou um trabalho de referência ou um conjunto de trabalhos para exemplificar a abordagem geopolítica amazônica de Becker, e em que medida caracterizariam o discurso da *Geopolítica Civil*, afinal, lembremos que o objetivo central desta monografia é captar justamente as nuances entre esta e a *Geopolítica Militar*, com a Amazônia tendo sido eleita como recorte temático e comparativo. Na impossibilidade de tempo e recursos para analisar a obra da autora de forma ampla, optamos por escolher a obra *Amazônia – Geopolítica na virada do III milênio* de 2004, por alguns fatores. O primeiro foi o tom explícito, já no título, de se tratar de uma obra propositiva justamente no contexto de início de século, sendo assim, como vimos à exaustão, uma das marcas da retomada pela academia da Geopolítica nos anos 1980-90 o contexto de passagem da Guerra Fria para a Nova Ordem Mundial, no cenário global, e de reabertura democrática, no nacional. Isso nos leva ao segundo fator, que é o amadurecimento da própria autora dentro de sua obra, uma vez que a obra *Geopolítica da Amazônia*, por mais que parecesse num primeiro olhar ideal à empreitada, trata-se da primeira compilação sobre o tema, e mais, que reuniu trabalhos com diferentes abordagens da década de setenta, sendo a Amazônia o recorte temático geral, porém não necessariamente o foco específico de cada artigo que compõe a obra; ao contrário da obra escolhida, que assumidamente tem a Amazônia como foco declarado dentro de uma mesma coesão e coerência textual. Outro fator foi escolher uma obra de publicação exclusiva da autora, sem coautorias, pela mesma justificativa da coesão narrativa. Por fim, como mencionado no subtópico anterior, houve o fator externo da conjuntura da pandemia global de COVID-19 que nos impossibilitou o acesso à biblioteca da FFLCH, de forma que tivemos que comprar boa parte da bibliografia usada nesta monografia, que não encontramos disponível em PDF na internet, nos fazendo optar pelo o que estivesse disponível e, com um gasto sustentável, buscar obras que bastassem em si da melhor maneira possível.

Após essa longa introdução e justificativas, tentaremos expor o livro em sua totalidade, porém de forma bastante resumida, visando apenas captar as ideias-força do mesmo, para que o possamos analisar no próximo capítulo em comparação aos dois autores anteriores.

A autora introduz o livro retomando o conceito de *fronteira*, central em sua obra, já por ela trabalhado em *Geopolítica da Amazônia* em 1982, na qual afirma já perceber à época as mudanças que o conceito sofria devida as rápidas transformações estruturais que

a região estava passando. Destaca que em 1982 trabalhou na primeira parte da obra a *fronteira* com base na teoria do desenvolvimento regional, pautada nos projetos estatais minerais e agropecuários; porém, posteriormente, com os resultados de seus trabalhos de campo, e o contato que estes proporcionaram com diversos migrantes, constatou que ia muito além disso, como em casos que a fronteira urbana chegava antes da econômica. Já atualmente [2004], apesar do conceito de fronteira continuar válido, há de se considerar as diferentes fronteiras, principalmente, referentes aos diferentes níveis de análise: global, nacional, regional/local. E diz ser impossível realizar a análise geográfica sem levar em conta as particularidades de cada escala, não sendo plausível, “como querem alguns”, reduzir o debate amazônico apenas à escala global. A principal diferença do contexto em que o livro é escrito para o trabalho de 1982, segundo a autora, foi o fato de o que era antes identificado como *fronteira móvel* enquanto frente pioneira de ocupação, atualmente configurar-se como *fronteira consolidada*, e não mais apenas por agentes econômicos hegemônicos, como os projetos Estatais e das transnacionais, e por colonos vindos de outras partes do país, mas com uma dinâmica interna própria e orgânica, o que leva à constatação mencionada de fronteiras de diferentes tipos geradas pelos diferentes atores que atuam em cada escala, como exemplo as “populações tradicionais”, os governos estaduais e organizações que cooperam internacionalmente. Assim, o novo contexto amazônico envolve os atores locais, os novos programas governamentais (como os Programas Brasil em Ação [1996] e Avança Brasil [2000-2003]), e as transformações técnicas e tecnológicas de produção e gestão, e na comunicação e informação. E aponta para um “ [...] *novo significado da geopolítica, que não mais atua na conquista de territórios, mas sim na apropriação da decisão sobre o seu uso*” (p. 21, grifo da autora).

Já no capítulo 1, “O legado histórico e as mudanças estruturais em fins do século XX”, Becker propõe uma periodização da história da Amazônia para organizar os períodos de acordo com a argumentação que desenvolverá na sequência para o objetivo da retomada histórica e mudanças estruturais. Assim,

Grosso modo, distinguem-se três grandes períodos na formação da região:

Formação Territorial (1616 – 1930)

- Apropriação do Território (1616 – 1777)
- Delineamento da Amazônia (1850 – 1899)
- Definição dos Limites (1899 – 1930)

Planejamento Regional (1930 – 1985)

- Início do Planejamento (1930 – 1966)
- A Produção do Espaço Estatal (1966 – 1985)

A Incógnita do *Heartland* (1985 - ...)

- A Fronteira Socioambiental (1985 – 1996)
- Tendências Atuais (1996 - ...).” (p. 23)

Na sequência passa brevemente por cada período e suas características. Entretanto, de forma geral, destaca que os processos extrativistas para exportação predominaram na história regional desde a colonização, e ainda predominam até hoje, sendo os processos endógenos muito menos expressivos e tentados principalmente pelas populações indígenas, seringueiros e ribeirinhos.

Já mais recentemente, no tópico sobre o período do “Planejamento Regional 1930 – 1985” a autora diz ser um modelo de como não planejar uma região, com o Estado tratando-a como isotrópica e homogênea, não levando em conta diferenças sociais e ecológicas e sempre com base em muita violência marcada pelos conflitos sociais, muito desmatamento para abertura das estradas, exploração da madeira seguida do avanço do agronegócio etc. E aponta que esta *malha tecno-política* teve seu modelo esgotado com os choques do petróleo no cenário internacional, seguido do avanço da dívida externa, tendo como último grande projeto o Calha Norte em 1985.

Sobre o período “A incógnita do *heartland* (1985 - ...)” a professora explica que é um período marcado por dois processos opostos, por um lado, a queda do modelo nacional desenvolvimentista do período anterior e, por outro, com o crescimento dos agentes internos, tendo como marco a criação do Conselho Nacional dos Seringueiros também em 1985. De tal feita que:

À crise do Estado e à resistência social, somou-se a pressão ambientalista internacional e nacional para gerar um vetor *tecno-ecológico* (VTE) na dinâmica regional que, predominantemente entre 1985 e 1996, configurou na Amazônia uma fronteira socioambiental, entende-se como vetor, uma resultante da coalescência de múltiplos projetos. (p. 27)

Então, a estratégia dos múltiplos agentes sociais é se utilizar dos meios de comunicação para angariar apoio externo como forma de sobrevivência. E a autora expande lembrando que esses novos projetos e territorialidades alternativas atingem escala global pelas novas agendas ambientalistas como G7, Banco Mundial e o próprio governo brasileiro como

por meio do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras (PP-G7). Dessa forma os agentes locais conseguem fortalecer o processo de desenvolvimento endógeno configurando uma nova potencialidade na Amazônia, apesar de ponderar que se este é o aspecto positivo, o negativo para essas populações é a dificuldade gerada pelas suas características pontuais e sem conseguir grande alcance por diversas dificuldades estruturais.

Em relação às tendências atuais, é uma fase marcada pela retomada do vetor industrial por meio do planejamento territorial da União, então cita os programas Brasil em Ação (1996) e Avança Brasil (1999) pautados nos Eixos Nacionais de Integração, significando um novo fortalecimento das forças exógenas na região como bancos, empresários, governos estaduais e federal, Forças Armadas etc., interessados nos recursos naturais e possibilidades de negócios e, conseqüentemente, entrando em conflitos diretos com a chamada “fronteira socioambiental” dos atores citados anteriormente como os povos da floresta.

E finaliza o capítulo apontando cinco grandes mudanças estruturais na região que compõe o contexto atual da obra: a) a maior conectividade; b) a estrutura da economia, que ganhou novos delineamentos com a industrialização (sendo a terceira do país em produção de bens duráveis); c) a urbanização, tendo 69,07% da população regional morando em áreas urbanas; d) a mudança da estrutura social, com amadurecimento político, maior conectividade e todas as demais mudanças estruturais que causam um aprimoramento da consciência social para cidadania como um todo; e) a implantação da malha socioambiental, representando uma apropriação territorial pelos agentes locais. E termina justificando a escolha do nome “incógnita do *heartland*”:

A ação combinada de processos globais, nacionais e regionais, políticas contraditórias – ambiental e de desenvolvimento – alteram o povoamento da região, expressando-se territorialmente no embate entre três grandes padrões de uso da terra: a) a reprodução do ciclo de exploração da madeira/expansão da pecuária/desflorestamento; b) as experiências sustentáveis do extrativismo florestal e pesqueiro tradicional melhorados; c) a agropecuária capitalizada. Em sua essência, tais processos constituem um jogo de forças cujo poder de afirmação é difícil de ser previsto, razão pela qual a fase atual do povoamento da Amazônia constitui uma incógnita. (2004, p. 31)

Já no capítulo 2, “A Amazônia e a Globalização”, inicia expondo as dimensões da Amazônia: 1/20 da superfície global; 2/5 da América do Sul; 1/5 da água doce do mundo;

1/3 das florestas latifoliadas; e, por fim, somente 3,5 milésimos da população mundial. Então reafirma a necessidade de articulação da Amazônia nacional com os vizinhos amazônicos na escala sul-americana, necessidade essa corroborada com o surgimento dos blocos econômicos, e insere a Amazônia como uma fronteira científica-tecnológica devido seu potencial de recursos naturais, configurando a região como uma *fronteira do capital natural*. Enfoca a nova postura de abertura de diálogo do Brasil com o restante do mundo, ao contrário da postura histórica de se isolar por receio da ingerência externa, e cita os programas PP-G7; o Sivam/Sipam; o PROBEM – Programa Brasileiro de Ecologia Molecular da Biodiversidade Amazônica; e o LBA – *Large Scale Biosphere Atmosphere Experiment on the Amazon*. Todos com parcerias e financiamentos internacionais, que apesar de serem implantados com dificuldade pela complexidade de cada um, significam um passo a mais no caminho da diplomacia que poderia reverter a possível coerção externa em mudanças positivas. Então,

Se as décadas de 1970 a 1990 foram de grande preocupação ambientalista, com investimentos na proteção da natureza, na virada do milênio o ‘desenvolvimento sustentável’ toma novo rumo. Torna-se gradualmente mais forte a sua vertente econômica, patente em vários níveis, num processo que, evidentemente, envolve a Amazônia. Realiza-se o *capital natural*. (p. 39, grifo da autora)

Porém pondera que este *capital natural* leva à mercantilização da natureza, sendo necessário cuidado ao tratar deste debate, pois estas mercantilizações são fictícias, uma vez que transformam “dados naturais” (como o ar e a água) em mercadorias e as insere no mercado global, implicando debates complexos sobre a privatização e internacionalização de recursos. Chama atenção especialmente para as “Convenção sobre Mudança Climática”, “Convenção sobre Diversidade Biológica” e as iniciativas de regulação do uso da água. Aponta que os *econegócios* se realizam em diferentes escalas por meio de diferentes empreendimentos como, por exemplo, as certificações de madeira. Contudo, para o objetivo de proteção de médio e longo prazo são necessárias algumas medidas como: “1) um incremento do valor da floresta em pé; 2) um aumento dos custos associados com práticas não sustentáveis de exploração madeireira, e 3) um aumento dos incentivos e da lucratividade do manejo sustentável de florestas, cuja definição ainda não obteve consenso” (p. 53).

Ainda no capítulo 2, dentro do contexto da globalização e das escalas de análise, Bertha Becker defende a integração sul-americana como uma nova escala de ação: “A

Amazônia transnacional”, pois “a coordenação de esforços entre os países amazônicos é um elemento central do novo enfoque para o desenvolvimento da região, por permitir maior eficiência na execução de programas que promovam o seu desenvolvimento interno, nas negociações internacionais e no ‘uso de bens públicos internacionais’” (p. 54). E menciona que o IIRSA (2002) para todo o continente, e a retomada do “antigo” Tratado de Cooperação Amazônica agora como Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, para os países amazônicos, apontam para nessa direção. Demonstrando que as ações públicas nas relações de vizinhança estão tendo reflexos geopolíticos na qual caminha para integração em um cenário internacional com forças dialeticamente unificadoras e excludentes.

O capítulo 3 chama-se “O novo lugar da Amazônia no Brasil”, e a professora começa esclarecendo em rodapé que se refere à Amazônia Legal, e coloca que, enquanto globalmente a região se estabelece como novo *capital natural* para o uso científico-tecnológico, no Brasil ela não mais é uma fronteira territorial do avanço econômico e demográfico. Começa então diferenciando dois padrões de ocupação regional, o primeiro que chamado de *padrão linear* em torno dos rios e estradas; e o segundo chamado *arco do povoamento*, em torno da floresta densa ao leste do Pará e nos estados do Maranhão, Tocantins, Mato Grosso e Rondônia que coincide com a maior densidade rodoviária e que funciona como cerne econômico da região. Com ressalva à exceção das economias de enclave como Zona Franca de Manaus e projetos minerais.

O primeiro objetivo do capítulo é a demonstração da mudança da antiga *fronteira móvel* para a atual *fronteira consolidada*. Dessa forma Becker esclarece que o antigo Arco do Fogo/Desmatamento/Degradação, é agora um *Arco de Povoamento Estável*, não mais sofrendo o forte impacto pelo antigo padrão de ocupação/incorporação que predominou nos anos setenta e oitenta, apesar de manter as consequências deste. Para sustentar a tese da nova fronteira a autora desenvolve dois argumentos: a predominância das migrações intra-regionais e a expansão por frentes localizadas.

O primeiro argumento é desenvolvido de forma ampla, como por meio dos dados das próprias migrações internas, mas também dos que apontam para redução do crescimento demográfico proveniente da população migrante de fora da região, agora mais calcada no crescimento vegetativo; já o segundo argumento é desenvolvido com dados sobre a tendência à intensificação e aprimoramento dos processos de exploração e uso da área já desmatada e ocupada, não mais expandindo para novas áreas com a

velocidade das décadas passadas. Finaliza esta primeira parte do capítulo ponderando uma das hipóteses iniciais do possível esgotamento da antiga *fronteira móvel*, uma vez que novos dados do INPE de 2001 e 2002 demonstram o aumento do desmatamento, devido à fatores como “a competitividade da soja, a expectativa da implantação de novos eixos de circulação e talvez, também a retomada do valor da terra no contexto de incerteza econômica mundial e nacional, são fatores que explicam esse revigoramento. Tal constatação obriga a repensar e a relativizar a hipótese de que a fronteira móvel tende a se esgotar” (p. 86).

A segunda parte do capítulo é dedicada à demonstração da “reconversão produtiva em áreas consolidadas” – complementando com dados e aprofundando o argumento da primeira parte – tornando o conceito de “Arco de Fogo” superado por não mais se tratar de uma fronteira de ocupação, mas de intensificação das atividades agropecuárias. E justifica explicando que estes conceitos: Arco do Fogo; Arco do Desmatamento; Arco de Terras Degradadas; foram cunhados com base em imagens de satélite e não em observações de campo e levando em consideração o processo histórico. E acrescenta ainda que este conceito submete a região a um olhar passivo diante do processo, assim:

Nesse sentido, nega-se à área de domínio florestal uma visão positiva de exploração sustentável dos ‘ativos ambientais’ aí presentes, onde se incluem a biodiversidade e os recursos hídricos (cada vez mais escassos e valorizados no mundo contemporâneo), além da enorme variedade de usos sustentáveis da produção extrativista e da própria beleza paisagística regional inserida no ecoturismo em expansão. (p. 87)

Como exemplo da tendência de desenvolvimento das áreas consolidadas cita os avanços técnicos e tecnológicos do agronegócio e a busca de novas formas de aumento da produtividade com base na restauração e reaproveitamento dessas áreas, como a cultura tecnificada da soja no Mato Grosso e mesmo a pecuária em diversos pontos que, atualmente, se diferencia da pecuária extensiva tradicional e também investe em pastagens artificiais, recuperação de áreas degradadas etc.; nas palavras da autora: “A recuperação de áreas alteradas nos cerrados e em pastagens plantadas, ou mesmo de áreas abandonadas, é uma tendência que já se verifica também no arco de povoamento consolidado, representando imenso potencial de desenvolvimento” (p. 93). Justamente sobre o desenvolvimento Becker abre um parêntese narrativo para dizer:

Embora o trópico úmido continue a ser visto na literatura como obstáculo ao desenvolvimento, no triste trópico haveria condições de reverter esta situação graças à biodiversidade e à alta produtividade

primária dos seus ecossistemas, que oferecem condições excepcionais para construir uma moderna civilização baseada na biomassa. Um ‘avanço’ nesta direção é possível concentrando-se uma parte importante da capacidade científico-tecnológica do país no estudo do trinômio *biodiversidade – biomassa – biotecnologia*, com vistas à otimização do uso da biomassa na produção de alimentos, energia, adubos, rações animais e produtos industriais (SACHS, 1998, 1999). (p. 93)

E tratando de possíveis soluções para favorecer o desenvolvimento, propõe que: “Em vez de multiplicar as áreas protegidas e as reservas, com altos custos e dificuldades de controle efetivo, *definir as áreas preferenciais para o desenvolvimento, concentrando-nos mais de 500 mil quilômetros quadrados já alterados pela ação antrópica*, um território igual ao da França. (SACHS, 1998, 1999)” (p. 94, grifo da autora). Na sequência indica seis ações que poderiam contribuir para recuperação das áreas alteradas: criar zonas tampão entre áreas ocupadas e florestas, por meio de reflorestamento com uso de tecnologia; valorizar os produtos por meio da sua transformação/manufatura nas cidades da região; intensificar a produção agropecuária nas áreas mais propícias; concentrar a reforma agrária em áreas já desmatadas e incentivar a produção alimentícia; criar projetos comunitários, uma vez que estes já estão diretamente envolvidos com planos de recuperação; e criar reservas extrativistas.

A última parte do capítulo 3 é composta pelo tópico chamado “Incorporação ao tecido produtivo nacional: cidades e redes”. O qual abre com a afirmação: “Cidades e redes constituem a ossatura do território e a base logística para as relações que incorporam a região ao tecido produtivo nacional” (p. 95). Porém atenta para a forte centralidade de apenas três metrópoles regionais: Belém, Manaus e São Luís, que polarizam as demais cidades da malha urbana que são subordinadas à estas capitais e à outras externas à região. A autora desenvolve uma argumentação explicando que, para região, a agropecuária precede a indústria e serviços, de forma que a melhor estratégia para o desenvolvimento seria investir nas estradas locais, crédito rural e programas de incentivo aos pequenos e médios produtores, como forma de viabilizar esta produção e distribuição. Sintetiza da seguinte forma:

A precedência das atividades que se desenvolvem no campo sobre as que se desenvolvem na cidade, nas áreas de expansão e consolidação da Amazônia, justifica, de certo modo, a utilização de instrumentos econômicos em setores específicos para alavancar a diversificação de atividades encadeadas nos segmentos agroindustriais e dos serviços. (2004, p. 98)

O último tema tratado neste tópico é sobre a tendência à multimodalidade nos transportes, fator necessário e indispensável para competitividade no mercado global, uma vez que a localização continua desempenhando papel de destaque, porém com a diferença sendo a atual velocidade com que essa localização é manipulada enquanto fator produtivo, ou seja, as empresas se movem com muito mais liberdade pelo globo para definir onde produzirá, fazendo com que, no caso das *commodities*, por exemplo, seja necessário a maior fluidez até os locais de escoamento, como os portos, para igualar as condições. Para exemplo, à época já se visualizava que “para o futuro se prevê um mercado em expansão para os grãos, em espacial a soja, tendo em vista o quadro de crescimento para o consumo da carne, fruto da melhoria de renda esperada. A evolução esperada de desenvolvimento da China constitui uma forte expectativa de crescimento deste mercado (SARTORI, 2000)” (BECKER, 2004, p. 99). Na sequência cita diversos exemplos de intermodalidade entre rodovia, ferrovia e hidrovias na Amazônia e finaliza com a ressalva: “É grande, contudo, o risco do impacto causado pela expansão dos eixos multimodais sobre os padrões de desflorestamento na Amazônia, que está na base da tendência assinalada no processo de evolução do uso da terra referente à expansão da fronteira em frentes localizadas” (p.101).

No capítulo 4, “Nos Domínios da Natureza”, trabalhará sobre três tópicos: áreas protegidas; projetos alternativos dos pequenos produtores; e os conflitos político-administrativos e o espaço útil dos municípios. Inicia o desenvolvimento do capítulo afirmando que “a consolidação do povoamento no grande arco produtivo das porções oriental e meridional da região ressaltou a especificidade das grandes extensões florestais da Amazônia” (p. 103). Na sequência a autora retoma os principais processos desde 1980 na região como: a) a resistência das populações tradicionais, com inevitável destaque a Chico Mendes; b) o fim do nacional-desenvolvimentismo que teve no Calha Norte em 1985 seu último grande projeto, porém também foi o ano da criação do Conselho Nacional dos Seringueiros; c) a pressão ambientalista nacional e internacional; d) “a resposta do governo brasileiro a essas pressões através da aceitação de projetos e programas em parceria com atores internacionais, da criação do Ministério do Meio Ambiente (1993) e de uma política ambiental” (p. 103). Já sobre a nova conjuntura, destaca a estruturação das lutas populares que vem desde as décadas de 1970-80 e cita o Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) que agrega mais de 300 associações e a Confederação das Organizações Indígenas (Coiab) com 75 associações. Apontando que:

Ao contrário da política das décadas anteriores, pautada em Desenvolvimento e Segurança, a política ambiental visa o desenvolvimento sustentável, fundamentando-se numa ação descentralizada e participativa para proteção da natureza, uso sustentável dos recursos naturais e melhoria da qualidade de vida das populações locais. Certamente, há também interesses de controle da informação sobre o saber local e o próprio território pelos parceiros nacionais e internacionais. (2004, p. 104)

Coloca que no nível territorial as ações ambientalistas intensificam o modelo endógeno, que teve origem nos movimentos sociais e foi incentivado pelo PP-G7, conformando um *vetor tecno-ecológico* em contraposição ao anterior *tecno-industrial*. Dentro do modelo endógeno destacam-se as áreas protegidas e os projetos comunitários.

Na sequência expõe, por tópicos, a questão indígena e das Unidades de Conservação, que foram ambas amplamente difundidas pós-redemocratização. As primeiras tendo mais áreas reconhecidas, identificadas, delimitadas e demarcadas, e que só ganharam “[...] expressão efetiva e explicitamente territorial após sua delimitação e demarcação. Eles se caracterizam, em termos geográficos, como recortes que representam uma categoria jurídica de organização do espaço definida pelo Estatuto do Índio (Lei nº 6001, de 10/12/1973)” (p. 105). Que estava sendo revisto por projeto em tramitação no Congresso Nacional, à época do livro.

Já sobre as Unidades de Conservação a autora destaca as Reservas Extrativistas, por ser um modelo inovador que funciona como uma “reforma agrária” para os extrativistas, proposto por Chico Mendes: “Assim como a demarcação de terras indígenas, o modelo das Resex é igualmente um marco histórico: a concessão de terras pelo governo federal à população caboclas, num país historicamente marcado pelo latifúndio” (p. 107). Além de outros tipos de UC’s como a Estação Ecológica (Esec), a Reserva de Desenvolvimento Sustentável, os Corredores de Conservação Ecológicos, sendo que estes “[...] correspondem a uma revolução no planejamento em conservação. Ao invés de ilhas de conservação, estabelecem-se estruturas em rede, agregando às ilhas suas zonas-tampão e outras áreas sob graus variados de utilização humana, considerando as inter-relações entre o mosaico de áreas protegidas” (p. 108). Por fim, destaca-se a criação do próprio SNUC, Sistema Nacional de Unidades de Conservação, criado em 18/07/2000 pela Lei nº 9.985. Que organizava as áreas de conservação em dois grupos: proteção integral (Parques Nacionais, reservas biológicas e Estações Ecológicas); e de uso sustentável (como as Reservas Extrativistas e as Reservas de Desenvolvimento

Sustentável). Por tudo isso conclui que “a política de proteção à natureza amazônica caminha, portanto, a passos largos: se forem somadas às novas, as já existentes áreas de proteção integral, as de uso sustentável existente, bem como as terras indígenas, o total de alguma forma protegido deve alcançar mais de 30% da região” (p. 110).

A segunda parte do capítulo é dedicada a expor os projetos alternativos de pequenos produtores financiados pelo PP-G7/Banco Mundial/GTZ (Alemã) em todos os estados amazônicos com diferentes produtos: polpa de frutas, mel, óleos, palmito, pescado, castanha etc. Apresenta-os em tabela (p. 112) especificando os estados de cada polo do projeto, os valores investidos, qual o tipo de estrutura e quais os produtos derivados, comentando-os separadamente ao longo do tópico.

Na última parte do capítulo, sobre os conflitos relativos ao espaço útil dos municípios, a autora destaca duas forças que entram em embate no território: o poder político dos estados e municípios e as áreas de proteção ambiental e terras indígenas, de responsabilidade da União. Com isso todo município da Amazônia Legal possui uma porcentagem de seu território gerido por “forças externas”, então “tal malha atua, hoje em dia, como um novo vetor de diferenciação do espaço regional que quebra, de algum modo, a ordenação hierarquizada da ordem federativa dominante, contribuindo, assim, para acrescentar heterogeneidade a um território” (p. 116). Dessa forma o processo de municipalização que corroboraria para emancipação local acaba, contrariamente, aumentando a dependência pelos recursos da União. Uma vez que,

Projetados para fins de preservação do meio ambiente, da cultura indígena e dos demais habitantes da floresta, os movimentos demarcatórios acabaram repercutindo no grande número de decretos e portarias do governo federal e, em menor parte, dos governos estaduais assinados a partir de meados da década de 1980, dispondo sobre a criação desses novos ‘espaços territoriais’ na Amazônia. (p. 117).

Becker então demonstra como mais da metade das áreas protegidas em todos os estados da Amazônia Legal foram demarcadas entre 1986 – 1996, por meio de uma tabela com dados do IBGE, dessa forma:

O que era interpretado dentro de um contexto geopolítico francamente centralizado, como o processo de criação de ‘enclaves territoriais’ visando o confinamento espacial da população indígena tutelada pelo Estado (IANNI, 1991) – com o objetivo de liberar terras para os grandes fazendeiros, e, posteriormente, para o avanço dos grandes projetos capitalistas – é, atualmente, reinterpretado como um movimento de

afirmação política e de sobrevivência cultural dos índios e dos demais povos que habitam, tradicionalmente, a floresta amazônica. (p. 118)

Demonstrando uma mudança crucial da própria interpretação geopolítica mediante um processo simultâneo com dupla característica: de um lado, surgiram novos municípios e, de outro, novas delimitações territoriais geridas por legislação especial.

Mediante isso afirma que fez e faz-se necessário um ajuste, principalmente nas áreas em que há sobreposição destas duas dimensões de apropriações do território, uma vez que gera, inevitavelmente, conflitos entre a questão ambiental e municipal, mesmo estes sendo em parte amortecidos por amplas áreas amazônicas com fraca densidade econômica e demográfica. Assim, “constata-se, pois, no presente, um desajuste, real ou potencial, da regulação político-administrativa tradicional à dinâmica e à configuração territoriais emergentes da proposta ambiental, que gera o problema da área passível de ser utilizada pelos municípios” (p.120). Após expor um mapa (p. 121) demonstrando a porcentagem dos municípios da Amazônia Legal que são reservas indígenas ou UC’s, a autora lembra que algumas reservas (como dos Ianomâmis em Roraima e Amazonas; e dos Ticuna no Amazonas) são transfronteiriças e adentram a Venezuela, Colômbia e Peru, reforçando o “caráter mundial dado ao patrimônio ambiental/cultural contido nessa região” (p. 121). E lembra que “nesse sentido, a Amazônia torna-se sujeita não só a pressões resultantes da tensão característica das relações estabelecidas no interior da federação brasileira, como a poderosas pressões políticas (e econômicas) internacionais em favor da conservação do meio ambiente amazônico” (*idem*). Por causa da sobreposição da União e/ou estados aos municípios por meio das áreas protegidas, pondera:

Tal fato coloca em evidência a necessidade de se discutir a validade da criação de municípios, isto é, de um novo ente federativo autônomo, conforme o entendimento da Constituição Federal de 1988, segundo o qual já nascem com uma enorme parcela de seu território federalizada, como no caso das terras indígenas. (p. 122)

No capítulo 5, “Conflitos de uso do território e desafios às políticas públicas”, Becker aprofunda a questão dos diferentes interesses em jogo na região e os desafios para as políticas públicas. Para tal também divide o capítulo em três partes: a primeira para expor os conflitos; na segunda explora a questão do “interesse nacional” e como este reflete nas políticas públicas; e a terceira dedicada a tratar do “desenvolvimento com sustentabilidade”. Começa a primeira parte expondo que “um primeiro grande conflito se configura entre a fronteira do capital natural, nos moldes da globalização, e a fronteira de

recursos, interesse ainda dominante em nível nacional” (p. 125). Esclarecendo que a própria ordem da globalização é ambígua, na medida que as forças ambientalistas encontram aliados sociais nacionais, que ganharam alcance com a expansão das redes de telecomunicações; porém as forças do mercado favorecem a derrubada da floresta, como por meio da valorização da soja no mercado internacional. De tal maneira que “subjacente a tais conflitos jaz um outro, talvez maior: o conflito entre interesses de ordem privada, correspondentes à alta lucratividade da pecuária, da madeira e da soja, e os interesses de ordem coletiva, social e ambiental, referentes à sustentabilidade dos ecossistemas florestais, na medida em que terra e floresta são bens públicos” (p. 126).

Inicia assim a segunda parte retomando que na Amazônia predominou historicamente o modelo exógeno de ocupação, tendo uma virada nesta tendência em 1985, tanto pelo esgotamento do nacional-desenvolvimentismo, como pela criação do Conselho Nacional dos Seringueiros, que representou um marco histórico para uma visão endógena de ocupação e uso da região. A partir disso destaca um novo marco em 1996, também duplo: por um lado, a criação dos Corredores Ecológicos e, por outro, o resgate do planejamento do Executivo Nacional com o Programa Brasil em Ação. Sendo este uma forma de retomada do modelo exógeno, conflitando diretamente àquele do Corredor, que é endógeno. Assim, “[...] a coexistência conflitiva dos modelos endógeno e exógeno marcou a região configurando a incógnita do *heartland*” (p. 127). A autora aponta, com isso, uma mudança do interesse nacional por meio das políticas públicas, que citaremos na íntegra pela quantidade de elementos e ótima síntese no trecho em si:

Com efeito, as políticas públicas expressam uma alteração no conteúdo do interesse nacional. Este é entendido como o conjunto de interesses compartilhados pela sociedade nacional em suas interações com o mundo, baseado em valores fundamentais historicamente construídos e condicionamentos geoeconômicos e geopolíticos. No Brasil, destacam-se como valores históricos básicos: a busca do desenvolvimento econômico, a autonomia, a paz, a coexistência com a diversidade cultural. A esses valores, incorpora-se hoje, um conjunto de exigências associadas à cidadania, envolvendo a conservação do meio ambiente, os direitos humanos e a democracia, bem como a acentuação da importância da paz e da estabilidade no seu entorno para complementariedade econômica e alianças políticas. Vale ainda registrar a territorialidade como um valor histórico do interesse nacional, seja na geopolítica da Colônia, do Império e da República, seja como estratégia das resistências sociais. (BECKER, 2004, p. 127)

Por tudo isso afirma que as políticas públicas, ao precisarem incorporar as demandas da cidadania, estabelecem um conflito de modelos que se opõe, uma vez que os voltados àquela são pautados pelas populações locais e para proteção ambiental; ao passo que as políticas públicas dos programas federais, que retomam o modelo exógeno desenvolvimentista, favorecem o investimento em infraestruturas de forma verticalizada às realidades locais.

Na sequência, em subtópico, a autora analisa se a política ambiental seria ou representaria o resgate da endogenia para região e, por meio de trabalhos de campo aos diferentes projetos ambientais alternativos, observa que há três tipos: relações locais-globais; parcerias bem distribuídas; e parcerias estaduais-locais; ou seja, há todos os níveis de atuação, chegando à conclusão que o modelo endógeno não possui completa autonomia e depende de relações externas à região, estabelecendo uma necessária complementariedade entre endogenia e exogenia, o que leva a professora a reconhecer “[...] o modelo socioambiental não como solução geral para o desenvolvimento regional, e tampouco como um corpo estranho, mas como uma inovação que deve ser fortalecida mediante sua articulação com as políticas públicas federais, regionais e estaduais” (p. 130). Por fim, destaca a importância do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) criado pelo governo federal e gerido pelo Ministério do Meio Ambiente com outros agentes envolvidos. “O Zoneamento já estava presente na Política Nacional do Meio Ambiente (lei 6938/81) e, em 1988, o Programa Nossa Natureza indica o ZEE para todo o território nacional” (p. 130). Ficando a cargo de cada estado definir legislação específica ou mantê-lo como diretriz geral, de caráter indicativo.

No subtópico seguinte trata da política desenvolvimentista como “A Logística da Exogenia”, resgatada pelo governo federal com o Programa Brasil em Ação do Ministério do Planejamento e Orçamento em 1996, que vigorou entre 2000 e 2003 com proposta de extensão até 2007. E destaca que tal programa volta ao modelo termoindustrial que já havia sido deixado de lado na década passada, voltando a articular empresas, Forças Armadas, bancos nacionais e internacionais etc. Com vistas a estimular e assegurar as exportações do país para o Hemisfério Norte e com os vizinhos sul-americanos, é um projeto em que o setor público participa com 2/3 (66,6%) e o setor privado com o 1/3 restante. Para tal intento:

A estratégia territorial é um componente central do PAB e visa intensificar a fluidez do território. É extremamente seletiva, pautada

numa logística complexa e em áreas prioritárias, incluindo, além das redes de circulação e comunicação, as de energia e seus pontos de suporte, sistemas multimodais de transporte e comunicações, visando o aumento da sua velocidade e eficiência. (BECKER, 2004, p. 132)

Dentre as críticas ao programa e possíveis impactos negativos à região, a autora destaca: a) O transporte em si não é fator de desenvolvimento; b) O programa se baseia em um recorte regional que extrapola a região em si e os atores nela diretamente envolvidos; c) apostar unicamente nos investimentos como fatores de crescimento e nas exportações, ambos dando respostas a curto prazo; d) “na região Norte, cuja fatia nos recursos corresponde a 12% em nome da necessidade de adensamento econômico regional, a infraestrutura corresponde a 48% dos recursos e o desenvolvimento social a 30,9%” (p. 133); e) não é levado em conta a dimensão ambiental.

Como alternativa a este último subtópico, Becker dedica a última parte do quinto capítulo, denominada “buscando um desenvolvimento com sustentabilidade”, para fazer proposições nesse sentido. E o abre com uma excelente síntese de como entendia o contexto à época do livro:

Novas e fundamentais tendências se delineiam na Amazônia nesse alvorecer do século XXI. Em nível global, acentua-se a vertente da mercantilização da natureza, com nova guinada na ação do Banco Mundial. Em nível regional, além da importância adquirida pelos novos atores anteriormente excluídos – populações tradicionais e pequenos produtores – ressalta o papel crescente dos governos estaduais, cujo peso político se confronta hoje com o poder da União, visando o desenvolvimento dos respectivos estados e imprimindo novas direções às políticas públicas. Finalmente o novo governo de Luiz Ignácio Lula da Silva, empossado em 1/1/2003, com uma proposta de grandes mudanças para a nação sobretudo no plano social, tenta, em meio aos conflitos de interesses, superar as políticas contraditórias e promover o desenvolvimento e a sustentabilidade social e ambiental. (p. 135)

E afirma que uma vez que o interesse comum a todos os atores políticos envolvidos é o desenvolvimento, há de se buscar um desenvolvimento com sustentabilidade (apesar das diferentes acepções de tal conceito), não mais podendo ser pautada pela ocupação e integração do território nos mesmos moldes dos anos sessenta. Para tal: “A grande questão que se coloca é como promover o desenvolvimento sem destruir o meio ambiente. Tais tendências se expressam na elaboração do Plano Amazônia Sustentável (PAS) elaborada em 2003 a ser apresentado para discussão com a sociedade no início de 2004” (p. 135). E aponta exemplos de desenvolvimento sustentável como as novas orientações

para o Banco Mundial, no contexto de mercantilização da natureza voltando a atuar mais propriamente como banco por meio de financiamentos a projetos; e os esforços estaduais, dos quais destaca:

Dentre as diversas estratégias dos estados para consolidar o povoamento e alcançar o desenvolvimento sustentável, três devem ser destacadas: um modelo de ocupação extensivo em área, baseado na agropecuária, é utilizado pelos estados no Mato Grosso, Tocantins e parte dos estados do Pará, Maranhão, Rondônia e Roraima; em contraste, o modelo de ocupação do estado do Amazonas é pontual, fundamentado na concentração industrial na ZFM, e deve ser mantido, mediante investimentos em alta tecnologia; por sua vez, os estados do Acre e do Amapá apostam em modelos baseados na utilização conservacionista da floresta. (BECKER, 2004, p. 137)

Por último enfoca no PAS como um marco no desafio de buscar políticas públicas nesta direção da sustentabilidade e “[...] se insere no âmbito do Plano Plurianual (PPA) para 2004 – 2007. Trata-se de um planejamento associado a um projeto nacional que visa o desenvolvimento sim, mas ao contrário dos anteriores, tenta manter um compromisso social e ambiental” (p. 141). Tendo cinco focos de ação: “produção sustentável com tecnologias avançadas; gestão ambiental e ordenamento do território; inclusão social; novo padrão de financiamento; e infraestrutura para o desenvolvimento” (*idem*). E pondera que apesar dos já conhecidos impactos sociais e ambientais, principalmente na parte da instalação de infraestruturas, ela é necessária e beneficia os atores locais contanto que leve em conta estes atores e as complexidades ambientais: “Devem ser capazes de transformar estradas e energia em instrumentos não de predação, mas de ordenamento do território e levar em conta as lições do passado e a complexidade atual da região” (*idem*).

Encerra o capítulo dizendo: “A questão que se coloca, assim, é como compatibilizar a expansão da infraestrutura com o uso sustentável dos recursos naturais e o bem-estar das populações regionais, superando o conflito entre as demandas nacionais e o direito da população à sua região” (p. 142). Para tal elenca três componentes que acredita serem essenciais para este objetivo: a revolução tecnológica para o uso sustentável e rentável da floresta, com especial atenção e valorização da biotecnologia, aproveitando sua valorização no mercado mundial; negociações e compensações em nível dos atores, produtos e território, com destaque para questão fundiária, sendo os ZEE’s fundamentais neste processo; e, por fim, reconhecer a diversidade regional para estabelecer ações específicas, sendo esta atuação especialmente da ação política.

Por fim, o capítulo 6 é o último da obra e o mais propositivo, apontando para “A Nova Geografia Amazônica e a Regionalização como Estratégia de Desenvolvimento”, o qual novamente Becker divide em três partes, porém dessa vez estas são as três macrorregiões de sua proposta: A Macrorregião do Povoamento Consolidado; Amazônia Central; Amazônia Ocidental. E começa com uma afirmação que nos será fundamental: “Política e planejamento regionais só podem ser concebidos e só podem ser efetivados, se associados a um projeto nacional e ao resgate do papel do Estado, como o que parece estar sendo tentado no Brasil” (p. 145). E explica que “a regionalização é um instrumento básico do planejamento e pode contribuir sobremaneira para compatibilizar desenvolvimento e sustentabilidade” (*idem*). Para tanto o conhecimento regional é imprescindível e os muitos mitos e desconhecimentos prejudicam fortemente desde sempre, pois dificulta a tomada de decisão e mediação dos diversos interesses do uso territorial. E define que:

Na escala macrorregional, são três os espaços-tempo hoje identificáveis na Amazônia, cada um com várias sub-regiões. Macrorregiões são definidas como função de quatro variáveis estruturantes: tendências demográficas, alterações no padrão de uso da terra, centros dinâmicos da economia regional e proteção ambiental (BECKER, 1999, 2001c e 2003a). (BECKER, 2004, p. 145)

E aponta que os critérios para as sub-regiões são menos sistemáticos, sendo poucas, descontínuas e com feições que combinam o substrato cultural e geográfico, de densidade demográfica e da intensidade em que nelas incidem o processo recente de ocupação. O restante do capítulo é justamente para detalhar as macrorregiões e suas respectivas sub-regiões.

A primeira, *A macrorregião do Povoamento Consolidado*, “corresponde ao arco povoado do sul e leste da hiléia, envolvendo as grandes extensões de cerrado do Mato Grosso, Tocantins e Maranhão, e as áreas desmatadas do sudeste do Pará, de Rondônia e sul do Acre” (p. 146). É a área de povoamento consolidado e maior urbanização, justamente aquela anteriormente chamada de Arco do Desmatamento. Atualmente tem os maiores indicadores sociais e de renda, “trata-se de um cinturão de 300 a 500 quilômetros de largura, correspondendo a 500 quilômetros quadrados alterados pelo processo de ocupação” (*idem*). Aponta que a lógica de mercado dita o ritmo desta macrorregião, tendo maior conectividade em todos os sentidos e estando integrada ao tecido produtivo

nacional sendo o cerne da economia regional. De forma que “nesta macrorregião, portanto, a produção predomina sobre a conservação” (*idem*). E afirma ainda que,

Na verdade, esse espaço implicaria na dissolução da Amazônia Legal. Esta, que é expressão de uma regionalização geopolítica, apaga-se hoje em face da regionalização do espaço vivido – concreta, simbolizada sobretudo pela tecnificação agrícola em savanas e núcleos de modernização. Não por acaso, o Mato Grosso não foi incluído no PAS. (p. 146-7)

As proposições de Becker para essa área é o incentivo à consolidação da produção nesta área, apoiando atividades não predatórias como, por exemplo, por meio da reforma agrária para pequenos produtores que se beneficiariam da proximidade com os mercados e pela dinamização econômica da região; e até mesmo realizar concessão de terras para grandes produtores com vistas a estancar o avanço para floresta. Para garantir a permanência dos pequenos produtores a autora propõe:

a) aparelhamento de núcleos urbanos, com agroindústria e serviços, e implantação de vicinais de modo a garantir o escoamento da produção, menor dependência ao comerciante e redução do êxodo rural; b) em contrapartida, obrigatoriedade de o produtor cumprir a lei que determina a manutenção de 80% da área da propriedade em mata e a recomposição das matas ribeirinhas. (p. 147)

Finaliza detalhando cada sub-região, sua delimitação e características, apenas para citar: Arco da Embocadura, Núcleos de Modernização do Leste e Sudeste do Pará, Corredor do Araguaia-Tocantins, Áreas Intensivas em Tecnologia Agroindustrial, Agropecuária Tradicional e Sistema Agro-Florestal.

A segunda macrorregião, *Amazônia Central*, “é a área cortada pelas novas estradas oficialmente previstas e ‘espontâneas’, estendendo-se do centro do Pará e extremo norte de Mato Grosso à estrada Porto Velho – Manaus e à hidrovía do Madeira. Trata-se de extensa região passível de expansão de atividades valorizadas em velocidade máxima nos eixos e de expansão de novas fronteiras agropecuárias” (p. 151). Porém destacando a ainda grande quantidade de áreas florestais, de terras indígenas e unidades de conservação que tornam essa macrorregião vulnerável, com isso:

Nela, portanto, os focos da ação política, tendo em vista compatibilizar produção e conservação, devem ser o *ordenamento da expansão* nos eixos – como acima sugerido –, o *fortalecimento da produção familiar na rodovia Transamazônica* e a *aceleração do ritmo da ação conservacionista*, mediante: a) o ZEE ao longo dos eixos, acompanhado

de fiscalização, monitoramento e controle; b) a rápida demarcação e proteção das terras indígenas e UC's (e criação de novas em áreas ameaçadas); c) um novo modelo de proteção das UC's, mediante o envolvimento da população do entorno; d) o estímulo à exportação, internacional e doméstica, de produtos das populações tradicionais, tirando partido da nova circulação; e) apoio aos núcleos urbanos e vicinais próximos aos eixos. (p. 152, grifo da autora)

Também há as sub-regiões, a saber: Fronteira de Preservação; O Vale do Amazonas; Produção familiar da Transamazônica; e três Frentes de Expansão: Cunha do Tapajós (Cuiabá – Santarém), Terra do Meio e Corredor do Madeira.

A terceira, *Amazônia Ocidental*,

Corresponde a vastas extensões que, permanecendo à margem das grandes rodovias implantadas no passado, são comandadas ainda pelo ritmo da natureza. É imensa a sua potencialidade não só em florestas, mas em disponibilidade de águas, a que se somam os recursos minerais. A sociodiversidade é igualmente uma grande riqueza dessa região, que corresponde aos estados do Amazonas, Roraima e maior parte do Acre. Mas são muito baixos os índices de renda *per capita* e de desenvolvimento humano. (p. 155)

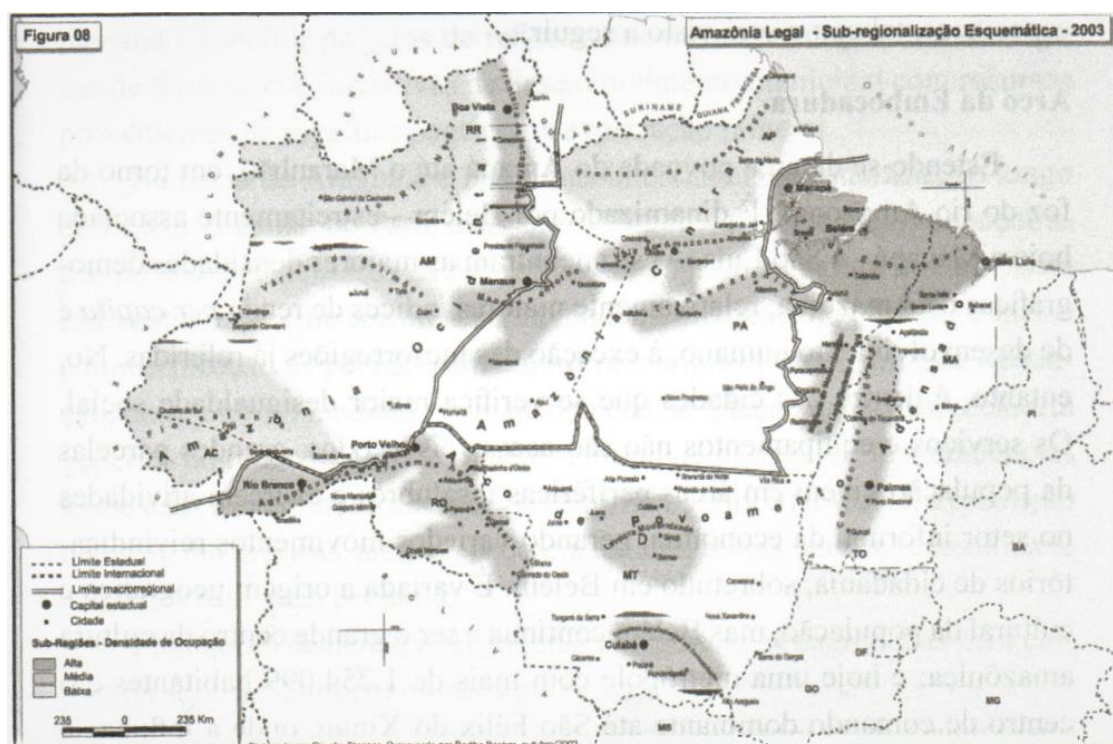
Tendo a economia concentrada em Manaus ainda não conseguiu romper completamente a lógica do extrativismo e da circulação fluvial, onde Becker destaca ser forte a presença de populações indígenas, caboclas e de forças militares. E afirma que “vigilância e expansão orientada devem ser as palavras-chave para a ação política nessa área, onde é crucial a contribuição do SIPAM” (p. 155). Tendo como diferença da macrorregião anterior – que também detém grande quantidade de floresta, UCs e terras indígenas –, o fato de esses elementos situarem-se com forte concentração nas zonas de fronteira, e com menor intensidade no centro do estado do Amazonas, sendo necessário:

A vigilância nessa área há, portanto, que considerar: a) a contenção da construção de estradas; b) a aceleração do ritmo da criação do Corredor Ecológico Central da Amazônia e a criação de novas UCs no centro do estado do Amazonas como Reservas de Desenvolvimento Sustentável; c) a contenção do narcotráfico e o controle das fronteiras políticas; d) a reflexão sobre como manter em seus territórios as populações indígenas que crescentemente migram para as periferias dos núcleos urbanos. (p. 156)

Por fim afirma que “a expansão orientada é também essencial para essa região. A preocupação ambiental não significa estancar o desenvolvimento regional, mas sim pensa-lo em outros termos e prever sua expansão de forma orientada” (p. 156). Suas sub-

regiões são: Fronteira de Integração Continental; O Alto Rio Negro; Várzea do Solimões; Florestania; e Manaus e seu entorno. Para termos uma melhor noção das macrorregiões e suas respectivas sub-regiões, segue na figura 4, abaixo, o mapa constante na obra que, apesar de não nos permitir a visualização com nitidez, colabora ao menos com a identificação daquelas ao ler a descrição e localizá-las “por alto” na projeção.

Figura 4 - Macrorregiões e sub-regiões da Amazônia



Fonte: BECKER, 2004, p. 147

Finaliza o livro com o capítulo “Perspectivas” que funciona como as considerações finais na qual a autora sintetiza o que foi exposto no livro, porém com uma sutileza, ressalta que o objetivo não era de descrever nem dar conta de todas as feições da Amazônia, e sim analisar o processo de transformação visando atualizar “[...] o conhecimento sobre a dinâmica regional e contribuir para a solução dos seus conflitos” (p. 161). Dedicando este capítulo para avaliar os resultados e expor quais objetivos foram atingidos, nos quais estes foram pautados por quatro hipóteses iniciais.

A primeira com base em três afirmativas, das quais duas se mostraram verdadeiras: uma sobre a Amazônia se constituir como *fronteira do capital natural* na escala global; outra sobre a necessidade de articulação da Amazônia transnacional; e a última era referente à tendência ao esgotamento da *fronteira móvel*, que mostrou precisar ser relativizada uma vez que, apesar do recrudescimento das frentes de expansão, ainda

há atores que expandem frentes localizadas vindas do Pará e Mato Grosso, conforme indicam os trabalhos de campo feitos em 2003. Dessa forma, “são verdadeiras também as afirmativas de que esses indutores das frentes prescindem hoje de incentivos fiscais do Estado, implantando as estradas que lhes interessam, e de que o movimento migratório não é mais inter-regional, mas sim intrarregional” (p. 161).

A segunda hipótese era sobre a superação do conceito de Arco do Fogo e constatação de um *Arco do Povoamento Consolidado*, que se mostrou verdadeira. Porém não deixa de observar a volatilidade do conceito de fronteira, uma vez que, a depender do contexto, esta pode ser reativada como, por exemplo, pela valorização da soja no mercado internacional; ou como o problema da “vaca louca” nos EUA, que abre margem de ganho para o setor pecuário brasileiro etc. Dessa forma “a incógnita do *heartland* é, portanto, um pressuposto que se revela correto” (p. 162). Mas destaca que:

A reativação da fronteira é um problema crucial para a Amazônia. A biodiversidade, as florestas, a água, constituem riqueza reconhecida internacionalmente, mas não conscientizada nacionalmente. Perde-se, assim, simultaneamente um patrimônio da nação e trunfos do poder do Estado, indicando a urgência de soluções para conter essa expansão. (*idem*)

Já a terceira hipótese tratava do ganho de importância da população local que, articulada com outras escalas de ação, lutam em defesa da floresta e propõem um outro modelo de desenvolvimento para região, que também se confirmou. Funcionando como vozes do ambientalismo, angariaram apoio de ONG's, organizações religiosas, agências de financiamento, comunidade científica nacional e internacional etc. Mas, pondera que “é necessário, contudo, registrar que esse movimento é um sucesso político, mas não é um sucesso econômico para as comunidades locais (que demandam ações do Estado para suprir sérias carências infraestruturais) nem relativamente à macroeconomia regional” (p. 162). Por isso a necessidade de ações por parte do Estado para conter o desmatamento, ordenar o território e garantir melhores condições de vida, uma vez que o interesse comum é o desenvolvimento.

A quarta hipótese é sobre a dificuldade inerente de conciliar desenvolvimento e compromisso socioambiental, uma vez que o Estado atua “no terreno escorregadio” das pressões globais, nacionais e regionais/locais. A dificuldade também está no fato de tratar-se de um Estado “[...] desprovido de recursos financeiros, técnicos e de pessoal” (p. 163).

E finaliza com sugestões para melhor implantar as estradas como fator de desenvolvimento, uma vez que estas são inevitáveis na região, inclusive já são implantadas com o apoio financeiro dos plantadores de soja, como no caso da Cuiabá – Santarém. Contribuindo então com este debate propõe:

Medidas prévias:

- a) levantamento da situação fundiária e estabelecimento de condições para desestimular a grilagem, criando um marco zero para a regularização das terras apropriadas ao longo do eixo, e a partir daí prover a concessão de terras públicas e não mais a titulação;
- b) revisão do cálculo de fluxo de caixa do empreendimento, internalizando os custos dos serviços ambientais dos ecossistemas impactados e os custos sociais do deslocamento de populações locais e do afluxo de migrantes;
- c) ordenamento do território baseado no ZEE como um sistema de áreas de concessão formando um mosaico de espaços articulados ao longo do eixo, com atividades diversas implementadas por diferentes atores e baseadas em negociação, incluindo a valorização das florestas, o setor agropecuário e de serviços, e o planejamento dos núcleos urbanos e das vicinais para viabilizar os serviços e a circulação;
- d) diálogo permanente com a sociedade local.

Rigor na execução

Monitoramento constante do processo em dois níveis:

- a) no eixo da rodovia, onde é básica a ação do Incra, Ibama e Funai;
- b) para além de 100 quilômetros de cada lado do eixo, onde é intensa a grilagem de terras pelas madeireiras, criação de uma força-tarefa constituída por várias instituições e atores. Além dos atuantes no eixo, também a Polícia Federal, o Exército, o Ministério Público, a cooperação internacional, entre outros.

Enfim, é hora da ciência e da tecnologia nacionais tornarem-se um ator-chave na Amazônia e no Brasil, reforçando seu empenho em colaborar na solução dos conflitos que afetam a região e concebendo um processo de desenvolvimento que melhore as condições de vida da sua população utilizando, sem destruir, a riqueza do patrimônio natural. (BECKER, 2004, p. 163-4)

Acreditamos ter conseguido, com esta exposição, captar o desenvolvimento das ideias da autora e os marcos discursivos de sua Geopolítica. No próximo capítulo analisaremos os elementos expostos nos três autores e tentaremos esboçar uma comparação entre as diferentes formas do pensamento geopolítico militar e civil.

4 ANÁLISE COMPARATIVA DAS GEOPOLÍTICAS AMAZÔNICAS MILITAR E CIVIL

Como foi sendo construído ao longo da pesquisa, partiremos do ponto que as obras por nós pormenorizadas de Meira Mattos e Bertha Becker, e o discurso das obras de Therezinha de Castro, analisado e exposto por Freitas, confirmam as características apontadas, num primeiro momento nos subcapítulos 1.2 e 1.3, o primeiro da *Geopolítica Militar* da Escola Geopolítica Brasileira, e o segundo da retomada dos estudos geopolíticos pelo ambiente universitário civil; e, posteriormente, nos tópicos 3.1.2 e 3.1.3, sobre os marcos discursivos militar e civil, respectivamente.

Tal afirmação inicial se sustenta na medida que a obra do general Meira Mattos é fundamentada sobre o pressuposto da Amazônia enquanto desafio a ser vencido e na proposição do modelo desenvolvimentista para vencer tal desafio. Partindo dessa dialética, o autor enaltece os projetos de integração e exploração da região tanto em nível estrutural (como comunicação, energia e transportes), quanto em nível regional/local como os projetos agropecuários e de mineração. Sobre os quais convive com o paradoxo de reconhecer as limitações desses esforços e da quantidade de insucessos com medidas puramente de estímulos econômicos, porém na reafirmação do mesmo modelo, como se o sucesso futuro na região dependesse apenas de reforço de recursos (tempo, dinheiro e energia). Ampliando para escala sul-americana da Amazônia, tem no mote do livro o apelo aos vizinhos condôminos da Bacia à unificação para esforços conjuntos de mesma natureza dos aplicados em escala nacional. Reforçando nossa afirmação anterior, de denotar que o autor acredita no sucesso desenvolvimentista na medida da sua quantidade e extensão de recursos empenhados na região.

Em relação ao posicionamento político do autor, nos é interessante notar o espírito de época e a mentalidade, subjacente ao meio militar que o autor corrobora, do modelo socialista/comunista como totalitário, repressor de liberdades e realizador de expurgos coletivos e eliminações da oposição (“*paredón*”) e, em contrapartida, reafirma o modelo democrático, aliado aos EUA, como mantenedor das liberdades individuais. Em um momento de regime ditatorial militar em que o Regime se aproximou muito mais das características atribuídas ao modelo que o autor repudia, do que o por ele enaltecido. Demonstrando, novamente, uma contradição entre a teoria e prática que se sobrepõe na

obra da mesma forma do modelo desenvolvimentista enquanto teoria, e os insucessos constatados na prática.

Por fim, gostaríamos de mencionar as duas passagens da obra de Mattos que tratam da ecologia, uma ao referir-se ao Tratado de Cooperação Amazônica e, a outra, no final da obra como positivação das medidas propostas, estando nesta passagem também a única menção aos povos indígenas. Pela nossa leitura, parece-nos muito mais passagens pontuais que servem de “lastro discursivo” do autor em relação às suas proposições, do que efetivamente uma causa com a qual o mesmo se engaja ou defende, ou até mesmo leva em conta nas suas próprias propostas. Haja vista o caráter pontual desconectado do restante da obra, desde a retomada histórica, pautada unicamente pelo processo de colonização e das bandeiras, até as próprias medidas desenvolvimentistas.

Já em relação ao discurso exposto da professora Therezinha de Castro, percebemos na mesma a afirmação dos mesmos pressupostos de integração, colonização e exploração regional. Porém com uma postura, aparentemente, muito mais combativa em relação às pautas ambientais e indígenas, devido a leitura da autora de tais medidas como fruto de interesses econômicos de fundo, e risco de ingerência externa. Principalmente na obra de 1995 torna-se claro, ao menos do que nos foi destacado por Freitas, um tom até reacionário em relação à estas pautas, que inegavelmente ganhavam força e vulto no debate nacional e internacional, e sobre as quais a autora se opõe frontalmente, destoando inclusive de Mattos, uma vez que poderíamos fazer uma leitura do autor enquanto conservador, porém não reacionário. Não temos como, infelizmente, aprofundar na análise da autora, porém para nosso objetivo, nos basta a constatação da continuidade e coerência da mesma em relação à *Geopolítica Militar* e suas bases, sobre as quais, por mais que haja diferenças nos temas tratados (como a grande atenção dada à Antártida) ou no maior radicalismo político, ainda está consoante à esta corrente de pensamento.

Tratando agora da professora Bertha Becker, fica evidente pela exposição de sua obra, uma ruptura em diversos níveis em relação à *Geopolítica Militar*. O primeiro desses níveis é a diferenciação que a autora mesma estabelece entre suas propostas e àquelas desenvolvimentistas. Assumindo explicitamente o caráter vertical e de graves impactos socioambientais destas, tanto em seu artigo de 1988, como em sua obra de 2004, mesmo que esta – por ser mais propositiva e dentro de uma linha construtiva junto às outras obras da própria autora – não enfoque na diferenciação em si, já partindo de outros

pressupostos, estes mais vinculados ao desenvolvimento sustentável. Vale aqui a ressalva do duplo aspecto deste, uma vez que o “desenvolvimento” também opera dentro da chave capitalista modernizante, a despeito do novo caráter trazido pelo adjetivo “sustentável”. E é buscando atingir esse equilíbrio que a autora pauta a sua geopolítica, ficando evidente no fato dela considerar os projetos agropecuários, de mineração e, mesmo, a necessidade das estradas; porém não deixando de levar em conta os pequenos produtores, as populações tradicionais e os financiamentos internacionais para tais projetos. O aspecto mais marcante em suas proposições para o desenvolvimento sustentável é justamente a aposta da autora na biotecnologia (como pelo trinômio *biodiversidade – biomassa – biotecnologia*), apontando para a importância do desenvolvimento científico-tecnológico aliado às potencialidades naturais da região devido à sua biodiversidade.

Em relação ao posicionamento político de Becker, apesar de não estar explícito na obra analisada – contendo apenas uma menção sutilmente positiva em relação às expectativas ao novo governo Lula e sua maior atenção às pautas socioambientais –, a autora nitidamente diferencia-se de Mattos e Castro, uma vez que, por um lado, dialoga com as populações tradicionais (com ênfase assumida nos trabalhos de campo); e, por outro, não trata com tom negativo ou mesmo pejorativo a atenção nacional e internacional às pautas ambientais. Se fosse para aproximar à uma corrente política, diríamos que a professora estaria mais próxima a um *social desenvolvimentismo*¹⁸. Diferenciando-se duplamente, por um lado do tom conservador/reacionário de Mattos e Castro, por outro, da própria corrente da Geografia Crítica, mais assumidamente de bases marxistas e do espectro político mais próximo ao socialismo. Essa análise encontra duplo respaldo, o primeiro é de Roberto Bartholo, que prefacia a obra de 2004 de Becker, e diz:

A palavra-ato de Bertha colidia com as falácias do tempo. Fiel à escuta das transformações que a fronteira lhe dizia, suas respostas foram desmistificadoras de inverdades quanto às relações entre espaço e poder, professadas pelos discursos das teorias hegemônicas, quer fossem elas de raiz neoclássica, quer de raiz marxista. Nesse contexto

¹⁸ Em seu blog, o professor titular do Instituto de Economia da UNICAMP, Fernando Nogueira da Costa, escrevendo sobre a proposta social desenvolvimentista, cita o texto de Celso Furtado para a III Conferência Internacional Celso Furtado em 2004: “O *crescimento econômico*, tal qual o conhecemos, vem se fundando na *preservação dos privilégios das elites* que satisfazem seu afã de modernização; *já o desenvolvimento se caracteriza pelo seu projeto social subjacente*. Dispor de recursos para investir está longe de ser condição suficiente para preparar um melhor futuro para a massa da população. Mas quando o projeto social prioriza a efetiva melhoria das condições de vida dessa população, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento” (grifos do autor). Disponível em: <https://fernandonogueiracosta.wordpress.com/2012/04/02/social-desenvolvimentismo/> . Acessado em 02.03.2021

seu empenho foi de afirmar a necessidade de um duplo reconhecimento: por um lado, o do caráter multidimensional do poder, e, por outro, o do território como argumento de base do discurso geográfico. Seu compromisso foi com a escuta do novo. Seu empenho foi responder à palavra ouvida, enraizada na circunstância do tempo-espaço das fronteiras. Sua responsabilidade como pessoa e professora universitária foi a expressão ética dessa escuta e resposta. (BARTHOLO, Roberto *in* BECKER, 2004, p. 15, grifos nosso)

O segundo indício que confirma nosso ponto é a caracterização da obra de Becker dentro do escopo de uma “renovação conservadora” – diferente da “renovação crítica” – apontada pelo professor Eduardo Karol, e por nós exposto em 3.1.3. Em sua tese, o autor defende tal ponto com base no fato de Becker dialogar com o meio militar e pautar sua obra na aplicabilidade da política estatal. Além de alguns pontos de convergência com os autores da Escola Geopolítica Brasileira, como nos seguintes trechos:

Relacionar a geógrafa aos militares ou àqueles que colaboraram com eles, geralmente não é muito aconselhável. No entanto é preciso ser dito para pelo menos suscitar o debate.

Pode-se relacionar Bertha K. Becker a Golbery, mediante o planejamento estratégico, onde aquele preza mais pelo Estado do que pelo mercado, quando descreve um projeto desenvolvimentista particular e propõe uma rearticulação territorial para a integração definitiva e o desenvolvimento de todo espaço nacional (BARRIOS, 2009, p. 201). (KAROL, 2013, p. 128)

E, ainda:

Liga-se Betha K. Becker a Meira Mattos com a ideia de ‘Brasil Potência’, inspirada na grandeza territorial e na missão de explorá-la; a necessidade de uma política de interiorização, que busque integrar e incorporar a massa territorial inexplorada ao processo de povoamento, enriquecimento e de fortalecimento do poder nacional; a consciência da importância do desenvolvimento e defesa da região amazônica; o desenvolvimento tecnológico como fator indispensável à integração territorial; a necessidade de uma política de desenvolvimento econômico, social, científico e tecnológico para todo o território; e, por fim, a importância de uma diplomacia firme e convincente (BARRIOS, 2009, p. 201).” (*ibidem*)

E, arremata:

Expusemos os elementos que, salvo algumas exceções, permitem as continuidades entre o pensamento de militares e acadêmicos. No entanto é também dizer que se Bertha K. Becker é conhecida no Brasil e no exterior, talvez não o seja pelo viés de continuidade de ideias gestadas na caserna. (*ibidem*)

Tais trechos nos servem por dois motivos, o primeiro é a própria corroboração em apontarmos a professora como afeita a um pensamento progressista mais moderado, como o representado pela *social democracia*; o segundo é justamente nos auxiliar nesta análise no tocante aos aspectos de aproximação e continuidade de Becker com a *Geopolítica Militar*, uma vez que Karol analisou tanto mais amplamente, quanto mais profundamente a autora em seu doutorado, tendo, portanto, maior propriedade na análise.

Porém, ressaltemos, que aqui as considerações de Karol nos servem apenas em caráter complementar, para não extrapolarmos a análise para aspectos não estudados no escopo desta pesquisa e, pior, com o risco de nos apoiarmos demais no autor, que teve outros intuitos com sua tese, atendendo a outros objetivos e, claro, por tratar-se de um doutorado, a profundidade teórica é incomparavelmente maior à desta monografia de conclusão. Neste mesmo sentido, salientemos também que o esboço aqui feito do posicionamento político dos três autores não tem como objetivo desmerecer ou sobrepor um(a) autor(a) à outro(a), e sim nos pautarmos pelo o que a própria corrente Crítica da Geografia nos ensina do fato da concepção científica não ser neutra e, não o sendo, o posicionamento político dos autores terem reflexos diretos em suas concepções. Aqui particularmente sensíveis, pois tratam-se de proposições geopolíticas, que dialogam diretamente com o fazer político e a gestão territorial.

Por fim, retomemos o primeiro parágrafo desta análise, em que afirmamos que as obras analisadas corroboram diretamente com o que foi sendo construído e apresentado ao longo da monografia, tendo o general Meira Mattos e a professora Therezinha de Castro confirmado em suas proposições e posicionamentos diversos aspectos por nós apontados nos capítulos de contextualização; assim como a professora Bertha Becker confirma em sua obra os aspectos por nós elencados nos mesmos capítulos citados. Apesar desta ser uma constatação esperada e, de certa forma, óbvia, uma vez que os autores como Costa, Freitas, Gonçalves, Martin dentre outros, pautaram-se justamente no estudo dos autores aqui elencados e nos muitos outros por nós não estudados diretamente, ela se faz importante na medida em que este capítulo se torna quase uma constatação explícita do que já foi amplamente exposto. Dito isto, para não nos alongarmos ainda mais e incorrer no risco de ficar “patinando” na análise, basta atestarmos que, entre continuidades e rupturas, nos parece plausível assumir que a *Geopolítica Civil* possui mais diferenças e atualizações, tanto temáticas quanto conceituais e política-ideológicas em relação à *Geopolítica Militar*, do que continuidades e concordâncias exuberantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Se o modelo econômico brasileiro insiste em destruir riquezas que nem sequer foram computadas, movido por puro imediatismo econômico, não se deve agravar mais a região impondo-se soluções aparentemente ditadas pelo espírito da solidariedade. Especialmente porque contra os abusos é possível resistir, mas não há nada que se possa fazer contra a solidariedade.” – Márcio Souza

A epígrafe a estas considerações finais aponta para o último aspecto ainda não dito desta monografia: tanto a *Geopolítica Militar* quanto a *Civil* possuem suas limitações e sofrem críticas dentro e fora da academia, ambas são produtos do seu tempo e este não para, e as concepções continuam se atualizando e se reconfigurando na medida das novas necessidades. Souza aponta para o perigo das “boas intenções” em relação à Amazônia, sobre as quais o que não falta são agentes dos mais diversos tipos – políticos, econômicos, intelectuais etc. etc. – que se propõe a encontrar diversas “soluções definitivas” para região, além de tantos outros discursos correntes. Cada uma dessas propostas gera resultados dos mais diversos, e é sobre estes que recai o nosso interesse especial pela Geopolítica, por esta estar tentando, justamente, colaborar com esses resultados finais. Porém sempre com olhos abertos e com um pé no ceticismo em relação à efetividade infalível de qualquer tipo. Outro aspecto levantado neste trecho de Souza é justamente a atenção à destruição dessa riqueza, muito além de econômica, que infelizmente vemos galgar patamares altíssimos nos dias que correm.

Esta monografia teve por objetivo, ao recortar a temática amazônica, analisar o pensamento geopolítico militar e civil, partindo do pressuposto relativamente bem respaldado da existência destas duas “correntes de pensamento”, mesmo que ainda não delimitadas como diferentes “escolas de pensamento”. Muito provavelmente tal delimitação ainda não seja possível pelo próprio fato do que seria a “Escola Geopolítica Civil” ainda ser incipiente, com novos autores e pesquisas ganhando maior vulto a partir da década passada, em muito formados pelos grandes nomes da Geografia Política, como os aqui apontados. Além da própria transformação do ambiente acadêmico militar e suas teorizações, ocorrendo uma maior reaproximação com as universidades e, inclusive, tendo militares nos programas de pós-graduação destas.

Sobre as perdas, além do nosso pequeno aporte conceitual, ressaltamos também a perda qualitativa da pesquisa pelo não acesso às obras da professora Therezinha de Castro. Como também não tivemos tempo hábil, e energia, para empenhar leituras em

outros clássicos indispensáveis à geopolítica brasileira, tanto dos autores geopolíticos em si, como os *founding fathers* e Golbery, e mesmo outras obras do próprio Mattos e Becker; até autores como Shiguenoli Miyamoto e Leonel Itaussu Almeida Mello. Nos quais poderiam nos ter auxiliado na periodização do pensamento geopolítico brasileiro, aprofundamento teórico nos clássicos, como Mackinder, dentre outros ganhos à pesquisa. Por fim, cabe expormos que tivemos acesso, porém faltou-nos tempo, para consultar as obras *A Questão Geopolítica da Amazônia: da Soberania Difusa à Soberania Restrita* de Nelson de Figueiredo Ribeiro, publicada em 2005 pelo Senado Federal; e a obra *Geopolítica e o Futuro do Brasil: Amazônia Ocidental e Pantanal Comunidade Sul-Americana*, do general Carlos Patrício Freitas Pereira, publicada em 2007 pela Biblioteca do Exército Editora. Acreditamos que tais contribuições, uma civil, outra militar, ambas recentes, poderiam ter enriquecido as análises da pesquisa. O que nos fez optar por finalizar sem elas, além do tempo, foi o respaldo de aparentemente serem obras analíticas e não propositivas, não sendo assim indispensáveis ao objetivo final.

No mais acreditamos ter atingido o objetivo central, na medida em que este pautava-se em colocar lado-a-lado obras das duas correntes e explicitar seus discursos. Mesmo que, nesse primeiro momento, sem o ferramental teórico-metodológico suficientes para aprofundar as análises, permanecendo nos aspectos mais explícitos dos autores. Porém, esperamos que tal aproximação sirva às futuras pesquisas na área, quem sabe com outros recortes temáticos em se tratando de monografias de conclusão, ou mesmo maior profundidade em dissertações e teses, dando conta de uma bibliografia mais ampla e tendo maior respaldo conceitual. Buscando assim elucidar esses marcadores de discurso, principalmente no que tange à caracterização da *Geopolítica Civil*, visto que esta é extremamente recente em nossa história acadêmica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECKER, Bertha Koiffmann. A Geografia e o Resgate da Geopolítica. **Espaço Aberto**, PPGG – UFRJ, v. 2, nº 1, p. 117 – 150, 2012. [Originalmente publicado na Revista Brasileira de Geografia, v. 50, nº 2, número especial, 1988, p. 99 – 125]

BECKER, Bertha Koiffmann. **Amazônia** – Geopolítica na Virada do III Milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, 172p.

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Política e Geopolítica: Discursos sobre o Território e o Poder**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2ª ed., 3ª reimpressão, 352p., 2008.

FREITAS, Jorge Manuel da Costa. **A Escola Geopolítica Brasileira**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1ª ed., 2004, 136p.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 3ª ed., 1ª reimpressão, 2020.

KAROL, Eduardo. **Geografia Política e Geopolítica no Brasil (1982 – 2012)**. São Paulo: Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Área de concentração: Geografia Humana. Orientador: Prof. Dr. Manoel Fernandes de Sousa Neto, 2013, 257p.

MAIA, Luiz Alves Brigido. **A Escola Superior de Guerra: o Olhar para o Sul**. São Paulo: Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. Área de Concentração: Geografia Humana. Orientador: Prof. Dr. Mário do Biasi, 2018, 170p.

MARTIN, André Roberto. **Brasil, Geopolítica e Poder Mundial: o Anti-Golbery**. São Paulo: Hucitec, 1ª ed., 2018, 230p.

MATTOS, Carlos de Meira. **Uma Geopolítica Pan-Amazônica**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1980.

RIBEIRO, Filipe Giuseppe Dal Bo. **A Nova Geografia Militar: logística, estratégia e inteligência**. São Paulo: Hucitec, 1ª ed., 2018, 192p.

SILVA, Altiva Barbosa da. **Geopolítica na fronteira Norte do Brasil: o papel das forças armadas nas transformações sócio-espaciais do estado de Roraima**. Boa Vista – São

Paulo: Tese (Doutorado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Orientador: Prof. Dr. Wanderley Messias da Costa. 2007, 187p.

SOUZA, Márcio. **História da Amazônia:** do período pré-colombiano aos desafios do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2ª ed., 2019.

VESENTINI, José William. **Novas Geopolíticas.** São Paulo: Contexto, 5ª ed., 3ª reimpressão, 2015 [2000].